

Agosto 2019

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Investimentos China em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, Semanário Africa, O PAÍS, Economia e Finanças, O Crime, Expansão, e O Perfil.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos do Henda, Info Sambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos e
Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop - Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email: cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW– CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete part or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

ÍNDICE

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	6
1.1 Fome leva crianças a abandonar a escola no município do Cuangar	6
1.2 Fome mata cinco crianças por dia em Angola	7
1.3 Eventuais estratégias para o combate à pobreza e à exclusão social	7
1.4 Finalmente enterrado o socialismo em Angola	8
1.5 Os angolanos hoje estão a morrer mais com fome e seca que no tempo de Guerra	10
1.6 Cartoon	11
1.7 Trinta por cento da população activa no Cuando Cubango está desempregada	11
2. MICROFINANÇAS	13
2.1 Malparado não impede crédito a empresários	13
2.2 BUE registou cinco mil empresas em seis meses	13
2.3 Banca gasta mais a comprar títulos, que financiar a economia	14
2.4 40 Por cento das firmas dos jovens foi à falência	15
2.5 Ministro reconhece erros nos programas de crédito	16
2.6 Taxa de bancarização em Angola ronda os 30%	16
3. MERCADO INFORMAL	18
3.1 Incêndio destrói mercado da Madeira em Luanda	18
3.2 Zungueiras criam programa televisivo para defender os seus direitos	18
3.3 Funcionam em todo o país 353 farmácias ilegais	19
3.4 O negócio sobre rodas de Albano Américo	20
4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	21
4.1 Ministério das Finanças assume controlo do PIIM	21
4.2 Administrações municipais assumem a gestão das taxas	21
5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃ-O E CIDADANIA	23
5.1 Organização das autarquias aprovada na especialidade	23
5.2 Deputados aprovam proposta da tutela sobre as autarquias	24
5.3 O Poder Legislativo “arruma” as autarquias	25
5.4 Autarquia exige atracção e fixação de quadros nos municípios	25
5.5 Ministério das Finanças assume controlo do PIIM	26
5.6 “Processo de descentralização é incontornável e irreversível”	27
5.7 Executivo assegura o reforço da autonomia do poder local	28
5.8 ONGs querem apelar para o boicote das autarquias	29
5.9 Primeiro passo para as autarquias	29
5.10 Actividades manifestaram-se contra pacote legislativo autárquico	31
5.11 Administrações municipais assumem a gestão das taxas	31
5.12 Assembleia Nacional aprova diplomas sobre autarquias	32
5.13 Autarquias Deputados «ignoram» protestos de jovens no Parlamentos	32

5.14	Governo local e a prestação de serviços aos cidadãos	33
5.15	Poder Local MPLA garante que «não abre mão» do gradualismo geográfico	34
5.16	O PIIM no combate às assimetrias	35
5.17	Autarquias, proximidade e os serviços públicos	36
5.18	Há no país mais de 40 mil autoridades tradicionais	37
5.19	“Falar de Urbanismo em Luanda é obrigar a cumprir as leis existentes”	38
5.20	“Autarquias vão acelerar descentralização financeira”	39
5.21	PIIM viabiliza execução dos 1.700 projectos	40
5.22	Como é que os autarcas recorrerão ao financiamento público?	41
5.23	“Não vejo o MPLA a ganhar em Luanda nas eleições autárquicas”	42
5.24	“Não vejo o MPLA a ganhar em Luanda nas eleições autárquicas”	44
5.25	Autarquias podem impulsionar desenvolvimento a nível local	45

6. URBANISMO E HABITAÇÃO 47

6.1	Fim do prazo de liquidação do IPU agita as repartições	47
6.2	Ministro diz haver “ especulações” nas críticas ao Bairro dos Ministérios	47
6.3	Bairro dos Ministérios: o batom da cidade bipolar	49
6.4	Obras Públicas Analistas «Chumbam» Bairro dos Ministérios	51
6.5	Novo administrador do Kilamba promete repor ordem na cidade	52
6.6	Distopia de uma Luanda ao estilo de Mônaco	53
6.7	Cartoon	54
6.8	O bairro dos ministérios	54
6.9	Bairro dos Ministérios pode recuar da zona da Chicala II	56
6.10	«JLO desistiu», diz Rafael Marques no Maka Angola	56
6.11	O governo da Chicala	57
6.12	O Bairro dos Ministérios: o argumento dos Srs. Ministros e a réplica de um economista	58
6.13	Projecto “Bairro dos Ministérios” pode ser cancelado pelo PR	60
6.14	“Falar de Urbanismo em Luanda é obrigar a cumprir as leis existentes”	60
6.15	“Não vejo o MPLA a ganhar em Luanda nas eleições autárquicas”	61
6.16	125 Casas desocupadas há mais de cinco anos	63
6.17	Terra para a habitação atrai especuladores	64

7. TERRA 66

7.1	Conflito de terra solucionado com compensações	66
7.2	Demolições Tribunal Supremo «Chumba» despacho de antigo governador da Huíla	66
7.3	Lucalagro indemniza camponesas por ocupação ilegal de terrenos	67
7.4	Centenas de famílias estão a ser realojadas	67
7.5	Cartoon	68
7.6	Vinte detidos por invasão de casas	68
7.7	Executivo dá início a processo de expropriação do terreno da chicala ligado ao «Bairro dos Ministérios»	68
7.8	Sete fazendas abandonadas no município de Chicomba	69
7.9	Sete fazendas abandonadas no município de Chicomba	70
7.10	Ocupação ilegal de terrenos	70
7.11	Irmã do deputado Leonel Gomes acusada de expropriar terreno a um camponês	71
7.12	Terrenos para agricultura sem produção vão pagar imposto sobre o património	72
7.13	Terra para a habitação atrai especuladores	72

8. SERVIÇOS BÁSICOS 74

8.1	Defendido mais rigor no tratamento de lixo	74
8.2	Recolha do lixo	74
8.3	Privados podem comercializar água potável e energia eléctrica	74

8.4	Administração do Huambo dá prioridade ao sector Social	75
8.5	«Água para todos» chega às famílias do Bita Tanque	76
8.6	Ndalatando com dificuldades na recolha de resíduos sólidos	77
8.7	Periferia do Huambo regista falta de água	77
8.8	Gestão de resíduos sólidos em debate no Cuanza-Sul	78
8.9	Gestão de resíduos sólidos em debate no Cuanza-Sul	78
8.10	Mbanza Kongo reforça abastecimento de água	79
8.11	Empresas da energia e águas estão de fora	80
8.12	Moradores pedem obras na vala de drenagem	80
8.13	Ambientalista alerta para o perigo de amontoados de lixo	81
8.14	Ambientalista alerta para o perigo de amontoados de lixo	81

9. AMBIENTE 83

9.1	Atraso no licenciamento estimula o corte ilegal da madeira	83
9.2	Atraso na atribuição das licenças faz aumentar garimpo da madeira	83
9.3	Fome leva crianças a abandonar a escola no município do Cuangar	84
9.4	Calemas causam danos a várias embarcações	85
9.5	BFA disponibiliza 2 milhões USD para mitigar efeitos da seca	86
9.6	Oito em cada 10 pessoas no Cunene sofrem com a insegurança alimentar	87
9.7	Seca mata milhares de cabeças de gado	87
9.8	Governo vai investir usd 60 milhões em estações meteorológicas	88
9.9	Exploração ilícita de madeira devasta 106 mil hectares de florestas por ano	89
9.10	BFA dá dois milhões de dólares para combate à seca no Cunene	90
9.11	Considerado “deplorável” o estado da vala de drenagem do rio Coringe	90

10. EXPLORAÇÃO MINEIRA 92

11. MIGRAÇÃO 92

12. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA 93

12.1	CTCE e Governo concertam construção de monocarril em Luanda	93
12.2	Angola e China reforçam cooperação no domínio da formação profissional	93
12.3	A posição do Yuan face ao euro e dólar	94
12.4	China lança desafio para intensificar comércio	95
12.5	CTCE quer alargar empreitadas no País	95
12.6	Filial da Lenovo quer parcerias	96
12.7	Projectos em Angola no âmbito do acordo com a China	96
12.8	USD28,9 mil milhões circulam entre Países	97
12.9	Chineses estão interessados nas privatizações em Angola	98

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Fome leva crianças a abandonar a escola no município do Cuangar

Jornal de Angola

02 De Agosto, 2019

Texto: Lourenço Bule

Centenas de crianças em idade escolar no município do Cuangar, província do Cuando Cubango, estão a deixar de ir à escola para acompanhar os pais nas matas, à procura de frutas silvestres, raízes e tubérculos, devido a penúria alimentar que se regista na localidade.

A informação foi avançada ao Jornal de Angola pela administradora municipal do Cuangar, Carla Cativa, acrescentando que muitas famílias foram obrigadas a abandonar a circunscrição para se refugiar na República da Namíbia, devido a seca severa que deixou a maior parte da população sem ter o que comer.

De acordo com a administradora municipal, a seca está a afectar, principalmente, as localidades do interior do município do Cuangar, onde não está a ser implementado o programa de merenda escolar. “Na sede municipal do Cuangar não temos registo de crianças que estão a desistir da escola, mas sim nas localidades do interior do município, onde existem escolas que não beneficiam do programa de merenda escolar e os pais ou encarregados de educação não têm como alimentar os filhos, devido a estiagem”, disse. Carla Cativa disse que no presente ano lectivo foram matriculados 12.015 alunos, da primeira à 9ª classe, que estudam em 15 escolas, asseguradas por 248 professores.

Fez saber que actualmente a Administração Municipal do Cuangar tem o registo de 875 crianças fora do sistema de ensino, por falta de professores e escolas. Acrescentou que o Cuangar prevê ganhar ainda este ano duas escolas de seis salas de aula cada.

Transumância

Carla Cativa disse que mais de dez mil cabeças de gado, provenientes de Namacunde, província do Cunene, e do Rundu (Namíbia), estão a emigrar para a região do Cuangar, em busca de água nos rios Cubango e Cuatir. Salientou que a transumância é um

fenómeno que pode acarretar inúmeras situações, como a febre afectosa, apesar de ainda não existir registo de casos do género.

Acrescentou que é necessário fazer-se um cadastramento da população animal, para um maior controlo. Carla Cativa apontou como medidas para mitigar os efeitos da transumância o rastreio e cadastramento dos animais, visto que não se sabe em que condições de saúde chegam ao Cuangar, tudo porque a fronteira é bastante extensa e há um número bastante reduzido de técnicos veterinários.

O município do Cuangar conta com 48 enfermeiros e dois médicos de nacionalidade angolana, para prestar assistência médica e medicamentosa aos mais de 30 mil habitantes da referida localidade, muitos dos quais obrigados a recorrer à Namíbia onde pagam valores avultados. “Esperamos que o problema da falta de técnicos de saúde a nível do município, com realce para a classe de médicos, possa ser resolvido nos próximos concursos públicos”, disse a administradora.

Segundo a administradora do Cuangar, mensalmente são distribuídos medicamentos às unidades sanitárias da circunscrição. Salientou que o município do Cuangar conta com oito unidades sanitárias, sendo cinco postos de saúde, dois centros médicos e um hospital municipal, assegurados por 48 enfermeiros e dois médicos de clínica geral. “Precisamos especialistas que possam dar resposta às áreas de maternidade, pediatria, tuberculose, lepra, malária e outras doenças infecciosas”.

Carla Cativa acrescentou que este ano foram notificados dez casos de lepra na comuna do Savate, mas, devido a falta de técnicos especializados, os doentes foram transferidos para a cidade de Menongue.

Segundo a administradora, a população tem tido inúmeros problemas na transportação de pacientes do município do Cuangar (Quando Cubango) para a região do Rundu (Kavango Este) na Namíbia, visto que até ao momento há limitações no que tange à emissão de passes de travessia, que abrangem apenas 60 quilómetros de distância e as unidades sanitárias do país vizinho estarem localizados a mais de 80 quilómetros. A administradora Carla Cativa disse que a falta de infra-estruturas rodoviárias no Cuangar tem dificultado o desenvolvimento socioeconómico da referida região, onde a população tem encontrado inúmeras dificuldades para efectuar as trocas comerciais e o escoamento de produtos agrícolas do campo para a cidade.

“O limite implementado actualmente nos passes de travessia tem criado inúmeros transtornos aos munícipes do Cuangar, visto que os mesmos deslocam-se sempre até a região do Kavango Este, em busca de bens e serviços, para a melhoria das suas condições de vida”, disse a administradora.

Carla Cativa defende a construção de uma ponte, para ligar por terra a região do Kavango Este ao município do Cuangar, para mitigar o grau de dificuldades que as populações atravessam ao deslocar-se em busca de assistência médica e medicamentosa. Salientou que a conclusão da estrada internacional, que liga por estrada a província do Cuando Cubango (Angola) com a região do Kavango Oeste (Namíbia), vai incentivar o desenvolvimento económico e social do município do Cuangar.

“Almejamos que a referida infra-estrutura rodoviária possa ser concluída, ainda este ano, para que, em curto prazo, possamos alcançar índices de desenvolvimento consideráveis e que a população deixe de ter a falta de quase tudo para sobreviver”, concluiu.

1.2 Fome mata cinco crianças por dia em Angola

Novo Jornal

09 De Agosto de 2019

Autor: Teresa Fukiady

Nos primeiros seis meses deste ano, morreram no país pelo menos quatro a cinco crianças por dia, devido a problemas de desnutrição, maioritariamente causada pela fome. Dados do Programa Nacional de Nutrição do Ministério da Saúde (MINSa) a que o Novo Jornal teve acesso mostram que, entre Janeiro e Junho, foi registada a morte de 808 crianças menores de cinco anos por desnutrição no atendimento ambulatorio e nas unidades especiais de nutrição. No mesmo período, foram notificados quase 28 mil casos.

Afectada pela seca, a província da Huíla é uma das mais afectadas, com um total de 5.777 casos que resultaram em 151 mortes. Seguem à frente das estatísticas o Kwanza-Sul, com mais de 5.600 casos e 96 mortes, Benguela (com quase 5.000 casos e 138 mortes), Kwando Kubango (2.304 casos e 36 mortes) e Luanda, 2.074 casos registados e 100 mortes.

Os números são considerados "graves" por um responsável do Departamento Nacional de Nutrição que chama a atenção para o facto de, caso não se olhar com maior seriedade para o programa, os casos continuarem a aumentar.

Desde 2011, o sul do país está a ser fustigado pela seca, o que contribui para o aumento da fome e desnutrição e leva a que activistas e organizações da sociedade civil defendam a declaração do estado de emergência naquela região.

Recentemente, em entrevista à Rádio e Televisão de Portugal (RTP), o Presidente da República, João Lourenço, negou a existência de fome no país. «A nossa luta é lutar para reduzir os índices de pobreza ... Hoje há oferta de bens alimentares em Angola, não se pode dizer que existe hoje fome. É uma questão de alguma malnutrição”, disse na ocasião o chefe de Estado.

Em Angola, de acordo com os dados do último Inquérito de Indicadores Múltiplos de Saúde (IIMS2015/2016), 38 em cada 100 crianças sofrem de malnutrição crónica e outras 15 em cada 100, de malnutrição severa. A taxa de desnutrição crónica é de 38%, quase o dobro do padrão estabelecido pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que é de menos de 20%. Estes indicadores, entre outros, colocam Angola como o terceiro país da SADC com mais casos de desnutrição crónica.

1.3 Eventuais estratégias para o combate à pobreza e à exclusão social

Jornal de Angola

09 De Agosto, 2019

Texto: Filipe Zau

Como medida comparativa, usada para classificar os países de acordo com o seu grau de desenvolvimento humano, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) separa os de desenvolvimento humano muito alto – países desenvolvidos – dos que têm um desenvolvimento humano médio e baixo – países em desenvolvimento. A estatística leva em conta os seguintes indicadores, recolhidos a nível nacional: Expectativa de vida ao nascer, Educação e PIB per capita (um indicador do padrão de vida).

Ao reconhecer algumas fragilidades no IDH, uma equipa brasileira calculou um Índice de Exclusão Social (IES), procurando “incorporar um maior número e uma maior variedade de dimensões da vida humana, de maneira a constituir uma síntese mais robusta, focada na exclusão social e capaz de captar mais eficientemente as condições em que, em determinada área geográfica, esta se efectiva.

De acordo com Hermano Carmo, em «Teoria da Política Social (Um olhar da Ciência Política)» os índices escolhidos foram sete, todos eles já usados em

agências das Nações Unidas e integrados nas seguintes três dimensões:

- 1ª Dimensão - Vida digna (51.00), respeitante ao índice de pobreza, ou seja, a percentagem de população com renda inferior a 2 dólares/dia (22.65); ao desemprego, concernente à percentagem de desempregados na vida activa (5.70); e à desigualdade, correspondente à proporção do rendimento dos 10% mais ricos em relação aos 10% mais pobres (22.65);

- 2ª Dimensão - Conhecimento (17.00), respeitante à alfabetização, a percentagem dos alfabetizados maiores de 15 anos de idade (5.70); e escolarização superior, correspondente à percentagem da população activa com formação superior (11.30);

- 3ª Dimensão – vulnerabilidade (32.00), correspondente aos índices de população infantil (17.00) e de violência (15.00).

Joseph Novak, em «Aprender, criar e utilizar o conhecimento – mapas conceptuais como ferramentas de facilitação nas escolas e empresas» ensina-nos a diagramar as variáveis do Índice de Exclusão Social (IES) sob a forma de um mapa conceptual e permite-nos entender que a pobreza (menos de 2 USD/dia) é um subconjunto da exclusão social, estando a mesma relacionada com outras dimensões que a podem agudizar, não concorrendo, assim, para uma vida digna: desemprego, desigualdade, baixa escolarização, ausência de formação académica e elevada vulnerabilidade.

Esta forma de encarar a pobreza modifica substancialmente a ideia idílica de que pode haver pobreza sem exclusão social: ainda que possa não haver consciência disso, “com a globalização toda a pobreza exprime uma situação de ruptura com os padrões mínimos de qualidade de vida de um grupo de referência; ou seja, um certo nível de exclusão social. Ainda de realçar que “a presença continuada de situações de pobreza enfraquece a coesão das sociedades globais”, dado que: cristaliza solidariedades defensivas (de sobrevivência) nos grupos excluídos (efeito de ghetização); reduz os laços de solidariedade entre os diferentes estratos sociais e aumenta drasticamente os níveis de desconfiança e insegurança, que enfraquece o capital social; reforça, objectivamente, comportamentos de violência política, social e doméstica. (Veja-se a este propósito Francis Fukuyama, em «A grande ruptura: a natureza humana e a reconciliação da ordem social»).

Para além destes aspectos, Hermano Carmo considera que as orientações neoliberais e neoconservadoras, implementadas nos últimos anos,

têm contribuído claramente para o aumento da anomia social, enfraquecendo significativamente a função de orientação colectiva que compete aos sistemas políticos. Daí que, de acordo com este sociólogo, o combate contra a pobreza tem de conjugar um conjunto de políticas articuladas, nas quais se devem inscrever duas prioridades estratégicas e dois imperativos táticos.

As duas prioridades estratégicas são o reforço do capital social, quer através de medidas que fomentem a confiança e a participação das populações, através do associativismo e da vigilância nos locais de residência; quer através da formação da juventude, em torno de projectos de vida que não descorem a educação do carácter, a educação para a liderança e a educação para a democracia.

Quanto aos aspectos táticos, são de considerar a autonomização, na luta em prol dos direitos dos pobres (advocacy) e empoderamento, à medida que os mesmos forem ganhando maior capacidade de intervenção social.

I.4 Finalmente enterrado o socialismo em Angola

Jornal Expansão

16 De Agosto de 2019

Texto: Alves da Rocha

Componente do Programa Maior do MPLA, a construção do socialismo nunca foi um processo linear nem sequer compreendido pela grande maioria da população, que se limitou a seguir os líderes na presunção de que a expulsão do colonialismo e dos seus agentes seria o caminho para uma melhoria geral e substancial das suas condições de vida, por intermédio da propriedade colectiva dos meios de produção, da construção de um novo quadro de relacionamento sem classes, sem possuidores e explorados e na base de novas forças produtivas, com suporte total nos trabalhadores. As referências às elites e à pequena burguesia ausentes em documentos e declarações públicas, a não ser para as atacar e acusar de revisionistas, anti-patrióticas, etc., tendo ficado célebre a declaração, segundo a qual "era necessário partir os dentes à pequena burguesia". Hoje compreende-se o exagero destes posicionamentos e aceita-se que foram perfeitamente circunstanciais, quando se tentava criar um novo regime social e um novo modelo económico, essencialmente anti-colonial e anti-capitalista. Anti-colonial ainda estava adequado a uma Nova Ordem Internacional pós Bandung e ao movimento independentista em África e na

Ásia. Anti-capitalista manifestamente em contra-mão com a capacidade de regeneração do sistema capitalista mundial, sujeito a crises severas durante os anos 1980 e ao início do desmoronamento do sistema socialista mundial comandado pela União Soviética. Em Angola, em 1976, iniciou-se o processo de nacionalização e confisco de todas as empresas privadas portuguesas - afinal o exclusivo dos empresários existentes no País, onde a iniciativa privada autóctone nunca foi incentivada pela administração colonial com base no argumento do abandono pelos seus proprietários, mas na realidade como uma das peças mais importantes da criação de novas forças produtivas inerentes ao modo de produção socialista. Vale a pena dizer também que o socialismo era uma das traves-mestras essenciais do pensamento do Presidente Agostinho Neto: a criação do Homem Novo.

O Decreto Presidencial que cria o PROPRIV enterra em definitivo o socialismo em Angola: todas as empresas públicas devem ser privatizadas até final de 2022, sob a batuta estratégica do Banco Mundial (uma das organizações internacionais mais liberais do mundo e com um "ódio de morte" a tudo o que seja público), que, segundo declarações oficiais de altos responsáveis, garantirá a lisura a transparência dos processos. As declarações ministeriais aquando do lançamento e apresentação de mais um PRO (programa de apoio ao crédito, programa de apoio à criação de emprego, programa disto e daquilo como se pelo facto de existirem resolvem os problemas), foram no sentido de que estas privatizações vão criar mais emprego (especialmente entre os jovens), mais produção e - não podia faltar - ajudar a diversificação da economia.

Vários sinais retiro deste decreto presidencial enquadrador das privatizações: o Estado está de facto numa situação financeira muito delicada (vão vender-se as jóias para se pouparem os dedos), opinião reforçada pela tributação em sede de IRT de rendimentos do trabalho das pessoas idosas para quem os montantes de reforma são claramente insuficientes para garantirem um mínimo de condições decentes de vida (seguramente que as instituições de Bretton Woods aplaudem medidas deste tipo); se não me engano, o Programa Eleitoral do MPLA não fala de privatização de todo o património empresarial do Estado; a pressão do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial devem ser enormes para que, em nome da estabilidade financeira do Estado, este deixe de ter posições estratégicas na economia, mormente em sectores estratégicos, que serão entregues a uma iniciativa privada que, seguramente, não estará em sintonia com os grandes objectivos sociais e políticos

do Estado (a partir do momento em que as empresas passam a ser privadas, os novos proprietários, ainda que garantam a pés juntos que manterão os empregos e os direitos dos trabalhadores, depois de seis ou 12 meses procederão a reestruturações e ajustamentos, seguramente através de despedimentos de pessoal, diminuição de envelopes salariais, redução da sua componente social, eventualmente venda a terceiros, etc.). Fazer política pública rapidamente e em força NUNCA DEU bons resultados.

Claro que ainda é prematuro para se conhecer e perceber os montantes financeiro das privatizações, mas alguns ministros já vieram anunciar que os mesmos serão utilizados em investimentos no sector produtivo. Mas investimento feito afinal por quem? A partir deste decreto presidencial o Estado perde toda a legitimidade de voltar a ser empresário. Então quem vai investir no sector produtivo? As receitas provenientes das privatizações devem preferencialmente ser afectadas à amortização da dívida pública e, conseqüentemente, à minoração do respectivo serviço, cujo peso no OGE é enorme. Ou então aplicá-los em construção de infra-estruturas em províncias sofredoras. Com a província do Cunene a morrer de fome devido à seca severa e ainda que o Governo já tenha decretado situação de emergência com a aplicação de cerca de 200 milhões USD em acções supletivas de redução de efeitos sobre as populações, necessita-se de operações estruturantes de uma estabilidade produtiva da economia da província, com retornos à escala positivos no médio prazo.

Deixem-me voltar aos programas PRO e referindo o caso do PRODESI: espero que os que tanto o criticaram continuem com as facas afiadas para criticarem o novo programa (ou o PRODESI reestruturado, ou o PRODESI ajustado, ou o PRODESI reformado), sobretudo pelo facto, e mais uma vez, a operação estar a ser feita por um consórcio estrangeiro com apoio financeiro do BAD (que se preocupa pouco com o envolvimento da força-de-trabalho nacional com capacidades técnicas e intelectuais comprovadas) e com equipas de experts internacionais (na melhor das hipóteses se houver mão-de-obra nacional serão a "equipa-sombra" para fornecer informação, garantir net-works, etc.).

Em Angola, nos últimos anos, a chamada contabilidade do crescimento económico - coincidente com a análise das componentes do crescimento do ângulo da procura agregada da economia - foi amplamente favorável às componentes externas do Produto Interno Bruto, tais como o investimento privado estrangeiro no petróleo e nos diamantes e as exportações dos correspondentes produtos. Esta estrutura assimétrica

nas duas mais importantes variáveis do crescimento económico do nosso País, consequencializa resultados perversos, tais como a extroversão, a transferência de uma importante percentagem de renda para o exterior, a dependência do comportamento dos mercados mundiais (preços e procura) e, talvez o mais importante efeito das economias rendeiças, a doença holandesa, que deprime o resto da economia e piora as condições gerais de vida das populações.

A situação económica e social continua num processo preocupante de degradação sistemática, a corrupção está longe de controlada - basta ler a imprensa diária e os diferentes sites para se perceber que a luta não está ganha e os "marinbundos" ainda voam e picam - os amiguismos e clientelismos prevalecem através de novos bajuladores (do "como disse o Camarada Presidente José Eduardo dos Santos" está a passar-se para "segundo a orientação de Sua Excelência o Presidente João Lourenço") e a grande maioria da população permanece na pobreza, com rendimentos parcos, subida generalizada dos preços, desconforto geral, insegurança permanente (os investidores estrangeiros detestam este tipo de situações) e perda de grande parte do capital de confiança criado pelas promessas feitas na campanha eleitoral de 2017. Quase dois anos depois das eleições de Agosto de 2017, a esperança começa a perder-se, não sendo as constantes mudanças de governantes, assessores e conselheiros a forma mais sábia de governação, mesmo compreendendo-se o papel das "entourages" nas governações por esse mundo fora.

1.5 Os angolanos hoje estão a morrer mais com fome e seca que no tempo de Guerra

Jornal Manchete

22 De Agosto de 2019

Fome e morte são palavras com a mesma raiz em Angola: crise económica cujo governo é incapaz de acudir. Os acontecimentos no Cuando Cubango e no Cunene encerram uma barbaridade colossal do clima hediondo que se vive em Angola, em que diariamente perto de 6 pessoas morrem por escassez de comida ou de água, coisa que nunca terá sucedido, ainda em tempos de conflitos armados. Prova de que o Presidente João Lourenço não está à altura de responder aos anseios do povo angolano, a ser verdade, está mais interessado em perseguir o Patriota que em acudir a problemática da fome e da seca que se vive em Angola, o silêncio descomunal, é prova clara de que João Lourenço não quer saber do povo angolano, quer sim, fazer ajustes de contas com

os que o maltrataram enquanto esteve abaixo das asas deles no MPLA.

Tem-se falado do espectáculo do mundo, e comparada a vida a um teatro, parece que o pior teatro, senão mesmo terror, é o que se vive hoje em Angola, no sul do País, onde crianças morrem como se fossem gafanhotos, há zonas em que morrem famílias inteiras por escassez de alimentos e pela seca extrema, pela ironia dos factos, o Governo angolano, permanece de braços cruzados sem soluções algumas para acudir a problemática que se vive na esfera angolana. Os actores político da Nova Angola, têm atitudes políticas desdenhosas cujo âmbito visa apenas perseguir a sombra do passado, esquecem -se que, o âmbito actual é grave e carece de um olhar humanista para resolvê-lo: há milhares de pessoas a padecerem na pobreza extrema, e muitos dos quais já têm da morte o único destino contra suas vontades.

Angola, caminha assim, como apelei nos meus artigos anteriores à passos estugidos rumo ao abismo, porque no País mais rico de África Austral, há dinheiro para compra de um terreno para o bairro dos Ministérios orçado em 344 milhões de USD, mas não há dinheiro para acudir vítimas da fome e da seca prestes à darem o seu último à Deus. Há dinheiro para construção de um ginásio dos deputados orçado em 12 milhões de USD, mas não existe dinheiro para acudir os milhares de cidadãos angolanos que morrem a cada instante que se passa asfixiados pela fome, lá vêm os tais, dizendo que o País mudou para o melhor, que melhoria, desde então? Há melhoria com essa carência hedionda que se vive no sul de Angola? O povo morre feito insectos enquanto milhões de dólares são gastos para fins menos necessários.

Fracassados mais uma vez. A miséria em Angola, não acaba nunca. Estamos pior que no tempo colonial. Infelizmente nenhuma angolano se salvará, parece que fomos amaldiçoados, nascemos num País ricos, mas estamos condenados a viver a pior miséria de sempre, nossos irmãos morrem de fome, mas o Governo cruza os braços e nem sequer com isso se interessa. SENHOR DEUS, TENHA COMPAIXÃO DE NÓS, NÃO NOS BASTOU A GUERRA, AGORA É MAIS A FOME EXTREMA POR INEXISTÊNCIA DE POLÍTICOS CAPAZES DE NOS SALVAR? SENHOR DEUS TEM PIEDADE DO POVO ANGOLANO. PORQUE DESTES POLÍTICOS OPORTUNISTAS QUE NADA QUEREM SABER DO POVO AFINAL? SERÁ QUE OS ANGOLANOS FORAM APENAS DESTINADOS À SOFRER ETERNAMENTE?

1.6 Cartoon

Novo Jornal

23 De Agosto de 2019

Sérgio Pirraça



1.7 Trinta por cento da população activa no Cuando Cubango está desempregada

Jornal de Angola

26 De Agosto, 2019

Texto: *Lourenço Bule*

Ao todo, 30 por cento dos cerca de 277.343 populares economicamente activos, entre os 15 e os 65 anos de idade, na província do Cuando Cubango, encontra-se no desemprego, informou o supervisor provincial para a área social e demográfica do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Ricardo da Costa explicou ao *Jornal de Angola* que os dados foram obtidos a partir do Inquérito sobre o Emprego em Angola (IEA), realizado no primeiro trimestre do ano em curso, que estima que 83.607 populares encontram-se no desemprego, dos quais 51.144 são mulheres e 32.462 homens.

O responsável referiu que a nível do Cuando Cubango existem cerca de 300 mil e 968 populares maiores de 15 anos de idade, dos quais apenas 277.343 são economicamente activos para desempenhar qualquer tipo de actividade.

Segundo Ricardo Costa, estima-se que o número de populares empregados a nível da província é de 193 mil e 736, com idade entre 15 e os 65 anos, dos quais 102 mil e 798 homens e 90 mil e 736 mulheres.

O responsável salientou que o Inquérito sobre o Emprego em Angola (IEA), tem como objectivo recolher dados sociodemográficos, emprego, habitação, educação e formação técnico-profissional, com intuito de permitir que o Executivo angolano trace políticas para o fomento de mais postos de trabalho no país.

“O IEA vai permitir ao Governo elaborar políticas e programas públicos de melhoria das condições de vida das populações, bem como saber onde e em que condições vivem os cidadãos, ao mesmo tempo possibilitará a actualização do índice de desemprego no país”, disse.

Ricardo da Costa fez saber que as informações são recolhidas mediante entrevistas presenciais, através de tablets onde está instalado um aplicativo com todos os questionários para inquirir as famílias, explicando que estes dados estão a ser actualizados, no âmbito do Inquérito de Emprego em Angola (IEA), processo que decorrerá em cada trimestre, até ao final do ano em curso.

“À semelhança do que está a acontecer em todo o território nacional, os trabalhos de inquérito são realizados, periodicamente, em todos os municípios, mas não em todas as localidades, visto que o processo é feito por amostras, através de selecções aleatórias das famílias”, disse.

Ricardo da Costa frisou que o mau estado das vias e a falta de informações por parte da população têm dificultado o trabalho dos inquiridores, no que tange ao cumprimento dos prazos preconizados.

Projecção populacional

De acordo com um documento a que o *Jornal de Angola* teve acesso, o Instituto Nacional de Estatística (INE) prevê, até ao ano de 2024, um aumento populacional significativo. Actualmente a província do Cuando Cubango tem 535.838 habitantes e até 2024 deverá atingir 717.745 cidadãos, dos quais 352.521 do sexo masculino e 365.224 feminino.

Segundo os dados estatísticos, até 2024, ano em que se realiza outro processo de recenseamento geral da população e habitação, o município de Menongue, considerado o mais populoso da província do Cuando Cubango, terá cerca de 431.326 populares, dos quais 211.069 homens e 220.257 mulheres, seguido do Cuchi com 57.746, sendo 30.482 do sexo feminino e 27.264 masculino.

O município do Cuito Cuanavale terá uma densidade populacional de 54.880 habitantes, 27.752 mulheres e 27.128 homens, Rivungo 44.425, sendo 22.669 do

sexo feminino e 21.756 masculinos, Cuangar 38.255, dos quais 19.151 mulheres e 19.104 homens.

O município de Mavinga terá cerca de 36.568 populares, 19.087 homens e 17.481 mulheres, Calai 30.451, dos quais 15.424 do sexo feminino e 15.027 masculino, Dirico 20.333, sendo 10.180 homens e 10.153 mulheres, a região do Nancova, a menos populosa da província, terá apenas 3.760 pessoas, 1.854 mulheres e 1.906 homens.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Malparado não impede crédito a empresários

Jornal de Angola

02 De Agosto, 2019

Texto: Venâncio Victor

Os empresários da província de Malanje, com créditos pendentes nos bancos comerciais, não estão impedidos de aderir ao Programa de Apoio ao Crédito (PAC), para que possam desenvolver projectos viáveis que permitam a liquidação dos empréstimos obtidos anteriormente junto da banca.

A informação foi prestada pelo director do Gabinete Provincial para o Desenvolvimento Económico e Integrado, Jacinto Caculo, durante um encontro de esclarecimento sobre o PAC, que juntou em Malanje empresários, associações empresariais, comerciantes, industriais e cooperativas.

Jacinto Caculo afirmou que grande parte dos empresários locais têm dívidas pendentes com a banca comercial, mas aconselha os mesmos a acederem ao financiamento do PAC, desde que possuam os requisitos exigidos, como estarem registados no Portal do Produtor Nacional, onde facilmente é publicitado o projecto e os produtos de cada empreendedor. Em Malanje, o Programa de Apoio ao Crédito foi abraçado pelos bancos BAI (Banco Angolano de Investimentos) e BIC (Banco Internacional de Crédito), que já começaram a receber processos e possuem 2,00 por cento do capital virado para projectos, cabendo apenas aos empresários apresentarem um trabalho afinado.

O responsável disse que, além dos requisitos exigidos pelos bancos, os empresários, agricultores e cooperativas que desejam esse financiamento, pagam apenas 7,5 por cento de taxa de juro, havendo possibilidades de negociar-se com os bancos autorizados os prazos de carência. A título de exemplo, referiu que para o sector da Agricultura o tempo é de três anos de carência.

O responsável diz ser importante que os empreendedores evitem aquilo que considerou ser “capricho individual” de inviabilizar os objectivos do PAC, à semelhança do que ocorreu com outros projectos que fracassaram em anos anteriores. “Precisamos ter em conta que o PAC não só pode contribuir para a renda pessoal, como vem cooperar para o aumento da produção nacional”, sublinhou.

2.2 BUE registou cinco mil empresas em seis meses

Jornal de Angola

07 De Agosto de 2019

Texto: César Esteves

O Balcão Único do Empreendedor (BUE) registou no primeiro semestre deste ano, em todo o país, 5.922 empresas, superando, deste modo, as 2918 inscritas em igual período do ano passado.

O coordenador nacional do Balcão Único do Empreendedor, Carlos Lopes, que prestou a informação ao Jornal de Angola, disse que a instituição está 'com uma média de mil empresas que mensalmente formalizam a sua actividade, deixando o mercado informal.

Com mais de 250 inscrições mensais, de acordo com o gestor, o balcão do Cazenga é o mais produtivo de todos.

Diferente dos anos anteriores, referiu, as novas empresas não estão a ser constituídas com base em financiamentos bancários promovidos pelo Estado. "São utentes que querem ver a sua condição diferenciada, dada as vantagens daí decorrentes, como é o caso, por exemplo, do acesso à Segurança Social, que garante a sua providência social", frisou. O segredo para alcançar tal desiderato, explicou' foi ter ido ao encontro dos comerciantes, mostrando-os, através de palestras, as vantagens de se constituir uma empresa.

Carlos Lopes lembrou que o processo de constituição de empresa nos balcões do BUE é totalmente grátis. O cidadão não gasta nada para constituir a sua empresa.

Durante algum tempo, a rede do Balcão Único do Empreendedor enfrentou dificuldades no seu funcionamento, devido a uma avaria registada no aplicativo usado na instituição, o que levou muitos cidadãos a deixar de solicitar os seus serviços.

Outro motivo que contribuiu fortemente para a redução de abertura de empresas no BUE foi o cancelamento dos créditos solicitados na altura, principalmente aos jovens. Abrir uma empresa nessa instituição era uma das condições para se conseguir tal crédito.

Em declarações ao "Boletim da Justiça e dos Direitos Humanos", edição nº 18, um documento informativo do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, Manuel Canga, coordenador do BUE do Cazenga,

disse. que muitos cidadãos criaram empresas motivados pelos créditos que eram cedidos na altura e hoje têm dívidas de impostos por pagar, "Quando apresentam o NIF, o relatório apresentado indica que têm dívidas de impostos por pagar", frisou, para acrescentar que essa situação tem dificultado o acesso dos mesmos à pensão na Segurança Social.

Com o fim do período negro, conjugado com a chegada da "Operação Resgate", destinada a corrigir práticas erradas no mercado, a instituição começou a receber novas solicitações de vários comerciantes, sobretudo estrangeiros detentores de cantinas, que exerciam a actividade de forma ilegal no país.

Além da constituição de empresas, foram efectuados nos balcões do BUE, durante o primeiro semestre deste ano, 9.632 registos civis, 2.577 registos criminais, 1.096 Bilhetes de Identidade e 2.188 números de Identificação Fiscal (NIF).

2.3 Banca gasta mais a comprar títulos, que financiar a economia

Jornal Economia e Finanças
9 De Agosto de 2019

Os empresários angolanos acreditam em um novo rumo da economia, com indicações de que ela pode tornar-se robusta, já com a inclusão de todos os seus actores.

Numa entrevista recente à TPA (Televisão Pública de Angola), Carlos Cunha, coordenador nacional do Grupo Técnico de empresários, viajou pelo passado do empresariado angolano e fez uma incursão ao futuro, afirmando que "o país tem tudo para dar certo, se houver apoio à classe",

Quais são as grandes preocupações da classe empresarial. Apresentadas ao Presidente João Lourenço?

Tivemos uma audiência com o Presidente, bastante produtiva. Levamos uma agenda bem preenchida sobre o que queríamos e o Presidente fez questão de convidar vários membros do Executivo. Perguntou se dispúnhamos de tempo, para se dar sequência ao trabalho com o ministro da Economia. Assim foi estabelecido um calendário com 11 órgãos do Executivo, com os quais fizemos 14 reuniões de especialidade e chegamos a acordo em 88 temas, para discussão.

O que pensam os empresários?

Penso que é transversal e é um assunto muito abordado por todas as associações, o excesso de

burocracia em todos os sectores. Sente-se que a burocracia está muito pesada para a classe empresarial.

Onde mais se sente isso?

Na obtenção de registos de propriedade, de licenças e alvará. É um gigantesco esforço, ter um pouco de terra para trabalhar.

O Presidente disse que o Governo vai fazer tudo, para que as empresas tenham acesso ao crédito?

O Presidente não é de grandes promessas, ele é uma pessoa muito cumpridora. Reflete muito, antes de emitir uma opinião. Quem o conhece e está habituado à sua forma de estar, sabe que ele é uma boa pessoa e não toma decisões por emoção. É a sua forma de estar. Trocamos algumas impressões e a sensação que tive, é de que ele é um homem para acções rápidas. O Grupo Técnico foi convidado a estar no Conselho de Ministros, pela primeira vez - não há história de um empresário ter ido ao Conselho de Ministros, onde apresentamos as nossas preocupações. Apresentamos 88 preocupações,

O que disseram aos ministros?

Que queremos menos burocracia, que se conceba um sistema financeiro mais virado para as empresas, já que temos vivido, até agora, um sistema financeiro completamente alavancado para o Estado, porque a banca gasta mais dinheiro a comprar títulos do banco central, que financiar a economia. E cria-se a questão dos multibancos. É o próprio Estado a comprar títulos do banco central ou o banco que não incentiva investimento.

Os investidores andam de joelhos dobrados nos bancos, para obter o crédito?

O próprio Estado se financia dentro do sistema financeiro, que reduz a situação circuncidaria que devia ser direccionada às empresas. Hoje, O Estado está a retirar-se dessa situação progressivamente e já se começa a ver bancos a procura de empresas, para poderem viabilizar liquidez.

Nos últimos 10 anos, o crédito concedido continua malparado. É natural que os bancos tenham alguma resistência?

Nem todo crédito está malparado. Temos que ter pressupostos que aumentem a segurança nos créditos. O problema agora é esse.

Qual é a vossa sugestão?

A nossa sugestão está na forja. Acho que vai começar a acontecer.

O Ministério da Economia, quanto a nós, está a fazer um bom trabalho. Neste momento, fez um levantamento no mercado e localizou empresas de consultoria nacionais a um custo completamente razoável.

O que isso representa?

Isto mostra que se começa a fazer a facilitação de créditos, embora acho que há 144 projectos, dependentes do Angola Investe, que estão no malparado. Antes do Estado começar a fazer financiamento, o que se vai tentar é validar 05 projectos em que, por esta ou outra razão, não arrancaram. Por essa razão, o Estado tem que começar por aí. Nós não somos muitos e a ideia aqui não é pôr carimbo na testa das pessoas, mas é tentar saber, porque que essas entidades que beneficiaram nesse crédito não conseguiram viabilizar os seus negócios.

Dessa forma viabiliza-se os projectos?

O que vai fazer é a validação dos projectos, validar a capacidade dos projectos das empresas e os esforços que elas fizeram, para beneficiarem do crédito. A partir do momento em que esse trabalho for implementação, muita coisa vai ser viabilizada.

Esse validar implica também perdoar?

Não! Ninguém aqui falou de perdoar. O que tem de ser feito, é uma avaliação real da estrutura financeira. O senhor recebeu um milhão de dólares. O que fez com o dinheiro? Roubou, plantou, comprou um tractor... O que o senhor fez? Eles vão fazer uma validação desse crédito e depois, em função disso, vão fazer uma triagem dos cento e quarenta. Talvez são projectos par esquecer, ou para obter junto do Tribunal ou coisa do gênero. Se calhar, haverá 40 ou 50 e com um bocadinho mais viabilizam-se. se calhar, há outros que carecem de estudo. Isto chama-se gerir um país.

Uma coisa que nós continuamos a criticar, é que a solução de uma Nação não Se faz rotulando as pessoas.

Sente que isso está a acontecer?

O esforço é esse. Houve agora uma mudança do titular da pasta, provavelmente haverá um reajustamento. Mas, não creio que possa se fugir muito disto, porque faz parte dos novos acordos.

Nós, associações, não somos governantes e não podemos ter essas pretensões. Nós somos apenas órgãos.

São um parceiro muito importante?

Somos importantes. Aliás, este vem nos atribuir mais responsabilidades, enquanto empresários que precisam de um bom ambiente de negócios. Quanto melhor nos entendermos, quanto melhor nos ouvirmos, melhor progresso haverá. Se no passado não éramos ouvidos, éramos sim! Só que uma coisa é ouvir e a outra é transformar em questão o que se ouve.

O que mudou?

Mudou a liderança e a forma de estar.

Muda a forma de ouvir?

Com certeza! Há mais abertura, há mais democracia no discurso. As intervenções que foram feitas pelos empresários, demonstraram isso.

2.4 40 Por cento das firmas dos jovens foi à falência

Jornal de Angola

17 De Agosto de 2019

Texto: César Esteves

Uma média de 40 por cento das empresas criadas por jovens foi à falência ao longo dos últimos cinco anos, por falta de financiamento e de outros apoios, revelou ontem, em Luanda, o director-geral do Instituto Angolano da Juventude (IAJ).

Jofre dos Santos advertiu, à margem do Fórum sobre empreendedorismo, Engajamento e Apoio dos Investidores Privados nos Projectos da Juventude, realizado por aquele serviço afecto ao Ministério da Juventude e Desportos, que se esse quadro se mantiver, o país terá dificuldades em desenvolver aptidões empresariais entre a juventude, um cenário que declarou ser mais acentuado nas outras províncias.

A ministra da Juventude e Desportos, Ana Paula do Sacramento Neto, atribuiu o fracasso à falta de acompanhamento aos projectos dos jovens, acrescentando que, em muitos casos, é necessário apenas apoio institucional e de gestão para melhorar a gestão dos seus negócios.

A responsável prometeu apoiar os jovens que se encontram nessas condições, com a realização de encontros em que aprendam técnicas para conceber e

gerir melhor os negócios. “Com a realização de actividades como este fórum, vamos ajudá-los a

encontrar os apoios que necessitam para a materialização dos seus projectos”, declarou a ministra.

Considerou o número de empreendedores jovens a operar no país “ínfimo” e “insatisfatório” para um país cujo Estado não tem capacidade para empregar todos os jovens. “O número de posto de trabalho aumenta com o crescimento do empresariado nacional”, acentuou.

A empresária Filomena Oliveira opinou que o ambiente de negócio e a crise económica que assola o país não ajudam “nenhum empreendedor a prosperar” e solicitou que, por intermédio do seu Centro de Estudos, a AGT vá às universidades estabelecer análises que permitam a sobrevivência das empresas, não limitadas, por isso, à política fiscal e à colecta de receitas para o Estado.

2.5 Ministro reconhece erros nos programas de crédito

Jornal de Angola

20 De Agosto, 2019

Texto: Mazarino da Cunha

O ministro da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS), Jesus Maiato, reconheceu ontem, em Luanda, ter havido erros na concessão de créditos para os programas de empreendedorismo destinados à juventude no

Jesus Maiato, que falava numa conferência consagrada aos “Desafios do mercado de trabalho no actual contexto económico e financeiro”, realizada em alusão ao aniversário da Universidade Lusíada de Angola, que completa hoje 19 anos de existência, frisou que os erros não recaem apenas sobre o Executivo, mas também sobre os beneficiários que não foram honestos.

O insucesso de muitos programas de empreendedorismo para os jovens, prosseguiu Jesus Maiato, não se deveu apenas à aplicação dos programas, como também está ligada a desvinculação daqueles que receberam os financiamentos. “Faltou cumplicidade por parte dos beneficiários”, declarou o ministro.

“Muitos dos que beneficiaram de créditos não foram honestos no contrato com as instituições afins e muito menos tinham competências para gerir um negócio”, lamentou o ministro durante a conferência

com estudantes de diferentes instituições de ensino superior da capital.

A honestidade associada à capacidade de produzir novas ideias no momento da tomada de decisão foi apontada pelo ministro como fundamental para os jovens que pretendam criar o seu próprio negócio.

Além da reduzida transparência verificada nos anteriores programas de empreendedorismo, Jesus Maiato reconheceu a inexistência de financiamento bonificado, algo capaz de impulsionar o fomento de negócio e do emprego.

Jesus Maiato apelou aos estudantes que participaram naquela conferência a colocarem, nos seus planos futuros, a ideia de se tornarem empregadores e não apenas empregados, como muitos ainda pensam.

A criação de emprego, frisou o ministro, não depende exclusivamente do poder político, mas também da dinâmica da economia e da capacidade criadora e inovadora dos jovens, características que podem reduzir o elevado número de técnicos qualificados que se encontram no desemprego.

2.6 Taxa de bancarização em Angola ronda os 30%

Jornal EXPANSÃO

30 De Agosto de 2019

“Temos naturalmente ainda muitos desafios, os níveis de bancarização ainda são relativamente baixos mesmo comparando com aquilo que é a média da região, vamos com um nível de bancarização próximo dos 30%”, afirmou esta quinta-feira o governador do BNA, José de Lima Massano, em Luanda.

Mas a meta é mais ambiciosa.

“O objectivo de inclusão financeira, aqui medido por bancarização, é que até ao ano de 2020 devemos ter no mínimo 50% da população adulta bancarizada”, acrescentou.

Segundo assumiu, a instituição que dirige tem ainda pela frente “um trabalho intenso”. No âmbito do Programa de Inclusão Financeira, dirigido pelo Conselho Nacional de Estabilidade Financeira (CNEF), o BNA instituiu o programa Bankita e activou, em oito anos, cerca de 710 mil contas. “E [foram] pouco mais de 150 mil contas que já saíram desse regime de contas simplificadas para as chamadas contas universais”, realçou, admitindo serem ainda números insuficientes.

O governador do banco central considerou também que grande parte das províncias do País ainda tem acesso limitado aos principais serviços do sistema financeiro, sobretudo ligados à banca, a maioria concentrados em Luanda. "O nível de concentração do sistema financeiro ainda é alto, cerca de 94% do crédito que é concedido à economia é aqui na província de Luanda, também ocorre com os depósitos, cerca de 95% dos depósitos são captados em Luanda", explicou.

José de Lima Massano referiu igualmente que 51% da rede bancária angolana está concentrada em Luanda e o mesmo acontece com os sistemas de pagamentos electrónicos (ATM) com um parque de 52% e cerca de 72% dos terminais de pagamento automático (TPA) também concentrados na capital.

Anunciou ainda um conjunto de medidas, no âmbito da inclusão financeira, nomeadamente "maior dinamismo dos pagamentos móveis", mas também dos pagamentos digitais. "E por esse motivo estamos a fazer a revisão da Lei do Sistema de Pagamentos, este processo que conta com o apoio do Banco Mundial ", adiantou.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Incêndio destrói mercado da Madeira em Luanda

Jornal de Angola

06 De Agosto de 2019

Texto: Edivaldo Cristóvão

Um incêndio de médias proporções destruiu parcialmente o mercado informal da Madeira, no distrito da Maianga, nas imediações da Vila do Gamek, em Luanda. Em consequência disso, mais de cem vendedoras perderam os seus haveres e seis desmaiaram no local.

As causas do incêndio, que iniciou à meia-noite, são ainda desconhecidas. Até às 14 horas, altura em que o Jornal de Angola chegou ao local, havia ainda fogo activo em algumas zonas do mercado, apesar da intervenção do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, que se fez presente só a partir das 2h: 00. A secção de venda de madeira foi a área mais afectada pelo fogo, que destruiu quantidades incalculáveis de madeira o principal produto do mercado -, materiais de construção e bancadas, sem deixar rastros.

Testemunhas no local disseram que as chamas surgiram de repente e nem os guardas de serviço no local têm explicação sobre o sucedido. Fátima dos Santos, 40 anos, vendedora há nove anos, perdeu toda madeira, bem como outros materiais de construção. Diz que a mercadoria estava avaliada em mais de um milhão de kwanzas.

Viúva e mãe de seis filhos, vivia unicamente da venda no mercado. “Não é justo que a Administração do Mercado não tenha solução para este problema, pois sempre pagamos a Taxa de Permanência, avaliada em dez mil kwanzas/ mês, para salvaguardar essas situações. Agora como vou dar de comer os meus filhos? Quem vai repor o meu negócio?”, questionou, com lágrimas nos olhos.

Fátima dos Santos revelou que, normalmente, chega ao mercado às 7h00, mas ontem a rotina teve de ser diferente, porque foi avisada do incêndio às 5h00. “E não quis acreditar no sucedido”.

“Somos mais de 100 pessoas que sofremos em consequência do incêndio. O dono do mercado tem de se responsabilizar pelos danos. Por este motivo,

mais seis colegas desmaiaram por não aguentarem a dor pelos prejuízos”, contou, triste.

Uriela Vunda, vendedora há oito anos, tinha armazenado pregos e madeiras, avaliados em mais de 300 mil kwanzas. “Estes danos vão causar muitos transtornos na minha vida. Sinto-me destruída. Peço que nos ajudem a superar isso, perdemos muitas coisas”, clamou.

Residente em Viana, com cinco filhos e a mãe que se encontra acamada, a vendedora apelou à Administração do Mercado para se pronunciar e apresentar alguma solução.

O porta-voz do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros, Faustino Minguês, disse que uma equipa foi accionada por volta das duas horas da manhã, mas só conseguiu dominar o incêndio depois do reforço de 15 efectivos e três viaturas. “Tomamos conhecimento às 2 horas, fizemos tudo para travar a propagação do incêndio. Até ao momento é difícil calcular os danos, porque notámos que as vendedoras não têm ideia do material que tinham guardado”, disse o porta-voz.

O mercado informal da Madeira existe há mais de 20 anos, alberga mais de 400 vendedores e comporta áreas para refeições, vendas de alimentos diversos, perecíveis, roupas, reparação de electrodomésticos, relógios e barbearias.

3.2 Zungueiras criam programa televisivo para defender os seus direitos

Jornal OPAÍS

09 De Agosto de 2019

Texto: Milton Manaça

Associação Nacional dos Vendedores Ambulantes (ANVA) passará a emitir, a partir de Setembro próximo, programas relacionados ao dia-a-dia da mulher zungueira, como forma de chamar atenção às injustiças a que alegadamente estão submetidas no exercício das suas actividades e defender os seus direitos.

A informação foi avançada a OPAÍS pelo presidente da ANVA, José Cassoma, tendo adiantado que os programas serão emitidos numa primeira fase na RTP África e na TV Record, que terão anuído à solicitação da associação.

Os programas serão emitidos às Quintas e Sextas-feiras em horário ainda por definir, através da rubrica "Repórter Zungueiro", onde serão reportadas as actividades por elas desenvolvidas desde as primeiras horas do dia, a fuga aos fiscais e agentes da polícia.

A ANVA entende que existem vários casos de violação dos direitos humanos contra a mulher zungueira e o "Repórter zungueira" poderá traduzir-se numa oportunidade destas manifestarem as suas opiniões e fazerem ouvir a sua voz para que haja intervenção das autoridades. Para além das televisões acima mencionadas, José Cassoma disse que solicitarão as televisões e rádios angolanas para se juntarem à causa, no sentido de darem voz a esta franja da sociedade, porque só em Luanda mais de 250 crianças por dia dormem a fome porque as mães ficaram sem o negócio.

"Isto faz parte de um sistema de discriminação reter o negócio de uma pessoa que é chefe de família. Esta mesma família sobrevive deste negócio que depois desaparece. É desumano porque há crianças que ficam a fome durante dias por esta prática", disse Cassoma.

Apelo às autoridades

A ANVA entende que o fenómeno da zunga é resultado da guerra que o país viveu, da falta de emprego e da pobreza a que estão votadas as famílias angolanas e defende que "o problema não deve ser resolvido com chicote e morte dos seus associados". José Cassoma diz haver muitos casos isolados de injustiças que não chegam ao conhecimento das autoridades. Por isso, lamenta o facto de os responsáveis municipais e de províncias não convocarem os representantes das zungueiras para juntos pensarem na solução do problema.

Queixa-se de uma alega falta de diálogo e diz existir opressão para com a classe que defende, por não ter oportunidade de manifestar as suas ideias para organizarem a sua actividade. "As administrações municipais e os governos províncias não têm vontade de resolver o problema e estão mais preocupados em escorraça-las. Por isso, todos nós pensamos que quem pode resolver os nossos problemas é o Presidente da República a quem pedimos intervenção" disse, acrescentando que tem se registado o aumento de delinquentes e prostitutas filhos de zungueiras que procuram meios para sobreviverem.

José Cassoma diz haver promessa de eventuais patrocinadores para realizar o "Repórter Zungueira", mas por não ter garantias quer contar com o contributo da sociedade. Os interessados deverão

contactar o 912 793 500 ou fazer depósito na conta da tesouraria da instituição no BFA 172492993 / 0006.0000.4929.9331.144 !BAN.

Actualmente, a ANVA controla mais de 11 mil 750 associados espalhados por várias províncias do país.

3.3 Funcionam em todo o país 353 farmácias ilegais

Novo Jornal

16 De Agosto de 2019

Texto: Teresa Fukiady

Das 2.230 farmácias em funcionamento no país, pelo menos 353 operam sem licenças ou com licenças falsificadas. A província de Luanda, com 1.500 farmácias, lidera a lista, com um total de 251 farmácias ilegais. Os dados foram avançados nesta quinta-feira, 15, pelo inspector-geral da Saúde, Miguel de Oliveira, durante um workshop sobre a melhoria do ambiente de negócios no sector da saúde, realizado em Luanda.

Segundo o responsável, a Inspeção poderá, nos próximos tempos, proceder ao encerramento dessas farmácias. Segundo fez saber Miguel de Oliveira, além do levantamento das farmácias ilegais, a instituição que dirige está a fazer a recolha de dados das unidades sanitárias e clínicas que funcionam irregular ou ilegalmente.

Sobre os serviços que constituem maior preocupação no sector, Miguel de Oliveira aponta, entre outros, a emissão de boletins de sanidade, certificados de habitabilidade e atestados médicos, sobretudo os administrativos.

"Precisamos de rever os procedimentos, requisitos e definir as etapas e pessoas que devem emitir estes documentos", referiu o inspector, avançando que a ministra da Saúde, Sílvia Lutucuta, elaborou um despacho que define os procedimentos para a emissão dos atestados médicos, que exige a quem for tratar o documento a apresentação de exames clínico ou que seja avaliado por um técnico de saúde.

"Não pode haver a emissão deste documento sem que a pessoa seja avaliada por técnicos de saúde", explicou, defendendo também a necessidade de haver maior celeridade na emissão desses documentos .

3.4 O negócio sobre rodas de Albano Américo

Jornal Economia e Finanças
23 De Agosto de 2019

Foi uma grande odisseia! No início foi tudo difícil, às noites eram longas, e os dias eram verdadeiros martírios para Albano Américo, 32 anos, deficiente físico dos membros superiores. Vindo de Benguela nos idos anos 90, diz que já dormiu em papéis estendidos no chão à beira-mar de Cacuaco, em, Luanda. Na época chuvosa abrigava-se no primeiro espaço com cobertura que lhe aparecesse.

Sobrevivia do dinheiro que conseguia na escama de peixe, e trabalhos paliativos realizado nas pequenas embarcações. Não passava de "pão e chá". Quando estivesse doente, à esperança esfumava-se no tempo. "Nos dias que estivesse doente era pedir a Deus". Nos hospitais faltava tudo, desde assistência médica e medicamentos, principalmente quando pediam dinheiro para ser atendido.

Nem isto, lhe fez perder o foco do " mundo dos negócios", ou o regresso às origens. Nem pensar! Prevaleceu e vincava a vontade de vencer, e prosperar no negócio. Início

Albano conta que o seu primeiro negócio foi revender pão que adquiria numa padaria na Caop, em Cacuaco. Agarrado ao trecho da música, "em Luanda o sol brilha para todos, o segredo é trabalhar", (a sua música de eleição e um hino de negociante). Estava ele a dar os primeiros passos...

As poupanças que fazia permitiram-no comprar um carro-de-mão, focado na transportação de bens das quitadeiras e clientes da praça da Caop e fazer outros serviços nos bairros periféricos.

Com o faro afinado ao negócio, poder e vontade, direcciona os seus "dispaes" para os meandros de moto táxi (kupapata), em pouco tempo Albano comprou uma motorizada. Semanalmente, amealhava mais de kzs7 mil, a tenacidade e perseverança, deram-lhe vazão para mais duas motorizadas.

Assim, emprega duas pessoas que tinham a obrigação de entregar sete mil kwanzas semanalmente. Daí nunca mais parou, pois facturava todos os dias. O investimento inicial foi de kzs 70 mil. Hoje prospera e diz que, dá para viver de moto-táxi.

Odinheiro para ser obtido requer muito sacrifício, às vezes mais, às vezes menos, nunca é questão de sorte, é preciso transpirar e atravessar barreiras. Algumas ratoeiras são montadas por pessoas próxima",

Concorrência

O negócio é concorrido, ainda assim recebe kzs 14 mil/semana de cada motoqueiro. As obrigações salariais são responsabilidade de cada um, que durante um dia no fim-de-semana faz o seu ordenado. A manutenção está reservada ao utilizador. Enquanto as duas Kupapatas prestam outros serviços, Albano compra uma motorizada de 3 rodas a famosa (Avo veio) actua no aluguer às peixeiras. Por cada corrida recebe kzs 3 mil, aliás distância determina o preço. No final o dia está ganho, "facturo o suficiente", disse.

Muito solicitado no local, por causa da qualidade e eficácia do seu trabalho, a ascensão já começa a provocar a dor de "cotovelo" aos seus concorrentes. " Albano vem cá, ah depois vem vamos à Funda, assim acontece. Ao lado os outros vão franzindo a testa em reprovação ao sucesso do jovem.

" Isto não me preocupa, trabalho com a força de Deus, o resto não me incomoda o que vou fazer é redobrar o trabalho, investir mais e facturar mais e mais ", realça o jovem que diz estar habituado com a mania dos "preguiçosos".

Com a ascensão e facturação, o jovem conseguiu construir duas casas com boas dimensões, e qualidade para duas mulheres que coabitam com o jovem promissor.

Das duas relações conjugais surgiram três filhos, que estudam em bons colégios de Cacuaco, segundo Américo, que almeja um futuro melhor com uma formação sólida.

" Não falta nada para as duas, há desde alimentação, assistência médica e recreio para os filhos no fim-de-semana, assim vai a minha vida", disse...

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Ministério das Finanças assume controlo do PIIM

Jornal OPAÍS

09 De Agosto de 2019

O Ministério das Finanças passou a assumir controlo da implementação do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), soube este jornal de fontes do Executivo angolano, segundo as quais tal posição, superiormente orientada, visou corrigir o equívoco que foi a supervisão da iniciativa anteriormente confiada ao Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado (MAT).

O PIIM é um plano de iniciativa do Presidente da República, João Manuel Gonçalves Lourenço, que o apresentou no recuado mês de Junho deste ano em cerimónia pública que contemplou uma intervenção do Ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida. Porém, ao contrário do que possa fazer supor tal intervenção, o controlo da implementação do PIIM, dada a sua componente essencial de programação financeira, sendo globalmente uma tarefa do Executivo constitui, no entanto, uma missão específica do Ministério das Finanças, mediante articulação com os demais sectores.

Com o controlo pelo Ministério das Finanças, segundo a fonte, ficam sob inteira responsabilidade daquele departamento ministerial as questões relacionadas com a implementação das iniciativas e acções previstas no PIIM, bem como a comunicação sobre o estado das empreitadas previstas. Como foi mencionado no momento do seu lançamento público, a execução do PIIM prevê despesas de 62 mil milhões de kwanzas, o que, à taxa de câmbio actual, corresponde a 2 mil milhões de dólares.

Na ocasião do lançamento, foi ainda dito que o PUM contempla projectos e acções para serem implementadas na totalidade dos 164 municípios, cujo somatório redundava em 1.867 projectos com implementação repartida em 68 por cento, para os órgãos da administração local, e 32 por cento, para os órgãos da administração central.

4.2 Administrações municipais assumem a gestão das taxas

Jornal de Angola

16 De Agosto de 2019

Texto: André dos Anjos

O Ministério das Finanças já criou em 152 dos 164 municípios do país as condições técnicas para a implementação do novo Regime Financeiro Local, que assegura o retorno às administrações das receitas das cobranças de taxas e emolumentos, resultantes dos serviços públicos prestados nas circunscrições.

A informação foi prestada, ontem Euclides Paxe, membro do Grupo Técnico para a Implementação do Regime Financeiro das Autarquias, num “café com jornalistas” ontem, em Luanda, em que participaram, além de altos funcionários do Ministério das Finanças, técnicos da Administração Geral Tributária (AGT).

O Decreto Presidencial nº 47/18, que estabelece o regime aplicável às taxas, licenças e outras receitas cobradas pelos órgãos da Administração Local do Estado determina que a arrecadação deve ser feita através do “Portal do Município”, ferramenta centralizada que permite aos órgãos centrais tomar conhecimento dos montantes movimentados pelas administrações, sem interferir directamente na sua gestão, explicou.

Por força do decreto, prosseguiu, o Ministério das Finanças acelerou, a partir de Outubro de 2018, o processo de implementação do portal do município em todo o país, faltando abarcar apenas 12 municípios.

Antes da entrada em vigor do Decreto Presidencial nº 47/18, as receitas arrecadadas pelos órgãos das administrações locais tinham como destino, na teoria, a Conta Única do Tesouro, mas na verdade eram retidas e geridas localmente sem a fiscalização dos órgãos centrais.

Tal situação, de acordo com Euclides Paxe, resultava da pressão financeira nas contas públicas, que se reflectiam em atrasos na cabimentação de verbas aos municípios, situação que as administrações, isoladamente, procuravam contornar com a retenção das receitas locais.

O novo Regime Financeiro Local, referiu, põe fim a isso, ao garantir que os órgãos centrais tomam conhecimento dos valores arrecadados, através da Referência Única de Pagamento ao Estado (RUPE) e que, pelo menos, 70 por cento das receitas retornam ao controlo das administrações municipais.

Os 30 por cento que os órgãos centrais retêm, por força do Decreto que estabelece o regime aplicável às taxas, licenças e outras receitas cobradas pelos órgãos da Administração Local do Estado, destinam-se à criação de um Fundo de Equilíbrio Municipal (FEM).

O diploma prevê mais de 400 serviços, cujas taxas e emolumentos são cobrados e geridos pelas administrações municipais, nos termos da lei, deixando os impostos e outras obrigações fiscais previamente estabelecidas sob a responsabilidade da AGT, disse.

Na impossibilidade de criar dependências ao ritmo em que está a ser expandido o portal do munícipe, de acordo com o técnico da AGT, Dinis Peterson, a instituição vai colocar em cada administração um funcionário para tratar das arrecadações que lhe estão reservadas, poupando, deste modo, tempo e recursos do contribuinte.

A RUPE, ferramenta importante na arrecadação de receitas públicas, começou a ser implementada em Dezembro de 2018 pela AGT, em paralelo com o Front Office, plataforma que possibilita fazer pagamentos por via Internet.

Os dois instrumentos vieram dar uma nova dinâmica ao sistema de arrecadação de receitas públicas.

O portal do munícipe começou a ser implementado em 2017, na Cidade do Kilamba, mas só ganhou velocidade no ano passado, com a entrada em vigor do Decreto Presidencial nº 48/18. A atestar a eficiência do sistema estão as receitas locais, que passaram de três milhões em 2017, para mais de 1,2 mil milhões em 2018 e mais de 2 mil milhões em 2019, quando o ano ainda vai a meio.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Organização das autarquias aprovada na especialidade

Jornal de Angola

6 De Agosto de 2019

Texto: Adelina Inácio

Os deputados aprovaram ontem na especialidade a proposta de Lei sobre a Organização e Funcionamento das Autarquias Locais, diploma que vai definir o modo de organização e funcionamento das autarquias locais com vista a sua institucionalização, como forma de materializar a descentralização administrativa.

O presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais e Jurídicos, Reis Júnior, que orientou o debate na especialidade, explicou que o Executivo apresentou uma proposta de Lei sobre Organização e Funcionamento das Autarquias Locais e a Coligação CA-SA-CE apresentou o Projecto sobre Lei Orgânica sobre as Autarquias Locais. Os deputados criaram um grupo técnico que fez a fusão dos dois documentos, de que resultou uma única lei com 10 capítulos e 70 artigos.

Durante o debate na especialidade, os deputados concordaram em alguns pontos da proposta e discordaram noutros, principalmente no que refere ao princípio da descentralização política e administrativa. O vice-presidente do grupo parlamentar do MPLA, João Pinto, lembrou que o gradualismo nas autarquias é constitucional.

O deputado Virgílio de Fontes Pereira, também do MPLA, alertou os colegas para não confundirem o sentido que se quer dar ao princípio da descentralização política e administrativa. O deputado afirmou que a organização do poder local passa por uma vertente política que é incontornável.

Virgílio de Fontes Pereira destacou o facto de existirem eleições políticas locais que “são um acto político e não administrativo”. Virgílio de Fontes Pereira lembrou também aos deputados da oposição que o gradualismo está na Constituição. “Se estamos a ter um discurso correcto de que devemos respeitar a supremacia da Constituição, devemos então acolher a ideia do gradualismo”, disse.

Dirigindo-se aos colegas da oposição, o deputado do MPLA disse que os mesmos só falam do gradualismo funcional e retiram a parte que a Constituição trata daquilo que é, no essencial, o gradualismo territorial.

O artigo da Constituição que trata da categoria de municípios, acrescentou, diz claramente que autarquia é o município, mas a Constituição explica que embora o princípio regra seja o município como autarquia principal, não está vedada a possibilidade de gradualmente o Estado poder instituir autarquias territorialmente quer supra quer infra. “O princípio das autarquias infra e supra é uma manifestação do gradualismo territorial”, afirmou o deputado.

Para o deputado José Semedo, também do MPLA, a proposta de Lei assenta não só nas normas constitucionais e legais, mas também nos princípios que a própria Constituição e a lei defendem.

Oposição diz que falta descentralização política administrativa

O deputado da UNITA Jorge Vitorino argumentou que a proposta de Lei limita-se apenas ao princípio e à materialização da descentralização administrativa, mas omite a descentralização política administrativa.

A deputada Mihaela Weba, também da UNITA, disse que se a Constituição propõe a materialização da descentralização político-administrativa, esta deve estar reflectida na proposta de Lei sobre a Organização e Funcionamento das Autarquias Locais.

O presidente do grupo parlamentar da CASA-CE, Alexandre Sebastião André, disse que não se pode confundir e nem perturbar a ordem constitucional que determina a descentralização política exclusivamente para as autarquias e a descentralização e desconcentração administrativa relacionada com a administração pública. “Se na verdade queremos institucionalizar as autarquias como sendo um dos poderes locais, impõe-se necessariamente cumprir o que está na Constituição. Trata-se da descentralização política administrativa. Não havendo, não teremos autarquias”, disse.

Adão de Almeida: “Autarquias é apenas uma das formas de poder local”

O ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, esclareceu ontem, no Parlamento, que a Constituição prevê três formas diferentes de poder local e que as autarquias locais é apenas uma delas.

Adão de Almeida adiantou que a concretização primária do princípio da descentralização política administrativa foi feita para a organização do Poder Local, que prevê o princípio da descentralização política administrativa. “Neste momento, estamos apenas a tratar da organização e do funcionamento das autarquias locais e não mais do poder local como um todo”, esclareceu o ministro.

Para que haja descentralização política, acrescentou, é preciso transferir para as autarquias competências de natureza política. “Precisávamos de criar, nas autarquias, órgãos de natureza política e é aí que acontece a descentralização política. A concretização que a Constituição faz sobre as autarquias é toda na perspectiva administrativa. Transfere competências de natureza administrativa, cria órgãos de natureza administrativa e não dá espaço nas autarquias para que a descentralização seja do tipo político”, explicou o ministro da Administração do Território e Reforma do Estado.

5.2 Deputados aprovam proposta da tutela sobre as autarquias

Jornal de Angola

07 De Agosto de 2019

Texto: Adelina Inácio

Os deputados aprovaram ontem, na especialidade, a Proposta de Lei da Tutela Administrativa do Estado sobre Autarquias Locais.

A proposta, que vai à aprovação final global amanhã, cria instrumentos jurídicos que permitem ao Executivo exercer poderes de controlo sobre os entes autárquicos.

O ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, que falava no Parlamento, lembrou que haviam duas propostas, uma do Executivo e outra da UNITA, com algumas questões divergentes.

Adão de Almeida disse que o Executivo manifestou a sua disponibilidade para ceder em pontos estruturantes que estavam a dificultar a aprovação da proposta de lei.

“Foram feitas cedências e, em geral, conseguimos aprovar um bom diploma, com votos favoráveis de todas as formações políticas, e acho que demos mais um passo importante no processo de institucionalização das autarquias locais”, disse.

O ministro da Administração do Território e Reforma do Estado indicou que faltam muitos diplomas para completar o pacote legislativo

autárquico. Das sete propostas de lei que estão no Parlamento foram aprovadas apenas duas.

O ministro garantiu que o Executivo está a preparar uma dezena de outros diplomas que fazem parte da segunda fase do pacote legislativo autárquico.

Um ponto que durante a discussão não foi bem compreendido pelos deputados e que obrigou a esclarecimentos do Executivo foi a ratificação tutelar, que prevê que determinados actos administrativos das autarquias sejam ratificados pela entidade tutelar.

O ministro Adão de Almeida justificou a decisão com o facto de serem “actos que têm de ter coordenação e coerência com actos da administração central.”

O responsável pela Administração do Território e Reforma do Estado indicou que o instituto da ratificação tutelar não põe em causa a autonomia dos municípios.

A ratificação tutelar, segundo o ministro, visa salvaguardar a coordenação institucional. “Há domínios de intervenção que não são domínios exclusivos das autarquias e a coordenação com outros órgãos da Administração Central é fundamental para que haja coerência no exercício das funções”, disse.

A proposta de lei estabelece que a tutela administrativa seja exercida através da realização de inspecções, inquéritos e sindicâncias aos actos dos órgãos das autarquias locais, os quais podem ser regulares ou ocasionais, segundo o ministro.

De acordo com a proposta de lei, os inquéritos e as sindicâncias são determinados sempre que haja fundada denúncia da prática de determinado acto por parte das autarquias locais e entidades equiparadas. A proposta defende também que anualmente deve ser remetido o relatório anual de actividades, o qual deve detalhar o estado da autarquia local, incluindo a situação económica e social.

Orçamento autárquico

O ministro Adão de Almeida esclareceu que o orçamento das autarquias tem de ter co-ordenação com o Orçamento Geral do Estado.

Adão de Almeida indicou que, além das fontes de recursos próprios, as autarquias terão recursos transferidos do Orçamento Geral do Estado, tendo adiantado que o Plano de Desenvolvimento das Autarquias não pode ser visto de forma isolada do Plano de Desenvolvimento Nacional.

5.3 O Poder Legislativo “arruma” as autarquias

Jornal de Angola

07 De Agosto de 2019

O dia cinco de Agosto entra para História de Angola, no que a realização das eleições autárquicas diz respeito, como uma data que marca dos mais importantes pontos de partida, no legislativo, para a organização das eleições do Poder Local.

Quando várias vozes, descurando a componente jurídico-legal do processo de preparação das autarquias, enfatizavam apenas a dimensão política, chegando mesmo a alegar suposta falta de vontade política, afinal o processo ao nível do legislativo nunca ficou emperrado. E na segunda-feira, a classe política soube ultrapassar mais uma barreira, com a aprovação, na especialidade, da organização e funcionamento das autarquias com vista a sua institucionalização.

Embora prevaleçam diferenças relacionadas com o gradualismo, na verdade, as partes chegaram a acordo sobre os principais pontos, facto que permite concluir que se pode também gradualmente ultrapassar outras eventuais barreiras que se colocam à frente.

No fundo, é Angola que avança com segurança e estabilidade de um processo que todos pretendem abrangente, exemplar, liso, transparente e democrático.

Acreditamos que as diferenças, se ligeiras ou substanciais, sobretudo na discussão e interpretação de elementos como as formas do gradualismo, os tipos de tutela, podem ser ultrapassados se as partes forem capazes de dar vida ao caminho dos consensos. E estão a fazer prova disso, quando olhamos, sobretudo para o percurso feito pela proposta agora aprovada, na especialidade, da futura lei que vai regular a organização das eleições autárquicas, depois da votação na generalidade. E não temos dúvidas de que o caminho a seguir, o da discussão e da votação global final, vai caracterizar-se também, acreditamos nós, por acordos, consensos e convergência na aprovação do documento.

Vale ser ressaltado o facto verificado, em que o Executivo apresentou uma proposta de Lei sobre Organização e Funcionamento das Autarquias Locais e a Coligação CASA-CE ter apresentado uma outra relacionada com o Projecto sobre Lei Orgânica das Autarquias Locais, que acabaram, ambas as propostas, fundidas pelo grupo técnico, numa única lei. É de exemplos como estes, por via dos quais nem a maioria absoluta do partido no poder inviabiliza que este estenda a mão à oposição, nem a minoria daquele último impede-a de avançar com propostas válidas para o fim último. É verdade que não está a ser um processo fácil, como de resto não há facilidade em jornadas desta dimensão em qualquer democracia, nem se espera que assim suceda. Sendo o Governo do povo para o povo e pelo povo, como um famoso estadista o definiu, a democracia implica isso mesmo, sedimentar a vontade do povo representada por várias sensibilidades num projecto comum. E isso os políticos devem fazer prova por via de discussões alargadas, busca de consensos, recuo nas suas posições, maximizando sempre os pontos de convergência.

Como reconhecem muitos legisladores e de uma maneira geral toda a sociedade, que a organização do poder local passa por uma vertente política que é incontornável, não há dúvidas de que só com discussão aprofundada, cedências e concessões vai ser possível "cozinhar" uma legislação em que todos se possam rever.

5.4 Autarquia exige atracção e fixação de quadros nos municípios

Jornal OPAÍS

09 De Angola de 2019

Texto: Norberto Sateco

Discursando na abertura a II conferência sobre 'Autarquias Locais, que teve lugar ontem em Luanda, o ministro 'Adão de 'Almeida afirmou que o processo de descentralização administrativa de 'Angola encerra enormes desafios, pelo que não se pode subestimar, quanto à busca de novas soluções.

O governante recomendou ponderação, alegando ser incontornável e irreversível porque acredita que a formação continua dos quadros deverá ocupar urn dos lugares de destaque para autonomia local.

"Esta questão da formação continua deverá continuar no centro das nossas prioridades para a busca da atracção e capacidade de fixação de quadros nos municípios", disse o ministro 'Adão de 'Almeida.

Peremptório, o titular do M'AT acredita que "não teremos sucessos se não criamos as condições para ter quadros nos municípios".

Por isso, acredita mesmo que, caso isso não aconteça, corresse o risco de se transferir competências sem que este pressuposto esteja assegurado.

Quanto à questão da salvaguarda jurídica dos quadros que sairão da administração do Estado para autarquias, assunto que foi motivo de debates acesos na Assembleia Nacional' esta semana, o Governo diz que a transição destes para as autarquias está assegurada.

O titular do MATRE desclassificou a hipótese dos mais de 300 mil funcionários públicos, de acordo com dados oficiais da macro-estrutura da 'administração pública de 2017, terem de ser submetidos novamente a um concurso público.

"Em função das atribuições de competências das autarquias, será fundamental que não seja posta em causa a situação jurídica dos funcionários por terem dado o seu contributo ao longo dos anos na nossa administração local", insistiu.

Desenvolvimento Local

Sobre o desenvolvimento local e a despesa pública local, o Governo reafirma que também integram parte da agenda prioridades.

Na visão do ministro, Adão de Almeida, um país com um vasto potencial do ponto de vista territorial e recursos naturais, embora marcado ainda por algumas assimetrias regionais, o desenvolvimento económico apresenta-se como um dos desafios complexos para o desenvolvimento local.

Almeida salienta que só com este desiderato resolvido é que se poderão melhorar os serviços para com os cidadãos.

"Temos que prestar bons serviços, uma vez que integrar é incontornável. Enquanto vários os membros do Estado não serem como um mesmo corpo, a nossa acção será difícil", observou o ministro.

"Institucionalização das autarquias é irreversível" "Afirmamos com convicção que o processo da institucionalização das autarquias em Angola é irreversível", referiu o ministro do MAT, tendo assinalado os passos que têm sido dados ao nível da Assembleia Nacional, com destaque para a aprovação na especialidade da Lei Orgânica sobre o Funcionamento das Autarquias Locais, e da Lei sobre Tutela Administrativa, com uma base alargada de

consenso. Por outro lado, o governante defendeu a necessidade de se aprofundar o diálogo e ir a busca de consenso, uma vez que os interesses dos cidadãos e da Nação não podem ser colocados em causa por outros.

Para ele, este processo exigirá uma visão abrangente do fenómeno e bastante coordenação institucional, que exigirá a construção de um modelo que garanta coerência, complementaridade entre a intervenção central, as provinciais e as municipais.

Outro elemento que poderá registar transformação, na óptica do processo autárquico, são os actuais serviços de fiscalização municipal, que poderão exceder para Polícia municipal.

Neste aspecto, o Governo já tem alguns instrumentos legais rubricados com Portugal, no quadro da troca de experiência com aquele país amigo.

A conferência sobre Autarquias Locais, que decorreu em Luanda, contou com especialistas nacionais e internacionais, tendo encerrado vários temas, entre as quais a "Transferência de Competência e Coordenação Institucional", a "Transferência de Competências e Recursos Humanos, dentre outros temas.

5.5 Ministério das Finanças assume controlo do PIIM

Jornal OPAÍS
09 De Agosto de 2019

O Ministério das Finanças passou a assumir controlo da implementação do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), soube este jornal de fontes do Executivo angolano, segundo as quais tal posição, superiormente orientada, visou corrigir o equívoco que foi a supervisão da iniciativa anteriormente confiada ao Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado (MAT).

O PIIM é um plano de iniciativa do Presidente da República, João Manuel Gonçalves Lourenço, que o apresentou no recuado mês de Junho deste ano em cerimónia pública que contemplou uma intervenção do Ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida. Porém, ao contrário do que possa fazer supor tal intervenção, o controlo da implementação do PIIM, dada a sua componente essencial de programação financeira, sendo globalmente uma tarefa do Executivo constitui, no entanto, uma missão específica do Ministério das Finanças, mediante articulação com os demais sectores.

Com o controlo pelo Ministério das Finanças, segundo a fonte, ficam sob inteira responsabilidade daquele departamento ministerial as questões relacionadas com a implementação das iniciativas e acções previstas no PIIM, bem como a comunicação sobre o estado das empreitadas previstas. Como foi mencionado no momento do seu lançamento público, a execução do PIIM prevê despesas de 62 mil milhões de kwanzas, o que, à taxa de câmbio actual, corresponde a 2 mil milhões de dólares.

Na ocasião do lançamento, foi ainda dito que o PUM contempla projectos e acções para serem implementadas na totalidade dos 164 municípios, cujo somatório redonda em 1.867 projectos com implementação repartida em 68 por cento, para os órgãos da administração local, e 32 por cento, para os órgãos da administração central.

5.6 “Processo de descentralização é incontornável e irreversível”

Jornal de Angola

9 De Agosto, 2019

Texto: Garrido Fragozo

O ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, reafirmou ontem, em Luanda, que o processo de descentralização administrativa no país “é incontornável e irreversível” e oferece desafios que não podem ser subestimados.

Adão de Almeida, que discursava na abertura da II Conferência sobre Autarquias realizado na Escola Nacional de Administração e Políticas Públicas, indicou que a problemática da transferência de competências coloca enormes desafios à gestão da mudança e, sobretudo, do momento de transição.

O ministro considerou que a gestão do processo autárquico exigirá uma visão abrangente e bastante coordenação institucional.

Em relação à coordenação institucional, o ministro disse ser essencial implementar um modelo que garanta “coerência e complementaridade” entre a intervenção central, provincial e municipal, num quadro de autonomia dos municípios.

O modelo, acrescentou o ministro, deve ainda assegurar que haja harmonia entre os orçamentos do Estado e dos municípios, complementaridade entre o Plano de Desenvolvimento Nacional e os provinciais e municipais e, assim, garantir que estes diferentes caminhem em busca de objectivos comuns.

“O Estado e as autarquias estão para o mesmo fim”, afirmou Adão de Almeida, que defendeu ainda ser importante a gestão da transformação e da transição dos actuais Serviços de Fiscalização Municipal para a Polícia Municipal.

O ministro da Administração do Território e Reforma do Estado anunciou, para breve, o início do processo de reestruturação dos Serviços de Fiscalização, de modo a prepará-los para a transformação para Polícia Municipal, enquanto Polícia administrativa afecta às autarquias locais.

Sobre a problemática dos recursos humanos, o ministro lembrou que “não faremos um bom processo de descentralização, se não formos capazes de gerir convenientemente o capital humano nos mais diferentes órgãos e serviços da administração local.” Adão de Almeida indicou como prioridade a busca de soluções para a atracção e criação de capacidade de fixação de quadros nos municípios.

Adão de Almeida considerou primordial a salvaguarda da posição jurídica dos quadros ao serviço da administração local.

O ministro do MAT, socorrendo-se ao estudo sobre a macroestrutura da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, informou que o efectivo da Administração Pública angolana, em 2017, era de 385.423 quadros, sendo 47.021 nos órgãos da Administração Central e 338.402 na administração local.

Aos deputados, membros do Executivo, docentes e estudantes universitários, corpo diplomático e várias entidades nacionais e estrangeiras convidadas, Adão de Almeida também falou do desenvolvimento económico local e da melhoria da qualidade da despesa pública local, sobretudo no que toca ao investimento público.

Discorreu sobre os desafios a enfrentar para a melhoria da prestação de serviços aos cidadãos. “Enquanto os vários membros do Estado não se conseguirem ver como um único e mesmo corpo, a nossa acção será mais difícil e mais cara”, alertou.

A Conferência debateu os processos de descentralização e desconcentração administrativa em curso e os desafios para a atracção e fixação de quadros nos municípios.

Organizado pelo Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado (MAT), em parceria com a Faculdade de Direito da Universidade

Agostinho Neto (UAN), o encontro contou com prelectores nacionais e estrangeiros (cabo-verdianos e portugueses).

5.7 Executivo assegura o reforço da autonomia do poder local

Jornal de Angola

12 De Agosto, 2019

Texto: José Rufino/Luan e Roque Silva

O ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, garantiu sábado, no Luau (Moxico), o apoio do Executivo às administrações municipais, no quadro dos esforços de preparação para a descentralização administrativa.

Adão de Almeida, que falava à imprensa no final da visita de constatação do funcionamento das administrações municipais dos municípios do Luau e do Alto Zambeze, disse que existem dificuldades nos sectores da Educação e Saúde, onde é preciso o reforço do número de médicos e de professores.

Adão de Almeida indicou que a falta de técnicos nestes sectores continua a ser uma preocupação dos respectivos departamentos ministeriais, uma vez que foi anunciada a realização de mais concursos públicos para admissão de novos quadros.

“Tivemos uma reunião com a Administração Municipal do Alto Zambeze em que nos foi apresentado um conjunto de informações sobre a organização e funcionamento dos diversos órgãos e serviços do município”, disse o ministro.

Segundo Adão de Almeida, algumas dificuldades apresentadas estão já registadas e podem encontrar o seu enquadramento no Plano Integrado de Intervenção dos Municípios (PIIM).

“Acreditamos que se o município do Alto Zambeze implementar convenientemente este plano, vai reduzir substancialmente as dificuldades que ainda ali existem”, disse.

Em relação ao PIIM, Adão de Almeida disse que o processo de alocação de verbas segue o curso normal com base no Orçamento Geral do Estado, com a intervenção do Ministério das Finanças e da Administração do Território e Reforma do Estado e de cada entidade que executa o orçamento.

Adão de Almeida indicou que cada um dos municípios que tenha projectos inscritos no PIIM deve começar a trabalhar para a implementação.

Antes de deixar o Luena, o ministro da Administração do Território e Reforma do Estado visitou, na província, as obras de estancamento de ravinas, a central térmica e a escola do II ciclo “11 de Novembro”.

Vantagens do gradualismo

O secretário de Estado para as Autarquias Locais de Portugal afirmou, sexta-feira, na vila de Viana, em Luanda, que o gradualismo “não é uma falsa questão” mas “uma forma de caminhar” e declarou ser “natural que os municípios com maior dificuldade aguardem por mais tempo”.

Carlos Miguel, que falava à imprensa, no final de uma visita à Administração de Viana, defendeu que o mais importante é que os cidadãos encontrem as mesmas respostas em todos os municípios, de forma a evitar desigualdades.

O secretário de Estado português explicou que o gradualismo tem a ver com as condições disponíveis nas localidades para onde se pretende transferir as competências administrativas.

Carlos Miguel, em visita de trabalho a Angola, no âmbito da cooperação entre Angola e Portugal no que toca à transmissão de experiências em matérias ligadas às autarquias, disse ser também importante o estabelecimento de datas e que o processo de transferência de competências seja realizado, para que as localidades sem capacidade adquiram as experiências ao longo do tempo.

Carlos Miguel disse que o gradualismo é uma consequência que decorre de forma natural no processo de implementação das autarquias.

“O importante é que haja comprometimento para que a transferência de competências seja um facto”, acentuou Carlos Miguel, que disse ter uma “experiência acumulada” de mais de 40 anos em matéria de autarquias.

O governante português salientou que, apesar de na Constituição portuguesa não constar o princípio do gradualismo, Portugal vive, actualmente, um processo de transferência de competências da administração central para a local.

“Portugal não teve outra saída senão adoptar o mecanismo por consenso, por ser a forma mais viável”, acrescentou Carlos Miguel, para sublinhar que “muitos municípios já exercem e outros vão seguir nos próximos anos”, dentro da lógica de que “o mais importante é a satisfação dos cidadãos”.

O secretário de Estado para as Autarquias Locais de Portugal veio a Angola acompanhado pelo comandante da Polícia Municipal de Lisboa, superintendente Paulo Jorge do Espírito Santo Caldas.

Em Viana, os dois responsáveis constataram o funcionamento de alguns serviços públicos municipalizados e deslocaram-se àquele município acompanhados pelo secretário de Estado para a Reforma do Estado, Márcio Lopes Daniel, e pelo vice-governador da província de Luanda para o sector Político e Social, Dionísio Manuel da Fonseca.

Os responsáveis portugueses saíram de Viana com um retrato mental do município depois de terem assistido a um vídeo.

O secretário de Estado para as Autarquias Locais português disse ter ficado com boa impressão do município de Viana e sugeriu que se deve apostar na formação contínua dos recursos humanos, a fim de prestarem, cada vez mais, um melhor serviço à população.

O administrador de Viana, Fernando Manuel, considerou a experiência transmitida pelo secretário de Estado português como um “aprendizado contínuo”, para o sucesso da implementação das autarquias em Angola a partir do próximo ano.

No dia anterior à visita à Administração de Viana, o secretário de Estado para as Autarquias Locais de Portugal e o comandante da Polícia Municipal de Lisboa foram oradores na segunda conferência internacional sobre “Autarquias Locais em Angola”.

5.8 ONGs querem apelar para o boicote das autarquias

Jornal de Angola
13 De Agosto de 2019

O Projecto Agir e a Plataforma Cazenga em Acção (Placa), sedeados nos municípios de Cacucaco e Cazenga, declararam ontem, em Luanda, que vão apelar para o boicote das autarquias caso o Pacote legislativo autárquico não seja aprovado conforme à vontade dos cidadãos dos 164 municípios.

Numa conferência de imprensa sob o lema “mais cidadania, menos militância”, convocada à propósito da votação, hoje, na Assembleia Nacional, de dois diplomas do Pacote legislativo autárquico, as duas organizações defenderam a realização das eleições autárquicas em todos os municípios do país.

As duas organizações entendem que todo o processo eleitoral autárquico, desde o registo eleitoral até ao escrutínio, deve decorrer na respectiva autarquia.

De acordo com o texto lido na conferência de imprensa, pelos coordenadores do Projecto Agir, Fernando Gomes, e da Placa, Scoot Tiaka, os diferendos eleitorais do processo autárquico devem ser dirimidos pelo Tribunal de Comarca, que abarca a respectiva jurisdição. O objectivo, defenderam, é enfatizar o princípio da autonomia local, afastando os fantasmas que podem beliscar a lisura, a transparência e o respeito pela decisão local.

Apelaram ainda que a efectivação das autarquias locais tenha em conta o princípio da universalidade e o da igualdade do cidadão, como está plasmado nos artigos 22º e 23º da Constituição da República, justificando que “as garantias constitucionais não se experimentam, efectivam-se”.

Sugerem que as questões autárquicas mais fracturantes sejam resolvidas pelas lideranças partidárias, parlamentares e extra-parlamentares, não confinando questões “tão importantes ao plenário de uma Assembleia que se autolegitima”. Anunciaram a realização, hoje, defronte à Assembleia Nacional, de uma manifestação contra o que consideram “vícios que enfermam o Pacote legislativo autárquico”.

5.9 Primeiro passo para as autarquias

Jornal de Angola
14 De Agosto de 2019
Texto: Adelina Inácio

A Assembleia Nacional deu ontem o primeiro passo para a institucionalização das autarquias, com a aprovação, por consenso de duas Leis do Pacote Legislativo Autárquico.

Trata-se da Lei Orgânica sobre a Organização e Funcionamento das Autarquias Locais e a Lei sobre a Tutela Administrativa sobre as Autarquias Locais.

A proposta de Lei sobre a Organização e Funcionamento das Autarquias define o modo de organização e funcionamento das autarquias locais, com vista a sua institucionalização, como forma de materializar a descentralização administrativa.

A proposta de Lei da Tutela Administrativa do Estado sobre Autarquias Locais cria instrumentos jurídicos que concedem ao Executivo poderes de controlo sobre os entes autárquicos.

Apesar dos deputados votarem por unanimidade as propostas de Lei ligadas as autarquias um grupo de jovens ligados ao Projecto Agir e da Plataforma Cazenga em Acção organizaram uma manifestação para protestar contra a aprovação dos referidos diplomas.

O deputado Tomás da Silva, do MPLA, disse que legislar por consenso exige uma alargada e inclusiva participação de todos, espírito de cedência mútuas, o interesse público e o respeito.

Segundo o parlamentar, o princípio constitucional do gradualismo não foi afastado. A Lei, acrescentou, respeita e protege os direitos laborais adquiridos pelos funcionários e agentes das actuais administrações locais que “não serão colocados no desemprego, mas transitarão automaticamente para os respectivos órgãos das autarquias locais”, sublinhou.

O deputado Raúl Danda disse que o grupo parlamentar da UNITA considera a questão da organização das autarquias de importância extrema e defende que é preciso construir consensos.

Bendito Daniel, do PRS, apesar ter saudado o consenso entre os partidos políticos, disse que o seu partido não concorda com o gradualismo geográfico “imposto através desta Lei”.

Os parlamentares votaram igualmente, em definitivo, a Lei que altera o Regime Aduaneiro e Portuário Especial para a província de Cabinda.

Lei sobre os Transplantes

A proposta de Lei sobre os Transplantes de Tecidos, Células e Órgãos Humanos foi aprovada com 184 votos a favor e um voto contra, do deputado Makuta Nkondo, da CASA-CE, e uma abstenção.

O diploma visa essencialmente dar respaldo legal aos actos de colheita de células, tecidos e órgãos de seres humanos, em vida ou depois da morte e o transplante dos mesmos para efeitos terapêuticos, recurso médico-cirúrgico cada vez mais utilizado no tratamento de determinadas doenças.

Oposição vota contra o IRT

Os deputados da UNITA, CASA-CE e FNLA votaram contra a Lei que Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento do Trabalho.

O PRS absteve-se na votação do diploma, que teve apenas votos favoráveis do MPLA. Manuel da Cruz Neto, do MPLA, considera justa a cobrança dos impostos e justificou que é o aumento da carga fiscal

que pode criar dificuldades aos contribuintes. “Alargar a base é fazer com que aqueles que não pagam passem a pagar”, esclareceu.

O parlamentar encorajou o Executivo a agir em conformidade com a reforma tributária em curso. Para Raúl Danda, a UNITA entende que o país está com dificuldades de encontrar recursos para realizar as despesas necessárias para a satisfação das aspirações da população.

Segundo o parlamentar, o país chegou a esta situação por não ter uma governação transparente.

Manuel Fernandes, da CASA-CE, explicou que a Coligação votou contra por discordar da tributação sobre os subsídios de Natal e de Férias dos trabalhadores.

A FNLA votou contra, segundo Lucas Ngonda, por constatar que com esta Lei o país vai assistir a regressão de direitos adquiridos.

Segundo a Proposta de Lei, a ideia é promover maior igualdade e eficiência fiscal no regime de Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho no que diz respeito à isenção dos trabalhadores com idade igual ou superior a 60 anos em efectividade de funções e a não sujeição às gratificações de férias e do subsídio de Natal.

O diploma foi aprovado com 125 votos a favor, 56 contra e duas abstenções. Ainda ontem, aprovaram a resolução que designa a deputada Vitória Isata para juíza conselheira do Tribunal Constitucional.

Os deputados voltam a reunir-se amanhã para o encerramento do ano parlamentar.

Nova dinâmica na investigação criminal

O Executivo pretende dar uma nova dinâmica à investigação criminal usando novas técnicas. Os deputados aprovaram ontem, na generalidade e por unanimidade, a Proposta de Lei da Identificação ou Localização Celular e da Vigilância Electrónica para fins de Prevenção e Repressão Criminal.

O secretário de Estado para o Asseguramento Técnico, Salvador Rodrigues, disse no Parlamento que, com a implementação deste diploma, os órgãos de Polícia Criminal podem ter acesso a meios mais eficazes para a prevenção e repressão criminal, à semelhança do que já acontece em outros países do mundo.

A ideia, acrescentou, é dar uma nova dinâmica em matéria de investigação, usando as novas técnicas de

investigação, em paralelo com as técnicas clássicas e tradicionais.

O diploma, que vai para debate nas comissões especializadas da Assembleia Nacional, prevê o recurso à escuta telefónica como meio de prova.

Salvador Rodrigues explicou que o diploma tem como objectivo a localização celular, vigilância electrónica para fins de repressão e prevenção criminal e surge da necessidade de se repor a legalidade de certos actos e diligências especiais dos órgãos das Polícias criminais, investigação criminal e processual e no âmbito da segurança e ordem pública.

Para a repressão dos crimes de colarinho branco, corrupção, branqueamento de capitais, peculato, extorsão e tráfico de influência, financiamento ao terrorismo, segundo Salvador Rodrigues, recomenda-se a adopção das técnicas mais inovadoras e das práticas mais usuais internacionalmente em matéria de investigação.

5.10 Actividades manifestaram-se contra pacote legislativo autárquico

Manchete

16 De Agosto de 2019

Pouco mais de 20 jovens activistas angolanos protestaram na manhã de terça-feira, 13, junto à Assembleia Nacional, em Luanda, contra o pacote legislativo autárquico, que foi hoje aprovado por unanimidade pelos deputados.

A iniciativa, foi de duas organizações da sociedade civil - "Agir" e "Plataforma Cazenga em Acção (PLACA)". Em causa está o conjunto de propostas de leis para a organização das primeiras eleições autárquicas previstas para 2020, aprovada no mesmo dia na Assembleia Nacional, designadamente o Projecto de Lei Orgânica sobre a Organização e Funcionamento das Autarquias Locais e do Projecto de Lei da Tutela Administrativa sobre as Autarquias, ambas aprovadas por unanimidade.

Em declarações à agência Lusa, o coordenador da PLACA, Cambolo

Tiaka-Tiaka, disse que o objectivo da manifestação, que durou quatro horas, foi o de influenciar os deputados "a não votarem a favor de um conjunto de leis que constam do pacote legislativo autárquico e que enfermam o próprio pacote".

Segundo o activista, na base dos protestos está sobretudo a proposta governamental angolana da implementação das autarquias de forma gradual.

5.11 Administrações municipais assumem a gestão das taxas

Jornal de Angola

16 De Agosto de 2019

Texto: André dos Anjos

O Ministério das Finanças já criou em 152 dos 164 municípios do país as condições técnicas para a implementação do novo Regime Financeiro Local, que assegura o retorno às administrações das receitas das cobranças de taxas e emolumentos, resultantes dos serviços públicos prestados nas circunscrições.

A informação foi prestada, ontem Euclides Paxe, membro do Grupo Técnico para a Implementação do Regime Financeiro das Autarquias, num "café com jornalistas" ontem, em Luanda, em que participaram, além de altos funcionários do Ministério das Finanças, técnicos da Administração Geral Tributária (AGT).

O Decreto Presidencial nº 47/18, que estabelece o regime aplicável às taxas, licenças e outras receitas cobradas pelos órgãos da Administração Local do Estado determina que a arrecadação deve ser feita através do "Portal do Município", ferramenta centralizada que permite aos órgãos centrais tomar conhecimento dos montantes movimentados pelas administrações, sem interferir directamente na sua gestão, explicou.

Por força do decreto, prosseguiu, o Ministério das Finanças acelerou, a partir de Outubro de 2018, o processo de implementação do portal do município em todo o país, faltando abarcar apenas 12 municípios.

Antes da entrada em vigor do Decreto Presidencial nº 47/18, as receitas arrecadadas pelos órgãos das administrações locais tinham como destino, na teoria, a Conta Única do Tesouro, mas na verdade eram retidas e geridas localmente sem a fiscalização dos órgãos centrais.

Tal situação, de acordo com Euclides Paxe, resultava da pressão financeira nas contas públicas, que se reflectiam em atrasos na cabimentação de verbas aos municípios, situação que as administrações, isoladamente, procuravam contornar com a retenção das receitas locais.

O novo Regime Financeiro Local, referiu, põe fim a isso, ao garantir que os órgãos centrais tomam conhecimento dos valores arrecadados, através da Referência Única de Pagamento ao Estado (RUPE) e que, pelo menos, 70 por cento das receitas retornam ao controlo das administrações municipais.

Os 30 por cento que os órgãos centrais retêm, por força do Decreto que estabelece o regime aplicável às taxas, licenças e outras receitas cobradas pelos órgãos da Administração Local do Estado, destinam-se à criação de um Fundo de Equilíbrio Municipal (FEM).

O diploma prevê mais de 400 serviços, cujas taxas e emolumentos são cobrados e geridos pelas administrações municipais, nos termos da lei, deixando os impostos e outras obrigações fiscais previamente estabelecidas sob a responsabilidade da AGT, disse.

Na impossibilidade de criar dependências ao ritmo em que está a ser expandido o portal do município, de acordo com o técnico da AGT, Dinis Peterson, a instituição vai colocar em cada administração um funcionário para tratar das arrecadações que lhe estão reservadas, poupando, deste modo, tempo e recursos do contribuinte.

A RUPE, ferramenta importante na arrecadação de receitas públicas, começou a ser implementada em Dezembro de 2018 pela AGT, em paralelo com o Front Office, plataforma que possibilita fazer pagamentos por via Internet.

Os dois instrumentos vieram dar uma nova dinâmica ao sistema de arrecadação de receitas públicas.

O portal do município começou a ser implementado em 2017, na Cidade do Kilamba, mas só ganhou velocidade no ano passado, com a entrada em vigor do Decreto Presidencial nº 48/18. A atestar a eficiência do sistema estão as receitas locais, que passaram de três milhões em 2017, para mais de 1,2 mil milhões em 2018 e mais de 2 mil milhões em 2019, quando o ano ainda vai a meio.

5.12 Assembleia Nacional aprova diplomas sobre autarquias

Manchete

16 De Agosto de 2019

Os deputados a Assembleia Nacional aprovaram, em definitivo, nesta terça-feira, por unanimidade, os projectos de Lei Orgânica sobre a Organização e Funcionamento das Autarquias Locais e da Tutela Administrativa sobre as Autarquias Locais.

Os dois diplomas, de um conjunto de sete, conferem poderes de controlo ao Executivo sobre os entes autárquicos.

O projecto de Lei Orgânica sobre a Organização e Funcionamento das Autarquias é constituído por 10 capítulos e 77 artigos, enquanto a Proposta de Lei da Tutela Administrativa sobre as Autarquias Locais é composta por seis capítulos e 25 artigos. As duas são de iniciativa do Governo e do partido Unita.

O diploma estabelece os princípios e as normas de organização e funcionamento das autarquias locais, como colectividades territoriais que asseguram de forma autónoma a prossecução dos interesses específicos, resultante dos laços de vizinhança da sua população, através de órgãos representativos e de governo próprio.

De acordo com o documento, as autarquias locais, na sua acção, devem obediência à Constituição, à Lei, aos regulamentos e aos princípios gerais do Direito, no limite dos poderes que lhes são atribuídos e em conformidade com os seus fins.

A organização e funcionamento das autarquias municipais regem-se pelos princípios da descentralização política e administrativa, da autonomia, da legalidade, da fundamentação, da independência, da especialidade, da participação dos cidadãos, da solidariedade nacional, da responsabilidade civil, da colegialidade, da transparência, da celeridade, da subsidiariedade e da delegação.

As autarquias locais gozam de autonomia normativa, administrativa, financeira, patrimonial e organizativa.

Além das sete propostas de lei sobre as autarquias, outros diplomas serão discutidos e aprovados para completar o pacote legislativo autárquico.

Na votação destes dois diplomas não se registou qualquer pronunciamento dos deputados.

5.13 Autarquias Deputados «ignoram» protestos de jovens no Parlamentos

Novo Jornal

16 De Agosto de 2019

Texto: Borrallho Ndomba

O grupo de jovens que nesta terça-feira, 13, voltou a protestar contra a implementação do gradualismo geográfico nas autarquias marcadas para o próximo ano sente-se ignorado pelos deputados à Assembleia

Nacional, que, segundo os manifestantes, continuam a não querer ouvir as suas sugestões para o pacote legislativo autárquico em discussão na casa das leis.

Os jovens, afectos a organizações como

Projecto Agir e a Plataforma Cazenga em Acção (PLACA) - que realizam várias campanhas cívicas nos subúrbios de Luanda e noutras províncias do país, sobre a realidade do plano das autarquias -, afirmam que a camada juvenil "é frequentemente excluída ou ignorada nos debates políticos sobre o processo autárquico".

Ao longo deste ano, os cidadãos, preocupados com o projecto da institucionalização do poder local, enviaram várias cartas às bancadas dos partidos no Parlamento, ao presidente da Assembleia Nacional e à Presidência da República, mas até ao momento não obtiveram nenhuma resposta.

A "exclusão" das ideias dos manifestantes nas discussões sobre as primeiras eleições autárquicas que vão ser realizadas no país abriu porta para mais um acto de protesto na entrada principal da Assembleia Nacional, a segunda desde 18 de Abril deste mes.

No manifesto apresentado e distribuído à imprensa no fim da manifestação que durou quatro horas, os membros das duas organizações consideram que um "projecto político como as autarquias não será bem-sucedido se as posições e as vozes dos jovens, sobretudo dos activistas não forem tomadas seriamente em consideração", lê-se no documento.

Como se pôde ver em cartazes, os jovens de vários pontos da capital de Luanda juntaram-se para dar a entender aos parlamentares que o gradualismo geográfico que está a ser defendido pelo governo suportado pelo MPLA "é crime".

Muitos deputados passaram por manifestantes que em voz alta diziam: "Gradualismo não". Entretanto, nenhum parlamentar parou para ouvi-los.

O activista Hitler Tchiconde afirma que as atitudes dos "representantes do povo" representam "comportamento de alguém que sabe que o seu mandato não advém do povo, mas sim da Comissão Nacional Eleitoral (CNE)".

A manifestação decorria enquanto a Assembleia Nacional aprovava por unanimidade os projectos de Lei Orgânica sobre a Organização e Funcionamento das Autarquias Locais e da Tutela Administrativa sobre as Autarquias Locais, de iniciativa do Executivo e da UNITA.

Depois das discussões e aprovação na especialidade, os parlamentares aprovaram os dois documentos sem fazerem nenhum pronunciamento.

Para completar o Pacote Legislativo Autárquico, há ainda outras propostas por se discutir e aprovar.

Para o coordenador da Plataforma Cazenga em Acção (PLACA), Kambolo Tiaka-Ti aka, a aprovação por unanimidade não diz nada porque não se sabe o que causou o consenso. "Não vimos ainda o produto final. Não queremos que os erros do passado se repitam porque estamos aqui a desenhar o futuro do país. Quando se pensa o país, não se pode brincar. Os direitos e as liberdades devem ser respeitados. Não desejamos mal a ninguém, só queremos o bem para o país", frisou.

Tiaka- Tiaka garantiu que os jovens vão continuar a manifestar para que haja eleições autárquicas em todos os municípios do país. "Sou munícipe do Cazenga, há muitos problemas no Cazenga, desde a delinquência, falta de iluminação, drenagem, fome ... Por isso não queremos que o nosso município continue parado no tempo".

5.14 Governo local e a prestação de serviços aos cidadãos

Novo Jornal

16 De Agosto de 2019

Texto: Sérgio Calundungo

Com a implementação das autarquias locais, Angola vai entrar numa nova era, alguns cidadãos estão ansiosamente a antecipar uma melhor qualidade de vida daqui para frente. Apesar de que se venha a dar mais poder ao nível local, não tenho dúvidas de que a prestação de serviços continuará a ser um dos maiores desafios que as autarquias locais terão de enfrentar.

Durante a época em que se deu o boom do petróleo, embora tenhamos visto alguns avanços em certos sectores - como comércio, infra-estruturas, educação e saúde -, a nível do governo local a qualidade e entrega eficiente de serviços básicos para pessoas - como água, saneamento básico, habitação e electricidade" - continuam a ser um enorme problema.

Parte dos argumentos para justificar as dificuldades das administrações locais para prestar serviços de modo autónomo, eficiente e eficaz, reside no facto de que o país possui um sistema de governação muito centralizado.

E por esta razão, pensa-se - a meu ver, com certa ingenuidade que estes problemas ficarão automaticamente resolvidos lá onde forem instauradas as autarquias locais.

É preciso não esquecer que, nos últimos anos, temos vindo igualmente a testemunhar uma escalada no número de vozes que protestam em todo o país, porque as pessoas se sentem frustradas com os baixos níveis de prestação das administrações municipais, muitas delas sumidas em práticas corruptas que se tornaram endémicas em alguns municípios. Será que a simples implementação das autarquias locais vão resolver este problema? Como o novo pacote legislativo está a tratar deste assunto?

Embora sejamos naturalmente entusiastas em relação aos claros e indiscutíveis benefícios que trará para Angola a implementação das autarquias locais, é importante olhar também para alguns dos desafios dentro do governo local, a fim de entender como eles dificultam a sua capacidade de prestarem melhores serviços aos cidadãos.

De entre os principais desafios que enfrentam e continuarão eventualmente a enfrentar quem governa ao nível local, ao ponto de vir a condicionar ou mesmo impedir uma boa prestação de serviços aos cidadãos, eu enumeraria os seguintes:

Em todas as províncias de Angola, existe uma série de municípios sobre os quais, se fôssemos rigorosos, falaríamos que estão falidos ou à beira da falência

Desafios na atracção de recursos humanos com adequadas habilidades e capacidades para servir em municípios. Muitos municípios de Angola simplesmente não terão condições de atrair as pessoas com as habilidades técnicas necessárias, e, em casos em que até se consegue atrair algumas, por vezes, há uma falta de condições e incentivos para poder retê-los.

A corrupção, autoritarismos, falta de democracia interna e a má administração, muito presente nos vários partidos e formações políticas concorrentes às eleições autárquicas. Em muitos partidos e formações políticas, a corrupção e má administração tornaram-se endémicas e a falta de responsabilidade ou transparência na prestação de serviços aos cidadãos são motivo de preocupação, porque elas não ficam automaticamente resolvidas com a mudança das pessoas, é preciso aprovar e fazer cumprir um quadro legal e institucional suficientemente robusto para lidar com este desafio.

Desafios financeiros. Em todas as províncias de Angola, existe uma série de municípios sobre os

quais, se fôssemos rigorosos, falaríamos que estão falidos ou à beira da falência, o que vai afectar de uma ou outra maneira a sua capacidade de prestar serviços de qualidade aos munícipes, se não receberem do aparelho central do Estado, em tempo oportuno, de maneira adequada e em quantidades suficientes, dotações financeiras. Será que esta questão está suficientemente acautelada no pacote legislativo que se vai aprovar? Como?

Falta de consciência e falta de conhecimento pelas comunidades em relação aos seus direitos. Isso dificulta a prestação de serviços, quando as comunidades não sabem como ou quem abordar quando enfrentam desafios em relação à prestação de serviços, os funcionários municipais e as pessoas eleitas numa autarquia tendem a agir com impunidade sabendo que a comunidade não

os vai desafiar, e como estas não são conscientes dos seus direitos ou dos canais a seguir, quanto ao seu exercício, sofrem facilmente abusos. Que podemos esperar em matéria de participação cívica e prestação de contas ao nível do pacote legislativo a ser aprovado?

5.15 Poder Local MPLA garante que «não abre mão» do gradualismo geográfico

Novo Jornal

16 De Agosto de 2019

Texto: António Gaspar

O presidente do Partido de Renovação Social (PRS), Benedito Daniel, entende que o MPLA não está a respeitar a lei nem a vontade do povo ao garantir que não vai ceder "em nenhum momento" o modelo autárquico baseado no gradualismo geográfico por considerá-lo o mais "adequado".

A posição foi tomada pelos deputados do partido no poder durante uma plenária na Assembleia Nacional (AN), onde foram aprovados, por consenso, os projectos de lei sobre a Organização e Funcionamento das Autarquias Locais e da Tutela Administrativa sobre o Poder Local.

Segundo o presidente do PRS, a declaração de voto expressa pelo MPLA na AN reforçou "mais uma vez" a ideia de que aquele partido não pretende "resignar a todo o custo" o gradualismo geográfico, que, segundo Benedito Daniel, desconsidera a lei e, por conseguinte, não satisfaz os desejos dos cidadãos.

"Temos estado a protestar veemente sobre o gradualismo geográfico, mas o MPLA garantiu mais

uma vez, em plena AN, que cede tudo, menos em abdicar do gradualismo geográfico. Pelo que estamos a constatar, tudo indica que será mesmo implementado o gradualismo geográfico. Ora, para nós [PRS] e outros restantes partidos da oposição, o grande problema está na falta de força suficiente para contrapormo-nos ou mesmo impormo-nos ao MPLA face a esse assunto", reconheceu.

O dirigente do PRS lembrou ainda que a vontade do seu partido está centrada numa autarquia funcional, ou seja, num processo que deve ser realizado em todos os municípios do país, sem exceção.

"Quando um grupo nos diz que tem de se. realizar em apenas em determinados municípios e outros não, com certeza essa não é a vontade expressa pelo povo angolano e, por consequência, não sendo a vontade dos cidadãos, também não é a do PRS", explicou.

Por outro lado, o deputado da Convergência Ampla de Salvação de Angola-Coligação Eleitoral (CASA-CE) Manuel Fernandes referiu que a sua coligação vai trabalhar para defender igualmente a implementação do gradualismo funcional, assim como faz o PRS, no sentido de se evitar "dispersões" no país.

"O MPLA tem de esquecer a ideia do gradualismo geográfico para evitar dispersões e um desenvolvimento faseado nas regiões do país. Deve-se primar pelos angolanos no geral", disse.

Manuel Fernandes referiu também que se deve encontrar consenso entre o partido no poder e a oposição para o bem dos cidadãos.

"O nosso entendimento é que deve haver um esforço titânico e global para podermos encontrar consensos a fim de se ultrapassar essa questão, porque é irritante", sugeriu, acrescentando que, "ao se encontrar consenso, deve primar-se pela boa-fé, pelo patriotismo e pelo espírito de conferirmos o pleito eleitoral com todos os elementos necessários para que todos se sintam satisfeitos".

5.16 O PIIM no combate às assimetrias

Jornal de Angola

17 De Agosto de 2019

Texto: Adebayo Vunge

Não restam dúvidas, olhando para trás, e não tão atrás assim, para termos a retrospectiva do quanto sentíamos o País a navegar como um barco à deriva.

As últimas eleições gerais e o Presidente fizeram abrir uma nova esperança: a do comandante que assume o

leme e procura levar o barco a bom porto. Alguns sinais de “combate” aos males profundos das nossas esferas essenciais começaram a surgir regularmente nas notícias e de casos que ainda se sucedem para espanto nosso... Obviamente, tais sinais não significavam que o barco em alto mar não encontraria águas agitadas, quiçá mesmo algum temporal, mas o mais relevante é a garantia da vontade e empenho, a permanente abertura ao diálogo, disponibilidade para ouvir o que emana da sociedade civil, a determinação – ou como dizem alguns analistas a coragem para “corrigir o que está mal” seguindo uma pauta de transformação e de maior inclusão.

Ora, um dos grandes males do nosso País, para lá da corrupção, da ausência de ética dos servidores do Estado, do abandono das políticas públicas, sobretudo em domínios tão nevrálgicos como da Educação e da Saúde, são as assimetrias criadas entre as diferentes regiões do nosso País. Se isso já era evidente no período do boom económico, mais visível se torna agora, numa altura em que o Estado conhece maiores restrições orçamentais; assimetrias entre as capitais de províncias e os municípios, entre Luanda e as demais províncias e entre o litoral e o interior. Até na fome temos assimetrias.

As assimetrias consubstanciam-se nas desigualdades sociais e económicas dentro do mesmo território, acentuando, sem dúvida, uma certa discriminação entre os cidadãos. Este é um problema nacional que carece de soluções urgentes, no sentido de prover uma maior integração social e económica das comunidades mais desfavorecidas.

É claro, como dizia alguém em relação à Educação, precisamos de olhar ao sistema e não apenas as escolas. Também na Saúde diremos a mesma coisa, precisamos (re) pensar o Sistema Nacional de Saúde (SNS), como funciona, como pode melhorar e até como podemos financia-lo – eu sou um acérrimo defensor da co-participação e dos seguros de saúde obrigatórios que sirvam para o financiar, como sucede por exemplo no Quênia.

Os estragos da crise económica, do desgaste político e do “deixa-andar” ganharam proporções incalculáveis. Estamos perante um País em que é necessário reformar, redesenhar políticas e sistemas. Vai-se ouvindo aqui e ali, e de forma particular, algumas “boas notícias” relativamente ao serviço prestado nos hospitais públicos, por exemplo, onde alguns pacientes reconhecem nítidas melhorias, fruto de uma presença maior de pessoal médico, disponibilidade de medicamentos e alguma celeridade no atendimento aos utentes, mas continua-se na busca de soluções sustentadas e com alcance e dignidade também na chamada “Angola profunda”.

A decisão de se avançar com o Plano Integrado de Intervenção nos Municípios, abreviadamente PIIM, parece bastante assertivo, e parece enquadrar-se num modelo de governação em que se buscam soluções práticas para a redução das assimetrias e uma busca de respostas às questões de todos sobre o que falta para uma resposta simples e eficaz, para o alcance do mínimo de dignidade para todos os cidadãos independentemente de onde residam no território nacional.

Catapultar os municípios, criando ou devolvendo a sua dignidade e reabilitando a sua realidade é um imperativo indiscutível e pode sim justificar o volume de investimentos que o Estado emprega para reabilitar e dinamizar a vida social e económica destes. Em termos sociais, não podemos ignorar a urgência que há em apetrecharmos com infra-estruturas e equipamentos de saneamento básico, escolas, hospitais e centros médicos, sistemas de captação de águas, melhorias na organização urbana e paisagística dos municípios. Dar outra perspectiva, maior dignidade e qualidade de vida às suas comunidades.

No fundo, rebuscar alguns velhos projectos públicos que nunca foram materializados, entenda-se pelas razões que se apontam e, cujo impacto, não tenhamos dúvida, ainda levará algum tempo a fazer-se sentir, expectavelmente entre 2021 e 2022, o que se combinará, inegavelmente, com a institucionalização do poder autárquico.

Entretanto, tem havido também um aceso debate quanto à eficácia e a forma de financiamento do PIIM, ou seja, o facto de terem sido canalizados verbas oriundas do Fundo Soberano de Angola.

Analisando o Estatuto Orgânico do próprio Fundo Soberano verifica-se que este pode disponibilizar recursos para “Projectos Estruturantes e de apoio ao desenvolvimento”. Levanta-se então uma questão: o Fundo Soberano, pela sua natureza, visa salvaguardar as gerações futuras. Assim, o PIIM é ou não um projecto estruturante? Entendo que combater as assimetrias e promover o desenvolvimento regional são, sem dúvidas, alguns dos eixos do Programa Nacional de Desenvolvimento e um caminho a busca da estabilidade com resultados de longo prazo e a sua sustentabilidade, ou seja, a sua salvaguarda para o futuro da população angolana não deve ser descurada daí, parece haver pertinência no recurso a tais fundos quando sabemos que não dispomos de outras fontes. Tratando-se de uma governação assente sempre numa estrutura centralizada é normal que os processos actuais de transferência de competências, de responsabilidades, de atribuições e tarefas para fora gerem alguns receios e se levantem muitos

questionamentos sobretudo no que tange à capacidade técnica e institucional dos municípios para o efeito. A transferência de competências é sem dúvidas um processo que deve ser acompanhado e, deve igualmente ser assegurado, quando necessário, à transferência de alguns recursos humanos para a esfera municipal.

Outrossim, as estruturas do poder nos governos provinciais devem empenhar-se e dar o seu apoio aos municípios para uma correcta elaboração e acompanhamento dos projectos, por forma a evitarmos erros que retardem a passagem à verdadeira descentralização do Estado. Já se constatarem claros insucessos em programas como a atribuição dos cinco milhões de dólares aos municípios ou ainda dos recentes vinte e cinco milhões de kwanzas que acabaram por não demonstrar reais resultados e nem forte impacto na vida das populações.

Mas a verdade também é que é urgente avançar e deixar, com os controles transitórios que se imponham, que os municípios resolvam directamente as questões que afligem as suas populações e que as estruturas centrais apenas surjam nos aspectos mais transversais. Claramente, o PIIM se fundirá com a implementação das autarquias e será mais um passo no trilhar de uma política mais próxima dos cidadãos e assim combatermos as assimetrias dentro do nosso país para que todos os cidadãos sejam efectivamente iguais.

5.17 Autarquias, proximidade e os serviços públicos

Jornal de Angola

19 De Agosto de 2019

Texto: Eduardo Magalhães

Na intervenção do ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, proferida por ocasião da abertura da 2.^a Conferência Sobre as Autarquias Locais, recebeu merecido destaque o facto de que “aos poucos vamos ganhando consciência da profundidade da mutação que o processo de institucionalização das autarquias locais introduz na nossa administração pública, no seu modo de ser e no seu modo de agir”.

Palavras do próprio ministro que resumem o interesse e alcance que o processo já ganhou na sociedade.

A introdução de autarquias em Angola, de maneira institucionalizada, é uma resposta à necessidade essencial do Estado, pois somente através da

modernização das instituições de governação descentralizada, aspectos que hoje são meramente burocráticos - e tornam lentas importantes decisões - poderão vir a ser substituídos por uma administração mais ágil e com a dinâmica requerida para a imediata resolução dos problemas identificados localmente e implementação das decisões tomadas.

Num país como o nosso, com expressivas dimensões territoriais, dar respostas para estas exigências, de milhões de cidadãos, será uma missão inglória caso seja mantida a actual centralização das decisões. Somente através de alguma autonomia tributária, por exemplo, será possível garantir os direitos constitucionalmente consagrados e oferecer serviços públicos de qualidade à nossa sociedade. Com autonomia, capacidade e sofisticação burocrática local para responder às solicitações dos cidadãos, os órgãos da Administração Central terão condições de fortalecer a sua capacidade de tramitação Administrativa e institucional ao nível descentralizado.

Gradualmente está a ser criada a consciência de que o processo de institucionalização das autarquias locais em Angola é irreversível e necessário. Avanços no debate legislativo e noutras frentes apontam para a compreensão de que, ficar preso ao modelo notadamente obsoleto, em vigor, significa impedir o país de avançar. Daí, especialmente a partir de 2017, o processo de descentralização está a receber a devida atenção no que diz respeito aos benefícios que potencialmente poderão ser criados.

Um Governo descentralizado é um governo mais próximo dos cidadãos; mais ágil; mais eficaz nas respostas às solicitações e aos interesses locais, prestando aos cidadãos melhores serviços, indistintamente. É preciso que este momento de transição - que representa uma mudança na cultura política do país - seja pensado de modo a evitar rupturas na prestação de serviços públicos aos cidadãos que, cada vez mais, aumentam as expectativas em torno da oferta dos serviços pretendidos.

No entanto, devemos lembrar que toda mudança causa desconforto e novas exigências. Há países, por exemplo, onde a democracia derrubou regimes autoritários e o medo do novo causa a reacção de nostalgia entre alguns cidadãos que repetem, acriticamente, a célebre afirmação “naquele tempo era melhor”. Essa tentativa de resgatar o falso conforto do passado deve ser substituída pela ousadia de construir novos caminhos e encontrar novas formas de conduzir os nossos destinos. Isso impõe quadros mais preparados e forjados tecnicamente

para a prática da nova cultura administrativa que se avizinha.

O Plano de Desenvolvimento Nacional e os Planos Provinciais e Municipais de Desenvolvimento devem funcionar num perfeito alinhamento. Somente assim, aquilo a que se convencionou chamar de coordenação institucional será verdadeiramente o elo entre as estruturas públicas em todas as esferas: nacional, provincial e municipal. Desta forma, compete a todos os quadros envolvidos a busca pela permanente actualização acerca da legislação, da identificação e respostas às exigências a serem atendidas, bem como no que diz respeito ao cumprimento dos prazos estabelecidos.

Em suma, todos os esforços devem convergir para a integração harmonizada das actividades públicas e uma actuação fiscal voltada para a modernização da gestão administrativa, de fiscalização, financeira e patrimonial, em todas as províncias e municípios angolanos. Os desafios que se avizinham são a permanente transparência da gestão da coisa pública; a introdução e aperfeiçoamento das arrecadações próprias dos municípios; melhoria do atendimento ao cidadão; justiça fiscal; integração fiscal entre os níveis de governo nacional, provincial e municipal; e, como em toda Administração Pública, o equilíbrio das contas. É mudar para avançar.

5.18 Há no país mais de 40 mil autoridades tradicionais

Jornal de Angola
19 De Agosto de 2019

As autoridades estimam que existam, em Angola, mais de 40 mil autoridades tradicionais, muitas das quais fantasmas, que custam ao Estado, todos os meses, cerca de 800 milhões de kwanzas em subsídios.

Os dados foram revelados pela directora nacional das Comunidades e das Instituições do Poder Tradicional de Angola, Rosa Melo, que avançou a necessidade de um recadastramento destas individualidades.

Rosa Melo referiu que o Estado angolano se propôs, pela primeira vez, legislar as acções do poder tradicional no país para melhor controlo das actividades desenvolvidas. “O que nos interessa aqui é vermos como as autoridades tradicionais irão trabalhar doravante, o que as autoridades têm de fazer ou tentar adequar ao seu ‘modus operandi’, mas estamos aqui também para tentar salvaguardar aqueles que são os interesses dessas instituições”, explicou.

A situação actual das autoridades tradicionais no país é marcada por uma “forte dependência” do Estado, referiu, sublinhando que as autoridades queixam-se que os subsídios são fracos.

“Como é que vamos resolver as nossas necessidades. A questão que se coloca é será que as autoridades tradicionais devem depender do Estado?”, questionou.

5.19 “Falar de Urbanismo em Luanda é obrigar a cumprir as leis existentes”

Jornal EXPANSÃO
23 De Agosto de 2019
Texto: João Armando

Acha então que a melhoria das condições de habitabilidade na cidade passa fundamentalmente pela alteração de comportamentos?

Veja-se por exemplo o centro da cidade, em que estão as mulheres deitadas no chão a comer e ninguém faz nada. Os maus comportamento dos cidadãos levam a que se dê cabo da reputação da cidade. Não podemos construir prédios bonitos e modernos, e depois pôr lá cidadãos mal educados. Não posso aceitar que se dê algo a alguém que não sabe valorizar o que tem à sua disposição. E muitas vezes é uma questão de educação. O Estado é responsável por este comportamento dos cidadãos pois não fez nada para os alterar. Se o Estado não conseguir separar-se deste populismo, o País não se vai desenvolver.

E a questão da criminalidade? Que soluções?

Uma delas é claramente a utilização de câmaras de videovigilância. A lei já foi aprovada, mas acho que a sua utilização devia ser estendida aos recintos desportivos e os estabelecimentos comerciais, onde acontecem muitos roubos. Isso vai evitar que actos criminosos aconteçam, mas também vai identificar os marginais. Por exemplo, nos bairros mais problemáticos poderiam ser utilizadas câmaras de vigilância em carros aparentemente abandonados, dissimuladas, para que se pudesse identificar aqueles grupos que roubam e violam.

É favor ou contra a existência de Polícia Municipal?

A favor! Devia haver uma Polícia Municipal que usasse cães nas suas acções de patrulha, o que seria um factor dissuasor de possíveis crimes. Na verdade temos que educar os cidadãos, mas também de reprimir em caso de incumprimento. Sem magoar os

cidadãos, mas de forma que eles entendam que podem repetir esses comportamentos.

Que política urbanística propõe para Luanda?

Quando falamos de urbanismo em Luanda é fazer com que as pessoas cumpram as leis. Elas existem, mas muitas vezes não se cumprem, a começar pelas instâncias oficiais.

Por exemplo, o que pensado projecto do Bairro dos Ministérios? o projecto em si não prejudicaria o País. Traria vantagens. Mas não aquela zona, que tem claramente uma vocação turística e que deveria ser para empreendimentos turísticos, escritórios, museus, etc. Este projecto poderia ser feito por exemplo no Catambor ou no Prenda, que são zonas que precisam de requalificação, ficam também perto do Poder Central, da Assembleia Nacional e do Palácio Presidencial. Diga-se que requalificar significa também construir também bairros habitacionais aqui no centro para colocar as pessoas a deslocar, em zonas como por exemplo os "prédios dos cubanos", com divisões maiores, garantindo qualidade de vida aos cidadãos. O problema é que o Estado não quer gastar dinheiro e empurra as pessoas para a periferia com condições francamente más. A questão da requalificação da cidade não é difícil se houver vontade e disponibilidade financeira.

Está de acordo com o projecto do centro comercial na Marginal junto ao Baleizão?

De maneira nenhuma. Fui muito crítico. Por exemplo, ali seria um bom local para colocar o Museu da Moeda. Se fosse presidente da Câmara nunca teria autorizado a construção no local onde está. Ali deveria ter sido feito um estacionamento subterrâneo para benefício do próprio BNA, do ministério da Indústria e dos escritórios ali à volta. Aliás, faltam museus na cidade. E faltam estátuas. Na ponta da ilha deveria haver um edifício muito alto com uma estátua da mulher bessangana, do pescador ou da kianda. Que fosse uma referência. Luanda devia ter também uma zona nobre no centro. Enfim, tenho muitas ideias que podem mudar a capital.

Quais serão os próximos passos da sua candidatura?

Esperar que todo o pacote de legislação autárquica esteja aprovado, depois recolher as assinaturas, formalizar a candidatura e apresentar os meus projectos. Discutir e debater com todos o que quero para Luanda, tendo como objectivo ser eleito para a presidência da Câmara de Luanda.

Se houver partidos políticos para o apoiarem, aceita?

Não recuso apoios, seja da UNITA, da FNLA, do MPLA ou de qualquer outro partido. Eu quero chegar lá. Mas é importante salientar - aceito apoios partidários, mas não aceito que queiram fazer de mim o seu candidato. Serei sempre independente. Levarei fundamentalmente em conta aquilo que a sociedade civil quer para cidade.

5.20 “Autarquias vão acelerar descentralização financeira”

Jornal Economia e Finanças
23 De Agosto de 2019

Desde 2005, lançou-se à investigação e estudo sobre aspectos jurídico-económico da descentralização administrativa e financeira, razão suficiente que o permitiu efectuar um mestrado e doutoramento (Ph.D.) em Direito (Ciências Jurídico-Económicas) na Universidade de Lisboa, tendo defendido a sua tese em Abril de 2018; com o tema: "Descentralização financeira em Angola (Perspectivas futuras). Como docente e advogado, longe do cargo de deputado na actual legislatura, Ovídio Pahula discorre sobre os aspectos atinentes às autarquias, sobretudo a que tem a ver com as finanças locais.

Como olha para a futura descentralização financeira à luz das autarquias locais previstas para 2020?

É verdade que só teremos descentralização financeira em Angola com a implantação das autarquias locais que, em princípio, ocorrerá em 2020.

O desenvolvimento económico-social de qualquer país, fora dos principais centros urbanos, só é possível com a implantação da descentralização financeira que assenta a sua base fundamental nos cânones científicos da fiscalidade, na qual os empresários e empreendedores das regiões mais desfavorecidas, municípios, comunas, povoações, por exemplo, em Angola, devem beneficiar de créditos (financiamentos), subsídios e incentivos fiscais de modo a suavizar a sua frágil condição económica..

Para que a descentralização financeira cumpra, com êxito, o seu verdadeiro papel é necessário que os órgãos das autarquias locais detenham amplos poderes?

Com certeza. Mas é importante sublinhar, no domínio financeiro, sem prejuízo da tutela estadual (de legalidade e financeira), que lhes permitam tomar decisões definitivas. A descentralização, em geral, e financeira, em particular, como "tronco mãe" da autonomia constitui o maior e melhor guardião dos

objectivos, carências, desejos das comunidades locais, erigindo uma grande capacidade de auto-administração de indivíduos unidos por inabaláveis laços económicos.

Além de culturais, étnicos ou de simples proximidade territorial, que os identificam ou irmanam, influenciados, obviamente, por factores, amiúde, negativos, tais como: vastas extensões territoriais, com fragilidades organizativas e fraco desenvolvimento económico, social e cultural.

Então, como explicar as diversas formas de descentralização, se assim poderia considerar, como a institucional, empresarial, cultural, administrativa e política?

Academicamente falando, quanto às formas de descentralização, há que destrinchá-las na perspectiva ampla (administrativa, institucional, cultural, associativa e outras) e política; porquanto, as outras formas de descentralização, no nosso entender, pertencem ao instituto de devolução de poderes.

Por uma questão de economia de tempo, vou-me ocupar apenas, de forma telegráfica, da descentralização administrativa, porquanto, as autarquias locais em Angola surgirão, certamente, com a implementação da descentralização administrativa (Artigos 8º, 213º e outros da Constituição Angolana).

A descentralização administrativa, ocorre quando a função administrativa é exercida por entidades colectivas públicas (autarquias locais) distintas do Estado, cujos órgãos são eleitos pelas comunidades dos respectivos territórios, em vez do Estado-administração.

Todavia, é importante reter que não basta que a descentralização administrativa seja consagrada por lei. Porquanto, é necessário que essas pessoas colectivas públicas (autarquias locais) e os seus órgãos sejam investidos, nos termos da lei, de atribuições e competências que permitam, efectivamente, a aproximação da administração às populações e sejam afectados os recursos humanos e financeiros necessários que possam executar aquelas atribuições e competências de forma eficiente e eficaz.

Autonomia financeira e o interesse dos grupos

Há padrões definidos para que a descentralização administrativa corresponda aos anseios da população?

Reconhecimento pelo Estado de colectividades humanas baseadas numa solidariedade de interesses e

deve ser efectivada por gestão desses interesses por órgãos eleitos, emanados das colectividades;

Tutela administrativa sobre esses órgãos, exercida pelo Estado. A autonomia financeira dos órgãos eleitos por essas comunidades, isto é, as autarquias locais devem dispor de um poder autónomo no domínio do planeamento financeiro e contabilidade autárquica, ou seja, poder de elaborar, aprovar e alterar os orçamentos próprios e os planos de actividades, bem como para elaborar e aprovar os respectivos balanços e contas; sem olvidar a autonomia tributária, da qual avultam a autonomia fiscal e creditícia e por último, a autonomia patrimonial, orçamental e de tesouraria.

Como aproximar o Estado, o poder local e as populações já que se baixou a capacidade económica e financeira da maioria?

A descentralização, em geral, e a financeira, em particular, são, sem sombra de dúvidas, algumas notáveis e importantes formas de participação na vida política e visam, inequivocamente, trazer para mais perto dos cidadãos as decisões que influenciam os seus interesses e aspirações que são, frequentemente, ofuscadas e procrastinadas pela democracia representativa.

O entendimento da descentralização, embora seja diverso, o seu móbil incide sobre a salvaguarda do princípio democrático da separação de poderes e da ideia de que é normal que os grupos que mais se identificam, entre si por razões culturais ou étnicas, mas também, por motivos económicos ou de mera vizinhança tendam a organizar-se em formas de governo próprio.

Com efeito, é necessário compreender que os problemas referentes à enorme extensão territorial de Angola, às consideráveis distâncias entre as capitais de províncias e municípios em relação à Luanda (centro de todas as decisões actualmente), ao atraso da implementação gradual das autarquias locais no país e outros assuntos não menos importantes, catalisam o desejo veemente das populações locais em exigirem a concretização da descentralização administrativa que assentaria, inevitavelmente, nas finanças locais.

5.21 PIIM viabiliza execução dos 1.700 projectos

Jornal Economia e Finanças
23 De Agosto de 2019

Os órgãos da administração local vão responder por 68 por cento (1.156 projectos) da programação, enquanto os outros 32 (544) serão da responsabilidade central.

O PIIM inicial previa 236 acções nos sectores da Saúde, Educação, Construção e Obras Públicas, Infraestruturas administrativas, estradas, energia e águas, segurança e ordem pública, urbanismo, saneamento básico, nos 164 municípios do país,

O valor total do PIIM é dois mil milhões de dólares, provenientes do Fundo Soberano. Este plano congrega necessidades e iniciativas dos municípios ajustadas às prioridades locais e aos anseios da população.

Na 8ª reunião da Comissão Económica do Conselho de Ministros, realizada esta semana, o Governo reafirmou os 1.700 projectos identificados no PIIM e comprometeu-se com as prioridades que abarcam os sectores da Construção Civil, Educação, Saúde, Administração, assim como ligeiras acções nos sectores dos Transportes, Energia e Águas.

A meta é disponibilizar quatro mil salas de aulas, por todo o país, assim como construir, reabilitar e apetrechar mais unidades sanitárias. Em simultâneo, prevê-se a construção de oito edifícios para o funcionamento das autarquias locais, 500 escolas primárias e 36 complexos administrativos.

Por exemplo, o montante global do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) no Namibe é de kzs 21 057 milhões, envolvendo 46 projectos a executar neste e no próximo ano, anunciou a directora do Gabinete de Estudos Planeamento e Estatística (GEPE) do Governo Provincial.

A província da Huíla vai executar, no âmbito do Plano Integrado de Intervenção Municipal (PIIM), 179 projectos nos domínios da Saúde, Educação, Energia e Águas, Infraestruturas Rodoviárias, entre outros, orçados em kzs 41 mil milhões.

O município do Huambo, com cerca de 843 mil habitantes, tem previstas no PIIM a requalificação do sistema de água e a construção de uma central térmica na comuna da Calima, reabilitação de 20 pontos de abastecimento de água que estão fora de serviço em diversas áreas do município, bem como a construção de oito salas de aula.

No município do Uíge aprioridade recai para a melhoria do saneamento básico, construção de escolas, expansão da rede de distribuição de água potável, energia eléctrica, bem como a melhoria das vias de acesso.

Recentemente, A Economist Intelligence Unit (EIU) considerou que a canalização de dois mil milhões de dólares do Fundo Soberano de Angola (FSDEA) para financiar o desenvolvimento dos municípios é uma decisão sensata, mas alerta para as dificuldades de fazer investimentos.

5.22 Como é que os autarcas recorrerão ao financiamento público?

Jornal Economia e Finanças
23 De Agosto de 2019

Há autores que defendem uma forte limitação e desencorajamento do recurso aos empréstimos públicos...

É uma fonte preferencial de financiamento dos entes públicos, mormente, as autarquias locais. Porquanto, o aguçado apetite pela satisfação imediata de certos intentos dos entes públicos locais, por vezes, não imprescindíveis para as autarquias locais, fala-se a um grosseiro embuste fundado na intenção de manter o equilíbrio do orçamento e a boa gestão dos dinheiros públicos.

Daí que é importante a tomada de sérios cuidados, no plano legislativo, de forma a limitar, senão mesmo vetar, contratos de empréstimos desmedidos e, não raras vezes, que impelem as autarquias locais para situações de "banarrota", motivada por incumprimentos contratuais de empréstimos com elevadas taxas de 'juro'. A questão fundamental sobre os limites atinentes à contratação de empréstimos públicos, em geral, e as infra-estruturas, em particular, prende-se com o respeito pelo princípio da equidade geracional, ou seja, os efeitos que se podem repercutir, do ponto de vista económico, social e cultural, para as futuras gerações, originados por decisões financeiras feitas por dirigentes políticos ou gestores da geração actual.

Como conformar o modelo de desenvolvimento económico, por criar, com a implantação das autarquias locais e demais planos elaborados pelo Governo, nomeadamente, o PND (2018-2022), PIP e os planos dos governos provinciais e municipais?

O modelo autárquico, no domínio económico, estará alinhado e harmonizado, certamente, com os processos de coordenação, democratização e descentralização do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN), dos programas de investimentos públicos (Nacional, Provinciais e Municipais) e com os planos de desenvolvimento provinciais e municipais.

O plano nacional desempenha um papel preponderante na determinação do rumo do desenvolvimento político, económico, social, cultural

e, conseqüentemente, na distribuição da riqueza (rendimento - stricto sensu), na elevação do modo de vida dos cidadãos, oferta das oportunidades de emprego, progresso nas carreiras profissionais, negócios, etc...

Os planos nacionais, no nosso país, representam as metas determinantes dos comandos político-económicos no contexto global e apontam os indicadores dos pressupostos da preparação, elaboração, aprovação e execução dos orçamentos gerais do Estado, numa posição muito peculiar, além de influenciarem as políticas económicas conjunturais e estruturais do Estado.

Como controlar a execução orçamental e financeira a nível local?

A execução orçamental e financeira autárquica estará sujeita, seguramente, aos seguintes níveis de controlo e fiscalização orçamental e financeira:

- a) Fiscalização e controlo político que será feito pela Assembleia Municipal.
- b)- Fiscalização e controlo administrativo, orçamental e financeiro que estará a cargo dos órgãos administrativos do Executivo (Câmara Municipal) do presidente da autarquia e outros órgãos especializados (Ministério das Finanças, por exemplo).
- c)- Fiscalização financeira jurisdicional que estará a cargo do Tribunal de Contas (Secções Provinciais ou Regionais do Tribunal de Contas- nº1 do Artigo 5º da Lei nº13/10, de 09 de Julho- Lei orgânica e do processo do Tribunal de Contas).

Que comparação faz das realidades de Portugal, Moçambique e Cabo Verde em relação à sua experiência no plano da descentralização administrativa e financeira?

Estudei com muita profundidade, durante a redacção da minha Tese de Doutoramento nestes três países e, felizmente, permitiu-me comparar realidades distintas de países diferentes embora haja algumas similitudes. Portanto, Angola merece um poder local autárquico e autónomo à medida da sua realidade concreta. A municipalização erigida na descentralização financeira representa o busílis da materialização transcendente da aspiração de uma Angola livre, democrática, unida na diversidade, descentralizada, próspera e de progresso económico-social e cultural.

5.23 “Não vejo o MPLA a ganhar em Luanda nas eleições autárquicas”

Jornal EXPANSÃO
23 De Agosto de 2019
Texto: João Armando

Apresenta-se como candidato a presidente da Câmara de Luanda, numa altura em que não está aprovado todo o pacote legislativo para as eleições autárquicas. Quais são as suas motivações?

Desde os 21 anos que sou bastante preocupado com a situação de Luanda. A desorganização que existe, e que foi feito pelas pessoas ao longo do tempo sempre me inquietou. Fizem sem que o Poder as impedisse. Hoje pode dizer-se que esta má organização é por culpa das pessoas, mas também do Governo, responsável por inúmeras más decisões que levaram a este ambiente de construção anárquica, falta de condições de saneamento, valas a céu aberto entupidas de lixo, etc.

Isso pensam muitos luandenses. Mas quando é que deu um passo em frente? Quando assumiu essa vontade?

Em 2013 quando o ex-presidente José Eduardo dos Santos marcou pela primeira uma data para as eleições autárquicas. Na altura abdiquei do cargo de director nacional do Ministério do Ensino Superior e do lugar de porta-voz do ministério, fui convidado pelo já falecido Dr. Adão do Nascimento, para seguir este meu desiderato. Estou empenhado e muito interessado em que tenhamos uma capital ao nível do que acontece em outras cidades europeias.

Quando anunciou esta candidatura, que reacção recebeu das pessoas?

A partir do momento que apresentei a candidatura, as pessoas chegaram à conclusão que tenho condições e características, nomeadamente comportamentais para ser presidente da câmara. Desde dos tempos em que estudei em Portugal que acompanho o desenvolvimento local e a forma de exercer o poder autárquico. Por exemplo, veja os nossos prédios na cidade, totalmente sujos e desorganizados, sem elevadores, sem corrimões nas escadas, sem condições. Fico muito triste que pessoas com carros sofisticados tenham de morar naquelas condições. Este é apenas um exemplo ...

Reorganizar Luanda é uma tarefa enorme ...

Por vezes são apenas coisas simples. Por exemplo, veja-se o estado em que está a zona dos ministérios ali ao pé da Rádio Nacional. Chamaria as pessoas dos diversos ministérios para criar equipas de pudessem fazer uma requalificação. Bastaria coisas simples, fazer um muro, pôr uns muros, construir passeios e lancis. Coisas simples e tínhamos Uma área organizada. Os governantes trabalham em lugares imundos. Não consigo perceber.

Já tem uma plataforma política para o apoiar nesta candidatura?

A minha candidatura é independente. Tenho muitos apoiantes, alguns empresários confirmaram que me vão apoiar. Mas fim da mentalmente tenho muitas ideias para a capital. Já tenho uma bandeira, um hino e slogan "Juntos por Luanda. Melhorar Luanda". Estou a apresentar os meus projectos, acho mesmo que estou em condições de ganhar. Também sinto que sendo independente estou melhor colocado para ser presente de todos os munícipes de Luanda.

Os partidos políticos já falaram consigo?

Não falaram. Mas sabem que me vou candidatar. Não quero ter ligações a nenhum, pois não quero ser depois chantageado por um partido que esteja no poder.

O País não tem tradição de candidaturas independentes. Eu acredito que está a haver uma mudança de mentalidade. As pessoas já chegaram à conclusão que não é preciso ser de determinado partido para chegar a determinadas funções. Não é preciso cartão para trabalhar na administração. Existe esta liberdade e tenha a certeza absoluta que os cidadãos já aceitam candidaturas independentes. E mais, que as valorizam. Há muitas pessoas que estão no partido do poder que não querem que apresente a minha candidatura.

Mas é o do MPLA?

Sou. E se fosse para ser de outro partido já tinha sido. Fui convidado. Sou coerente. Não faria, por exemplo, aquilo que o Dr. Fernando Heitor fez. Fui educado a respeitar o partido. Mas a minha candidatura não é partidária.

E se o próprio MPLA lhe pedisse para retirar a candidatura? Faria isso?

Não! Definitivamente, não. Eu quero ser independente e tenho essa liberdade. O partido não me pode impedir de candidatar-me. Aliás, deixe-me dizer que como independente estarei em melhores condições de ganhar. Não vejo o MPLA a ganhar em Luanda. Já nas últimas eleições tiveram os resultados que sabemos. Nas autárquicas não acredito que uma candidatura do MPLA possa ganhar na capital.

Mas isso não limita depois o relacionamento com o Governo Central?

Pelo contrário. É minha intenção trabalhar de forma alinhada com o governo, fomentar o emprego que é o grande desafio na área social. Mas também ajudar a angariar investimentos no estrangeiro, em especial em Portugal por motivos afectivos, para projectos de grande valia em Luanda.

Já tem pessoas dispostas a dar cara pela sua candidatura, nomeadamente algumas figuras da nossa sociedade?

As pessoas ainda estão um pouco cépticas. Penso que é aquele sentimento, deixa lá ver o que dá. O que ele vai conseguir. Falam comigo no privado. Eu entendo isso. As pessoas só depois de verem a máquina a funcionar é que se vão colocar. Por exemplo, eu gostava que a vice-presidente da minha lista fosse uma mulher. Eu valorizo bastante o trabalho das mulheres.

A sua imagem e projecção na sociedade também ajudam, não esquecer que o livro "Ensaboado e Enxaguado" foi dos mais vendidos no mercado nacional. Penso que as pessoas olham para mim como alguém que se preocupa com a educação. Não apenas com a instrução. Eu quero dar muita atenção a esta área. Não apenas no aspecto da educação científica, mas fundamentalmente na vertente comportamental. Infelizmente no nosso País só se olha para o primeiro aspecto, mas o grande desafio é

mudar comportamentos. Podemos criar na cidade centros de educação comportamental, por exemplo.

Parte da legislação autárquica já foi aprovada, mas ainda faltam decretos importantes. O que pensa do

quadro legal que está a ser preparado? Sobre as questões do gradualismo geográfico não vou entrar em discussão. O Governo quer e a oposição não quer. Tendo em conta o desejo do MPLA e o número de deputados que tem na Assembleia Nacional, parece-me uma questão resolvida.

E sobre o financiamento das autarquias?

A proposta de lei que está para aprovação pode funcionar. É importante dizer que estamos num período experimental, por isso vamos aceitar e dar o benefício da dúvida. Depois quando estivermos a funcionar, vamos discutir. As leis podem ser alteradas. Se alguma coisa estiver errada, muda-se.

Quais são as grandes mudanças que propõe para Luanda? O maior problema da capital é a mobilidade. Melhorar as estradas, arranjar aos passeios para as pessoas poderem caminhar, arranjar os sinais, educar as pessoas a circularem pelas passagens pedonais superiores.

E melhorar os transportes públicos.

Comprar autocarros não resolve nada. O Governo deve empenhar-se para conseguir a instalação em Angola de uma concessionária que possa montar autocarros e vender peças para o nosso mercado. Para que cada que avarie alguma coisa, não se tenha de ir à China ou à 'Cochinchina' buscar um acessório. Três meses de espera, depois há um engano na encomenda, e são mais três. O Presidente nestas suas visitas ao exterior deve empenhar-se em conseguir que uma grande marca se instale no nosso território, dando incentivos fiscais e garantindo condições de funcionamento. O mesmo para uma unidade de camiões.

E relativamente ao problema do lixo?

Todos nós devemos guardar o lixo em casa, em sacos fechados, e coloca-los apenas nas horas de recolha. Penso que a resolução do problema do lixo passa muito pela alteração de comportamentos dos cidadãos, e claro pela aplicação de multas aos infractores. O problema é que temos um governo muito populista e foi esse populismo que estragou o País. Se tivéssemos aplicado multas e sensibilizado a população, os comportamentos serão diferentes e esse problema específico do lixo não tinha a dimensão actual.

5.24 “Não vejo o MPLA a ganhar em Luanda nas eleições autárquicas”

Jornal EXPANSÃO

23 De Agosto de 2019

Texto: João Armando

Apresenta-se como candidato a presidente da Câmara de Luanda, numa altura em que não está aprovado todo o pacote legislativo para as eleições autárquicas. Quais são as suas motivações?

Desde os 21 anos que sou bastante preocupado com a situação de Luanda. A desorganização que existe, e que foi feito pelas pessoas ao longo do tempo sempre me inquietou. Fizem sem que o Poder as impedisse. Hoje pode dizer-se que esta má organização é por culpa das pessoas, mas também do Governo, responsável por inúmeras más decisões que levaram a este ambiente de construção anárquica, falta de condições de saneamento, valas a céu aberto entupidas de lixo, etc.

Isso pensam muitos luandenses. Mas quando é que deu um passo em frente? Quando assumiu essa vontade?

Em 2013 quando o ex-presidente José Eduardo dos Santos marcou pela primeira uma data para as eleições autárquicas. Na altura abdiqueei do cargo de director nacional do Ministério do Ensino Superior e do lugar de porta-voz do ministério, fui convidado pelo já falecido Dr. Adão do Nascimento, para seguir este meu desiderato. Estou empenhado e muito interessado em que tenhamos uma capital ao nível do que acontece em outras cidades europeias.

Quando anunciou esta candidatura, que reacção recebeu das pessoas?

A partir do momento que apresentei a candidatura, as pessoas chegaram à conclusão que tenho condições e características, nomeadamente comportamentais para ser presidente da câmara. Desde dos tempos em que estudei em Portugal que acompanho o desenvolvimento local e a forma de exercer o poder autárquico. Por exemplo, veja os nossos prédios na cidade, totalmente sujos e desorganizados, sem elevadores, sem corrimões nas escadas, sem condições. Fico muito triste que pessoas com carros sofisticados tenham de morar naquelas condições. Este é apenas um exemplo ...

Reorganizar Luanda é uma tarefa enorme ...

Por vezes são apenas coisas simples. Por exemplo, veja-se o estado em que está a zona dos ministérios ali ao pé da Rádio Nacional. Chamaria as pessoas dos

diversos ministérios para criar equipas de pudessem fazer uma requalificação. Bastaria coisas simples, fazer um muro, pôr uns muros, construir passeios e lancis. Coisas simples e tínhamos Uma área organizada. Os governantes trabalham em lugares imundos. Não consigo perceber.

Já tem uma plataforma política para o apoiar nesta candidatura?

A minha candidatura é independente. Tenho muitos apoiantes, alguns empresários confirmaram que me vão apoiar. Mas fim da mentalmente tenho muitas ideias para a capital. Já tenho uma bandeira, um hino e slogan "Juntos por Luanda. Melhorar Luanda". Estou a apresentar os meus projectos, acho mesmo que estou em condições de ganhar. Também sinto que sendo independente estou melhor colocado para ser presente de todos os munícipes de Luanda.

Os partidos políticos já falaram consigo?

Não falaram. Mas sabem que me vou candidatar. Não quero ter ligações a nenhum, pois não quero ser depois chantageado por um partido que esteja no poder.

O País não tem tradição de candidaturas independentes. Eu acredito que está a haver uma mudança de mentalidade. As pessoas já chegaram à conclusão que não é preciso ser de determinado partido para chegar a determinadas funções. Não é preciso cartão para trabalhar na administração. Existe esta liberdade e tenha a certeza absoluta que os cidadãos já aceitam candidaturas independentes. E mais, que as valorizam. Há muitas pessoas que estão no partido do poder que não querem que apresente a minha candidatura

Mas é o do MPLA?

Sou. E se fosse para ser de outro partido já tinha sido. Fui convidado. Sou coerente. Não faria, por exemplo, aquilo que o Dr. Fernando Heitor fez. Fui educado a respeitar o partido. Mas a minha candidatura não é partidária.

E se o próprio MPLA lhe pedisse para retirar a candidatura? Faria isso?

Não! Definitivamente, não. Eu quero ser independente e tenho essa liberdade. O partido não me pode impedir de candidatar-me. Aliás, deixe-me dizer que como independente estarei em melhores condições de ganhar. Não vejo o MPLA a ganhar em Luanda. Já nas últimas eleições tiveram os resultados que sabemos. Nas autárquicas não acredito que uma candidatura do MPLA possa ganhar na capital.

Mas isso não limita depois o relacionamento com o Governo Central?

Pelo contrário. É minha intenção trabalhar de forma alinhada com o governo, fomentar o emprego que é o grande desafio na área social. Mas também ajudar a angariar investimentos no estrangeiro, em especial em Portugal por motivos afectivos, para projectos de grande valia em Luanda.

Já tem pessoas dispostas a dar cara pela sua candidatura, nomeadamente algumas figuras da nossa sociedade?

As pessoas ainda estão um pouco cépticas. Penso que é aquele sentimento, deixa lá ver o que dá. O que ele vai conseguir. Falam comigo no privado. Eu entendo isso. As pessoas só depois de verem a máquina a funcionar é que se vão colocar. Por exemplo, eu gostava que a vice-presidente da minha lista fosse uma mulher. Eu valorizo bastante o trabalho das mulheres.

A sua imagem e projecção na sociedade também ajudam, não esquecer que o livro "Ensaboado e Enxaguado" foi dos mais vendeu no mercado nacional. Penso que as pessoas olham para mim como alguém que se preocupa com a educação. Não apenas com a instrução. Eu quero dar muita atenção a esta área. Não apenas no aspecto da educação científica, mas fundamentalmente na vertente comportamental. Infelizmente no nosso País só se olha para o primeiro aspecto, mas o grande desafio é mudar comportamentos. Podemos criar na cidade centros de educação comportamental, por exemplo.

Parte da legislação autárquica já foi aprovada, mas ainda faltam decretos importantes. O que pensa do quadro legal que está a ser preparado? Sobre as questões do gradualismo geográfico não vou entrar em discussão. O Governo quer e a oposição não quer. Tendo em conta o desejo do MPLA e o número de deputados que tem na Assembleia Nacional, parece-me uma questão resolvida.

E sobre o financiamento das autarquias?

A proposta de lei que está para aprovação pode funcionar. É importante dizer que estamos num período experimental, por isso vamos aceitar e dar o benefício da dúvida. Depois quando estivermos a funcionar, vamos discutir. As leis podem ser alteradas. Se alguma coisa estiver errada, muda-se.

Quais são as grandes mudanças que propõe para Luanda? O maior problema da capital é a mobilidade. Melhorar as estradas, arranjar aos passeios para as pessoas poderem caminhar, arranjar os sinais, educar

as pessoas a circularem pelas passagens pedonais superiores.

E melhorar os transportes públicos.

Comprar autocarros não resolve nada. O Governo deve empenhar-se para conseguir a instalação em Angola de uma concessionária que possa montar autocarros e vender peças para o nosso mercado. Para que cada que avarie alguma coisa, não se tenha de ir à China ou à 'Cochinchina' buscar um acessório. Três meses de espera, depois há um engano na encomenda, e são mais três. O Presidente nestas suas visitas ao exterior deve empenhar-se em conseguir que uma grande marca se instale no nosso território, dando incentivos fiscais e garantindo condições de funcionamento. O mesmo para uma unidade de camiões.

E relativamente ao problema do lixo?

Todos nós devemos guardar o lixo em casa, em sacos fechados, e coloca-los apenas nas horas de recolha. Penso que a resolução do problema do lixo passa muito pela alteração de comportamentos dos cidadãos, e claro pela aplicação de multas aos infractores. O problema é que temos um governo muito populista e foi esse populismo que estragou o País. Se tivéssemos aplicado multas e sensibilizado a população, os comportamentos serão diferentes e esse problema específico do lixo não tinha a dimensão actual.

5.25 Autarquias podem impulsionar desenvolvimento a nível local

Jornal Economia e Finanças
9 De Agosto de 2019

O Vice-primeiro-ministro de Cabo Verde, Olavo Correia, disse ontem, 8, em Luanda, que as Autarquias devem se traduzir no desenvolvimento económico dos municípios.

Falando à imprensa, à margem da II Conferência sobre Autarquias Locais em Angola, numa organização conjunta entre a Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto e o Ministério Administração do Território e Reforma do Estado (MATRE), explicou que as autarquias, constituem uma oportunidade ímpar para aumentar o nível de intervenção das autoridades do Estado na vida económica, política e social do cidadão.

Segundo o governante cabo-verdiano, o alcance desta meta passa por uma transferência efectiva das competências, descentralização do poder e a criação

de condições humanas e materiais para o trabalho a nível local.

Para Olavo Correia, as autarquias não podem tratar apenas as questões de lixo, mas sim a energia eléctrica, saúde; planeamento urbano e apresentar resultados à população.

Construir soluções

Ao intervir no acto de abertura, o ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, disse que, o Estado deve encontrar mecanismos de coordenação institucional, destinados a construir soluções capazes de fundar um modelo que garanta coerência e complementaridade entre a intervenção central, a provincial e a municipal, num quadro de autonomia dos municípios.

O objectivo é assegurar que haja harmonia entre o Orçamento Geral do Estado e os orçamentos dos municípios, para assegurar complementaridade entre o Plano de Desenvolvimento Nacional e os Planos Provinciais e Municipais de Desenvolvimento, e assim, "garantirmos que entes diferentes caminhem em busca de objectivos comuns".

Por outro lado, assegurou que, o Governo vai continuar a buscar soluções para a atracção e criação de capacidade de fixação de quadros nos municípios.

Adão de Almeida garantiu que, o efectivo da administração pública angolana estimado 385.423 quadros, em 2017, sendo 47.021 nos órgãos da Administração Central e 338-402, na administração local, seja de nível provincial, seja de nível municipal vão ser transferidos nas autarquias, de modo a assegurar o funcionamento das estruturas a nível local.

Segundo avançou, para o cidadão não interessa que o serviço seja prestado pelo "A ou pelo B", basta que seja bem prestado.

Considerou necessário e urgente simplificar e modernizar a administração do Estado.

Formação de quadros

Por sua vez, a vice-governadora da Huíla para o sector Político, Social e Económico, Maria Chimpalavela, sublinhou que a formação de quadros para os desafios do futuro, deve ser uma prioridade de modo a assegurar o funcionamento efectivo das administrações a nível local.

O membro da Acção Para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), João Neves, alertou que a fixação de quadros nos municípios passa na melhoria

das condições de trabalho, enquadramento justo, valorização da iniciativa local e do contraditório.

Já o Comandante da Polícia Portuguesa na cidade de Lisboa, Paulo Jorge, que transmitiu a experiência daquela cidade, disse na conferência que Lisboa conta com três polícias por cada 100 habitantes.

Segundo avançou o polícia da autarquia é meramente administrativo e vela pelo estacionamento, incumprimento de normas na cidade, higiene e segurança pública.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Fim do prazo de liquidação do IPU agita as repartições

Jornal de Angola

01 De Agosto, 2019

Texto: Victorino Joaquim

No último dia do prazo para a liquidação do Imposto Predial Urbano (IPU), ontem, as repartições fiscais de Luanda percorridas pelo Jornal de Angola registaram um movimento maior de contribuintes preocupados com o pagamento da segunda prestação.

De acordo com um funcionário da Administração Geral Tributária (AGT), que não aceitou identificar-se, nos últimos dias, o número de contribuintes que acorreu às repartições fiscais para o pagamento do IPU cresceu “quase o dobro, principalmente no período da manhã”.

Apesar da situação, o funcionário garantiu que o processo decorreu sem sobressaltos, tendo apelado aos contribuintes a evitarem efectuar o pagamento nos últimos dias, uma vez que, essa é uma prática recorrente.

O supervisor de uma empresa de segurança Daniel Cândido lamentou à nossa reportagem, enquanto aguardava, na fila, a sua vez, na 2ª Repartição Fiscal, a lentidão no atendimento devido ao sistema tecnológico, que não permitia maior celeridade.

“Desde as 13h00 que aqui cheguei, até agora (são 14h30 minutos), ainda não fui atendido”, disse Daniel Cândido que, mesmo não sabendo ainda o valor a pagar, pretendia liquidar o IPU de uma residência e de um escritório pertencentes à empresa para a qual trabalha.

A assistente administrativa de uma empresa privada Sónia Marisa João, por sua vez, mostrava-se satisfeita por ter conseguido efectuar o pagamento do IPU no último dia, quando já eram quase 15h00.

A jovem pagou na 1ª Repartição Fiscal, situada ao longo da rua Rainha Ginga, o valor de 797.559 kwanzas de dívida do IPU de duas residências alugadas a uma instituição pública, mas teve de esperar na fila por mais de 45 minutos. “Só não paguei antes por falta de tempo”, acrescentou.

Na fila, na 4ª Repartição Fiscal, situada em Talatona, estava o idoso Nelson Graça para pagar o valor de

588 920 kwanzas de IPU correspondente a quatro imóveis pertencentes ao grupo empresarial Humbertico Lda.

Nelson Graça justificou o pagamento tardio do IPU pela falta de recursos financeiros. “A disponibilidade de liquidez para efectuar o pagamento está, para mim, na base do atraso deste pagamento. Como se sabe, a situação económica do país está cada vez mais difícil”, concluiu.

O cenário de aglomeração de contribuintes acima da média diária, nos dois últimos dias, verificou-se em diversas repartições fiscais.

Previsão de receitas

Com o pagamento da segunda prestação do IPU, que começou a 1 de Julho e terminou ontem, a AGT prevê arrecadar um montante próximo do alcançado no primeiro semestre, sendo cinco mil milhões sobre o património e 15 mil milhões sobre as rendas, de acordo com informações há uma semana prestadas a este jornal pelo técnico da Direcção dos Serviços Fiscais da AGT Cândido Carneiro.

Naquela altura, acrescentou Cândido Carneiro, as receitas resultantes da cobrança da primeira prestação do Imposto Predial Urbano, de Janeiro a Junho do ano em curso, registavam um significativo incremento de 15,3 por cento em relação ao período homólogo de 2018.

6.2 Ministro diz haver “especulações” nas críticas ao Bairro dos Ministérios

Jornal de Angola

01 De Agosto de 2019

Texto: João Dias

O ministro da Construção e Obras Públicas, Manuel Tavares de Almeida, disse ontem, em Luanda, ser “mera especulação” as críticas feitas por alguns analistas sobre o Centro Político e Administrativo, vulgo Bairro dos Ministérios, a ser construído na Chicala 2, em Luanda.

Incumbido de fazer um esclarecimento sobre o Bairro dos Ministérios, Manuel Tavares de Almeida informou que o Centro Político e Administrativo vai ser criado na modalidade BOT (Building Operating and Transfer), reafirmando que o mesmo vai aliviar os gastos públicos e criar empregos.

O ministro da Construção e Obras Públicas, Manuel Tavares de Almeida, que falava no final da 7ª Sessão

Ordinária do Conselho de Ministros, orientada pelo Presidente da República, considerou que o BOT (sigla que na tradução para o português significa Construir, Operar e Transferir) é uma iniciativa inovadora que se usa actualmente em todo o mundo e baseada num modelo contratual e financeiro. O mesmo, sublinhou, vai aliviar os gastos públicos, criando emprego e contribuindo para o crescimento do país.

Salvaguardar o investimento

Entretanto, para o ministro da Construção e Obras Públicas, "pôr em causa o projecto é simplesmente desmobilizar as intenções já manifestadas de investimento do sector privado nacional e estrangeiro e descredibilizar o país".

Segundo Manuel Tavares de Almeida, este projecto não só vai garantir muito emprego aos jovens, como também vai mobilizar a indústria e o comércio internos, quer na sua fase de construção, quer na fase de operação.

No quadro do novo ciclo político de governação participativa e inclusiva, orientado pelo Titular do Poder Executivo, foi feita no passado dia 23, em Luanda, a apresentação pública do Projecto do Centro Político Administrativo na modalidade BOT, a ser implantado no futuro Bairro dos Ministérios, com o intuito de mobilizar potenciais investidores.

Falta de urbanidade

O ministro Manuel de Almeida Tavares lamentou o facto de terem sido registados alguns "excessos negativos na abordagem deste tema, com manifestações de falta de Urbanidade e honestidade intelectual, por parte de alguns analistas.

Ao rebater algumas "inverdades e incongruência", Manuel Tavares de Almeida esclareceu que a construção do Centro Político Administrativo não arranca este ano, mas em breve deve ser lançado o concurso público de pré-qualificação para apurar as empresas com competência para financiar, na modalidade BOT, os subprojectos autorizados pelo Titular do Poder Executivo.

Depois disso, esclareceu, deve ser elaborado o estudo de impacto ambiental que não levará menos de seis meses, condição indispensável para a obtenção dos financiamentos.

Depois, segue-se a contratação dos consultores (técnico, financeiro e jurídico) para assessorar a preparação e a negociação do BOT, com vista a contratação das empresas vencedoras.

No termo desta fase, o contrato sobre a construção do Centro Político e Administrativo' vulgo Bairro dos Ministérios, a ser construído na Chicala 2, em Luanda será submetido ao Tribunal de Contas para obtenção do visto preventivo que dará o conforto para o início da construção.

Bairro dos Ministérios

O ministro esclareceu chamar-se "Bairro dos Ministérios" porque no espaço da sua implantação predomina frontalmente os edifícios ministeriais.

O ministro Manuel Tavares de Almeida afirmou que este projecto não só vai garantir muitos empregos aos jovens, como mobilizará a indústria e o comércio internos, quer na sua fase de construção, quer na fase de operação.

O ministro esclareceu que o Bairro dos Ministérios está integrado no Plano Urbanístico de Requalificação da Baixa da Cidade de Luanda, obedecendo o seu Plano Director, localizado numa área onde já estava previsto um projecto habitacional e de escritórios.

Manuel Tavares de Almeida esclareceu que o Centro Político-Administrativo sempre esteve planeado para ser implantado na zona da Praia do Bispo, em torno do Mausoléu. "Porém, o projecto foi relocado para um local melhor e está na sequência da integração dos órgãos de soberania; ou seja, com o Palácio Presidencial e com a Assembleia Nacional, que já dignificam o país", acrescenta o ministro.

Manuel Tavares de Almeida explicou que o projecto não será implantado na orla marítima da Chicala. "Na verdade, o projecto será implantado na Chicala 11, na Praia do Bispo, e não na Chicala", disse.

Negou, por outro lado, que o projecto terá marina para iates, "mas sim, cada hotel, seja o hotel protocolar do Estado ou o hotel privado, será implantado junto do canal marítimo da Chicala 11 e logicamente, por essa razão, deverão existir pequenas marinas para atacamento de pequenos barcos de recreio, junto aos restaurantes, tendo esta parte do projecto investimento privado."

Manuel Tavares de Almeida disse que o projecto não será um condomínio fechado, mas um espaço público, com forte pendôr turístico e um sistema de segurança.

"As vozes críticas que estavam contra a construção do Aproveitamento Hidroeléctrico de Capanda e, por isso, fizeram atrasar sobremaneira a sua conclusão, são as mesmas vozes que hoje reclamam que o país não tem energia", acusou o ministro.

Afirmou também que "as vozes críticas que permanentemente estiveram contra a construção de refinarias em Angola alimentaram durante todo este tempo os interesses dos grupos que vivem da transformação do nosso petróleo bruto no exterior."

Segundo o ministro, a pressão sobre o Governo angolano fez adiar a construção da Refinaria do Lobito.

"Essas mesmas vozes, hoje, condenam o Governo de Angola, dizendo que não se compreende que um país que é o segundo maior produtor em África ainda tem de importar os refinados do petróleo."

6.3 Bairro dos Ministérios: o batom da cidade bipolar

Novo Jornal

02 De Agosto de 2019

A origem da palavra Política vem do grego politiká, constituída por poli, uma derivação de polis, que designa aquilo que é público e tikós, que se refere ao bem comum de todos os cidadãos. O dever da governação é construir para o bem-estar de todos os cidadãos. Cumprir a constituição é obrigatório e violá-la é punível por lei!

Diz o artigo 21.º, alínea m), da nossa Constituição da República de 2010 que uma das tarefas fundamentais do Estado é "promover o desenvolvimento harmonioso e sustentado em todo o território nacional, protegendo o ambiente, os recursos naturais e o património histórico, cultural e artístico nacional". E, fazendo tábua rasa da mesma, em Luanda, 56% das famílias vivem de pequenos biscates e 80% de comércio informal, 71% da população que vive em habitações informais ou precárias, apenas 41% da população tem electricidade e 25% tem acesso à rede pública de água e saneamento básico (fórum urbano de Angola e DW, 2019). O acesso e posse da terra acontece maioritariamente de modo informal 61,3% (CAIN, 2013) cerca de 80% da população usa os candongueiros como meio de transporte quotidiano por falta de transportes públicos (Alves da Rocha, 2019).

O Estado é, então, o principal violador da lei!

É neste quadro de enorme precariedade das condições de vida dos angolanos que se anuncia com pompa e orgulho o projecto do Bairro dos Ministérios, que faz parte da fase 1 da cidade administrativa do Novo Centro da Cidade. E sobre ele diz a propaganda: " ... Este renascimento do planeamento urbano será o alvorecer de uma nova

era que promove estratégias de desenvolvimento sustentável para áreas públicas paisagistas (estas serão apenas 0,5% da área de implantação), transportes públicos (de onde para onde?)", "um modelo vibrante", diz o panfleto! " ... Proporcionando qualidade e bem-estar para uma vida saudável e ambiente de trabalho, abrindo novos horizontes para os desenvolvimentos governamentais e socioeconómicos" (para meia dúzia de pessoas?). A primeira pergunta óbvia que se faz com algum discernimento mental é: mas vivem em que país e em que cidade? Porque em Luanda não certamente!

Basta todos os dias sentir na pele quão duro é sobreviver nela, em kubikos, sem acessos, sem água, sem luz, sem transportes, comida caríssima, com esgoto a céu aberto a correr pelas ruas; pessoas a comerem dos caixotes de lixo, sem escola, com hospitais onde se morre que nem cães todos os dias. "Modelo vibrante" é uma expressão que ofende a realidade!

E insiste-se em não largar a baixa da cidade colonial, a tal tão paradoxalmente odiada!

Algumas questões fundamentais se equacionam neste projecto: O volume de negócio custará cerca de 3,6 mil milhões USD. O valor que aqui se vai investir é maior do que o Orçamento Geral do Estado para a Saúde e Educação, que somam 3,5 mil milhões USD! Diz a propaganda que podemos estar descansados porque o modelo financeiro BOT nos vai salvar os bolsos rotos. Repondo a verdade sobre a falsa propaganda, que escondeu que este contrato obriga o Estado (e por isso pago por nós contribuintes públicos) a pagar todo o terreno infra-estrutura do com redes de esgotos, drenagem, água, electricidade, telecomunicações, arruamentos, zonas verdes, tratamento de água e estações de tratamentos de energia eléctrica, abertura do canal, despoluição da Chicala (160 milhões USD). Soma-se ainda cerca de 188 milhões USD à DAR, pago pelo projecto e valor idêntico tem ainda que ser acrescentado para a fiscalização. Note-se que em consultaria técnica foram já pagos 2,2 milhões USD - ai, consultores, consultores, como vocês são pagos a peso de ouro...

Tudo isso é pago dos nossos bolsos, os dos contribuintes, por isso somem lá vocês, para eu não me assustar! E querem deitar-nos areia para os olhos dizendo que o BOT é investimento privado, sem custos para o Estado! Explicando o que é o BOT, segundo economistas: é um modelo de investimento público-privado de longo prazo, em que o privado investe, sobre a construção e depois fica com o controlo e rendimento da exploração do empreendimento por 20 a 30 anos. Ao fim desse tempo, devolve o empreendimento ao Estado (já

todo rebentado e degradado normalmente!). É um sistema financeiro usado normalmente para investimentos que geram receitas que se usam para pagar o empréstimo e por isso empregam-se em infra-estruturas de produção como fábricas, produção de energia, etc., que rendem receitas.

De uma forma simples: imagine que pede dinheiro a alguém que conhece para comprar a meias com outras pessoas, uma casa onde vai viver com elas que deram o dinheiro para a mesma. O prazo que tem para pagar a sua parte é de 20 anos. Vai lá ficar a viver com elas a pagar-lhe renda de amortização do empréstimo acrescida de juros. Elas alugam os seus quartos para ganhar dinheiro, mas você que pediu emprestado fica a pagar renda. Ao fim dos 20 anos, elas saem de casa e a casa fica para si. Neste caso, a parte sujeita a BOT será a dos 28 edifícios ministeriais, mais 37 casas de convidados, jardins, vias estação de águas e electricidade ... Aqui não há receitas de produção e o Estado pagará rendas altíssimas para pagar o investimento a estes privados por 20 ou 30 anos, até ser devolvido o "condomínio público fechado" ao Estado.

Desenvolvendo o projecto em regime BOT ao valor do investimento inicial é necessário acrescentar: custos do financiamento (entidade privada), juros do dinheiro investido, margem do investidor privado, custos de manutenção e operação dos edifícios, inflação e desvalorização da moeda, divididos em rendas mensais a pagar pelo Estado. Oh, crentes do BOT, fazei contas! Se os privados recuperarem o investimento em 7 anos, não sei ..dizem, porque terão outras rendas vindas da parte privada do investimento, a partir daí é puro lucro para eles, mas o Estado, que pediu emprestado, fica a pagar a sua renda durante 20 anos.

Há outras soluções? Naturalmente. Recuperar os edifícios patrimoniais onde estão instalados os Ministérios e reaver edifícios já construídos, existentes na cidade e completamente vazios, que foram feitos por privados com dinheiros públicos.

Os sistemas BOT são mundialmente aconselháveis para construir fábricas, aumentar produção nacional que dá emprego (temos 40% de desempregados, os jovens querem trabalhar!). Não temos luz nem água. Usem sistemas BOT para a produção eléctrica e de água. Paguem o BOT com a cobrança de água e luz. Ou seja. Usem o sistema BOT para dar dignidade de vida aos angolanos, para lhes dar trabalho, para a produção nacional que nos libertem das importações, num país onde vergonhosamente importamos ovos e sal e tudo o resto!

Sob o ponto de vista do atropelo à legislação, não houve consulta pública, o Ministério do Ambiente diz não ter sido feito estudo de impacto ambiental, não passou pela aprovação do governo provincial, a regulamentação sobre a protecção da orla marítima não é respeitada, é encomenda presidencial directa sem concurso público e as ordens profissionais não foram consultadas, os profissionais de mérito, até os de reconhecidos internacionalmente, não foram chamados.

Sobre o modelo urbanístico proposto, o modelo é semelhante aos modelos urbanos dos anos 1950, como Brasília, que, como a vida urbana provou, 60 anos depois, desaconselham a concentração de uma tipologia, neste caso Edifícios Ministeriais. Para quem ali viver, pode ser lúdico, enquanto faz jogging ou passeia o cão, ir aos ministérios, e depois apanhar o iate para sair do país, mas para nós, comuns mortais, chegar lá implica um fluxo de pessoas e transportes, implica estradas e outros acessos que não existem, nem está prevista uma reorganização funcional da cidade articulada com o projecto. Pelo menos 5.000 lugares de estacionamento seriam necessários. Em termos de vida urbana, parte desta urbanização estará morta à noite (os Ministérios só funcionam durante o dia!) e porque no plano está separada das áreas residenciais e lazer. Se esta questão de segurança é sensível, crítica é a intenção de juntar, num raio de 500 m, Presidência, Vice-Presidência, Assembleia e todos os Ministérios, tornando-se um problema de segurança nacional. É já do senso comum que as cidades que melhor funcionam são multifuncionais, ou sejam, agregam uma diversidade de estratos sociais e de serviços, habitação, cultura, serviços sociais ... que respondam à vida, em termos de conforto, numa área limitada. E perguntarão, mas não é assim que está montado? É, mas apenas para um núcleo social mínimo da população.

Quando se lê "A essência do plano urbanístico, segundo o documento, está em harmonia com as políticas de renovação de infra-estruturas e de urbanização de Luanda, conforme estabelecido pelo plano director de Luanda PDGL ... ", temos, com grande apreensão e mágoa, que constatar que o plano Director de Luanda refere textualmente "Não obstante a abrangência à província (excepto a Kissarna), procedeu-se à identificação das áreas prioritárias de intervenção, a saber: Centro da Cidade de Luanda e frente marítima, Corredor de Carnbambe, e Centro da Cidade de Viana".

O plano director apenas considera áreas prioritárias de intervenção da grande Luanda o Centro da Cidade de Luanda e frente marítima, Corredor de Cambambe e Centro da Cidade de Viana!!! Ou seja, as zonas da cidade que já têm infra-estruturas sanitárias, asfalto, luz, construção com alguma qualidade urbana. E as centenas de km2 sem nada de humano, senão uns kubikos sem água, luz e acesso, escola, hospital?

Quem vive nestas três zonas prioritárias?

Provavelmente vai ser desalojado por tuta e meia. Quem não vive nestas três zonas? Sintam-se desde já abandonados à vossa sorte. O futuro fez-nos um esquindivira, cidadãos resilientes e de bem, não somos prioridade, numa violação clara das leis da constituição. _

6.4 Obras Públicas Analistas «Chumbam» Bairro dos Ministérios

Novo Jornal

02 De Agosto de 2019

O recente anúncio pelo titular do Poder Executivo da edificação de um centro político administrativo na zona baixa de Luanda está a provocar reacções negativas por parte de alguns analistas, ao que as autoridades contestam.

NJ E AGÊNCIAS

Analistas em Luanda questionam a aprovação pelo Executivo da construção do novo centro político administrativo no centro da capital angolana, considerando não ser prioridade de governação do país, quando o Governo desvaloriza as críticas, sublinhando tratar-se de um investimento privado, que dispensa "luxos".

O economista Carlos Rosado de Carvalho, em declarações à Lusa, receia que o mesmo venha a ser "uma espécie de condomínio público fechado", por ser implementado numa zona muito nobre da cidade.

"Gostaria de alertar as autoridades que pode ser um projecto desfrutado por todos os cidadãos da sociedade e não apenas para servidores públicos", reiterando o economista a necessidade de serem publicados detalhes de natureza financeira.

Para o também jornalista, as modalidades de financiamento das parcerias público-privada, eleitas pelo Governo, "são fantásticas no papel, mas depois há um problema de implementação".

"No caso das parcerias público-privada, onde é que fica o risco?", questionou.

A escolha da parceria público privada foi justificada no encontro pelo ministro de Estado para o Desenvolvimento Económico, Manuel Nunes Júnior, com o argumento de ser a "mais viável em situações de restrições orçamentais" que o país vive.

"Numa altura em que o nosso executivo envida esforços no sentido da consolidação fiscal, precisamos de encontrar soluções que não contribuam para o aumento do endividamento do Estado", apontou o governante, referindo que os resultados das parcerias público-privada apenas serão positivos.

Por seu lado, o jovem economista Gabriel Brito considerou "absurdo" este investimento, que embora seja privado, envolverá o Governo de alguma maneira, na sua fase final, uma vez que os contribuintes acabarão por pagar esta dívida.

"O Estado tem outras prioridades, e não a construção de um centro político e administrativo", salientou o especialista, acrescentando que, "com esse caminho outras províncias poderão também enveredar por investimentos idênticos, desvirtuando assim as prioridades nacionais", afirmou Gabriel Brito.

Para o arquitecto Santos Figueiredo, este "projecto megalómano" apenas faria sentido se o país estivesse estável do ponto de vista económico, financeiro e social. Apontou que a prioridade do Executivo deveria incidir sobre a requalificação dos actuais musseques espalhados por Luanda.

"Actualmente na cidade de Luanda, até mesmo na sua parte central, estão encravados numerosos bairros desordenados e desprovidos de condições de habitabilidade. É para ali onde o Executivo deveria direccionar a sua acção, e não em novas infra-estruturas que acabarão por endividar ainda mais os angolanos", rematou o arquitecto.

A justificar as críticas de vários sectores da sociedade, incluindo economistas quanto ao projecto de construção do centro político administrativo, o ministro da Construção e Obras públicas, Manuel Tavares de Almeida, minimizou afirmando que o mesmo será executado com recurso a investimento privado e não consta dos Projectos de Investimentos Públicos (PIP) do Orçamento Geral do Estado.

Afirmou que o Estado disponibilizará o terreno infra-estrutura do ao investidor que aplicará mais de 344 milhões de dólares, a serem liquidados num período de sete anos, incluindo o realojamento das populações, no espaço dotado de redes de esgotos,

drenagem, água potável, electricidade e telecomunicações. Este montante prevê ainda a construção de arruamentos, parques de estacionamento e zonas verdes, assim como as estações de transformação de energia, água e de esgotos.

"É mera especulação considerar um luxo a construção de edifícios com condições tecnológicas e adequadas para a funcionalidade dos ministérios", justificou o ministro.

Requalificação da zona

De acordo com um documento oficial distribuído à imprensa, a visão por detrás do plano urbanístico do Bairro dos Ministérios é a integração gradual e transitória de uma nova plataforma urbana ao contexto multicultural, respeitando o existente, o ambiente natural e a protecção dos ricos recursos naturais na sua envolvente.

O referido plano fornece a estrutura para o desenvolvimento do novo Bairro dos Ministérios, com a visão de transformar e revitalizar a área num modelo de vibrante do centro da cidade, com diversidade de serviços e usos governamentais.

A ser implementado na zona do ex-bairro da Chicala, numa área antes ocupada por assentamentos de habitação informal, de acordo com a nota do Ministério da construção e Obras públicas, a zona será transformada num centro moderno, onde as autoridades governamentais, serviços e residencial serão instaladas juntamente a empreendimentos de carácter social, cultural e artístico.

6.5 Novo administrador do Kilamba promete repor ordem na cidade

Jornal de Angola

03 De Agosto de 2019

Texto: Augusto Cuteta

O aumento da delinquência, a falta de um hospital, as constantes avarias dos semáforos, a ausência de um mercado local e o surgimento da venda ambulante desorganizada em diversas artérias da cidade do Kilamba, estão entre as preocupações apresentadas ao novo administrador do Distrito Urbano do Kilamba, Murtala Marta.

As preocupações foram apresentadas num encontro que Murtala Marta manteve, no sábado último, com os coordenadores dos bairros Bitas e Vila Flor e dos edifícios do KK-5000 e da cidade do Kilamba, sede do Distrito Urbano do Kilamba.

A desfiguração dos edifícios da cidade do Kilamba, com novas pinturas no exterior e sem a autorização da administração, é outra preocupação apresentada na reunião, na qual foi feito um apelo ao novo administrador para tomar medidas severas contra os que cometem transgressão administrativa.

O aumento do lixo e a falta de um documento jurídico que dê força às coordenações dos edifícios para punirem moradores que se furtem ao pagamento das taxas de condómino também foram assuntos levantados no encontro, que visou a apresentação do administrador Murtala Marta.

A problemática dos espaços verdes e de recreação, o crescimento de barracas, a poluição sonora, sinistralidade rodoviária e o aumento do número de cães vadios são outras questões apresentadas a Murtala Marta.

Roubo de placas

As placas electrónicas de elevadores e de viaturas, assim como os motores dos aparelhos de ar condicionado dos primeiros andares e apartamentos de rés-do-chão são os novos alvos dos marginais na cidade do Kilamba.

Depois de ter ouvido atentamente as preocupações dos moradores, no encontro que contou com a presença de mais de 100 pessoas, o administrador Murtala Marta prometeu criar um programa de intervenção, para evitar choques com as responsabilidades do Fundo de Fomento Habitacional.

"O momento serviu para a recolha de reclamações, sugestões e opiniões dos moradores, tendo a administração tomado boa nota. Prometemos dar solução aos vários problemas apresentados", garantiu o responsável.

Ordem na cidade

Murtala Marta disse que uma das prioridades da sua administração vai ser a reposição da ordem. "Há muita desordem e vamos lutar com todas as forças para resgatar a disciplina, por ser fundamental para a tranquilidade e segurança de todos os moradores". O administrador do Distrito Urbano do Kilamba apelou aos moradores e aos visitantes da cidade do Kilamba para terem comportamentos mais dignos e evitarem situações menos boas.

"Temos de criar uma empatia para poder trabalhar e facilitar a gestão participativa que o governo quer implementar", acentuou Murtala Marta.

Questionado sobre o seu programa de actividade, o novo administrador disse que, depois do diagnóstico

efectuado sábado, vai traçar um plano de prioridades, com vista a dar solução aos principais problemas dos moradores do distrito.

Preocupações idênticas, na generalidade, foram apresentadas também por moradores dos bairros Bitas e Vila Flor, em cujas áreas têm, ainda, problemas de ocupação ilegal de terrenos.

6.6 Distopia de uma Luanda ao estilo de Mónaco

Novo jornal

02 De Agosto de 2019

Texto: Hugo Maia

A actual proposta para o Bairro dos Ministérios em Luanda recorda esforços ensaiados em outras geografias, tendo em vista a centralização do poder político-administrativo. Invariavelmente onerosas e entendidas como ultrapassadas, aparecem-nos hoje ressuscitadas como estratégia à dinamização ao mercado imobiliário numa sempre dispendiosa cidade de Luanda.

Um dos exemplos mais paradigmáticos e próximos do quotidiano Angolano é Brasília, edificada a preceito como forma de deslocalizar o aparelho do Estado para longe das sobrelotadas urbanidades. No entanto, Brasília é bem mais deslocalização do Poder Executivo para o interior do seu território, definindo uma afirmação de pertença efectiva ao lugar que se diz nação. Incontornável em face da afirmação de unidade nacional, revela-se em tudo distante a proposta agora apresentada para a secular Praia do Bispo. Gesto semelhante ao de Brasília seria apresentar a deslocalização dos ministérios para o Huambo, Kuito ou mais a Este, ou antes optar pela descentralização para todo o território.

Depreende-se assim que qualquer semelhança com o proposto Bairro dos Ministérios não assará de uma mera coincidência. O projecto para a Praia do Bispo revela-se a antítese à necessária gestão de uma extensão territorial de 1.246.700 km², revelando a ausência de um plano que proponha a efectiva aproximação entre a estrutura de governo e a população que representa.

Não respondendo a um propósito de maior aproximação entre o governo e a sua população, o Bairro dos Ministérios falha igualmente em clarificar o seu impacto para a economia real, num momento em que a actual conjuntura social e económica exige uma resposta estruturante e inequívoca aos problemas do país.

Resultando num incremento da pressão sobre a herdada cidade capital, Luanda revela na sua história o constante desequilíbrio territorial de uma continuada má gestão territorial. Cidade costeira cuja génese remonta à plataforma para o tráfico de escravos, e posteriormente modernizada pela exploração de mão-de-obra forçada no interior do território angolano promete hoje fazer jus à sua herança exploratória perante o território e as suas gentes.

Contrário a qualquer parecer técnico local, persiste-se num modelo de cidade encostada ao Oceano e de costas voltadas às suas gentes e territórios. Sonhou-se com o Dubai e agora vislumbra-se o Mónaco ou Cidade' do Cabo. Definindo-se assim a perseguição de um constante delírio que ameaça confirmar Luanda como um território de apartheid social, em que a miséria extrema coexiste com um luxuriante principado.

O lugar que hoje se oferece ao capital privado para lucros milionários viu os seus habitantes expropriados para a periferia, ao mesmo tempo que confirmada a sua condição de cidadãos de segunda. Após o descalabro das demolições nocturnas que tanto chocaram a cidade, fala-se hoje em luxos protocolares e marinas vibrantes, reconhecendo-se, à partida, a condição de indigência dos seus anteriores inquilinos.

É neste contexto de promoção de uma cidade a dicotómica que se produz a dicotómica urbanidade luandense. Modelo centenário de exploração da cidade, que tem servido de fonte de legitimação e enriquecimento desde a sua fundação enquanto cidade sobranceira à ilha de Luanda.

Hoje refém de interesses privados, Luanda dará mais um passo em prol da capitalização desses mesmos interesses, levando a reboque todo o país sob o pretexto de um BOT que promete uma verdadeira reengenharia financeira, deixando-nos a todos boquiabertos com tamanha finta.

Longe de servir a população, o presente investimento insere-se numa estratégia de continuada de valorização do metro quadrado da faixa costeira da cidade herdada. Permitindo a diversos actores a recuperação dos altos preços do imobiliário que definiu os anos dourados da economia petrolífera luandense. A expectável ruptura da débil infra-estrutura de Luanda produzirá vários resultados, tais como o aumento do tráfego para níveis caóticos e o contributo para um aumento dos preços do imobiliário no centro da cidade.

O Bairro dos Ministérios representa, assim, mais do que uma deslocalização de serviços públicos para dentro da cidade. Propõe-se capitalizar investimentos milionários há muito expectantes, ao mesmo tempo que promove a "higienização" da cidade pela exclusão de quem não conseguirá suportar o aumento dos preços. De igual forma, a política de exclusão prosseguirá com o dismantelar do que ainda resta da Chicala, bem como de outros bairros em zonas ditas "apetecíveis", cumprindo-se assim o desígnio do desejado Principado.

Numa breve análise à escassa informação disponibilizada, o projecto revela-se muito além da simples edificação de espaços administrativos ou de apoio à governação. Sob a capa da promoção de equipamentos ao serviço do Estado, esconde-se uma cidade de luxo que se vira para o oceano. Não faltando uma marina, centro cultural, ou passeio marítimo, bem como as mais diversas tipologias habitacionais para os seus futuros inquilinos.

O referido projecto anuncia a sua área de implantação (considerando-se apenas os lotes a edificar ou espaços usufruto): 30% para Ministérios (no qual se inclui seco Conselho de Ministros), acrescidos de 6% de estruturas de apoio ministeriais (centro de conferências); 35% para habitação (casas protocolares, 2 hotéis, residências do campus de justiça); 17%⁶ para lazer (restaurantes; marina: espaços de lazer, "boardwalk" e serviços) e 12% para multiusos (não especificado).

Da análise aos parcos elementos divulgados depreende-se que apenas 30% da área de implantação a edificar será de uso exclusivamente ministerial. A parte residencial fixa ou permanente define-se oficialmente em 35% da área de implantação, podendo atingir 45% caso o promotor privado lhe dedique os edifícios multiúso. A definição de 17% da área de implantação para lazer revela igualmente o pendor dileitante da presente proposta, onde uma marina permitirá deleite de habitantes e bonificados beneficiários.

Depreende-se assim que 70% da área a edificar no Bairro dos Ministérios corresponderá a usos "não ministeriais" ou não decorrentes da actividade governativa. Ter o governo como inquilino permitirá garantir a execução de luxuosas habitações à beira-mar, hotéis que se adivinham de 5 estrelas e sumptuosos escritórios com vista para a marina.

O Bairro dos Ministérios aproxima-se assim de um resort à beira-mar, em que se propõe uma Luanda ao estilo Mónaco, exclusiva a quem pode pagar mais com o patrocínio de todos, inclusive daqueles que a ele não poderão aceder.

6.7 Cartoon

Novo Jornal

02 De Agosto de 2019

De Sérgio Piçarra



6.8 O bairro dos ministérios

Jornal EXPANSÃO

02 De Agosto de 2019

Texto: António Venâncio

As redes sociais foram, nos últimos dias, muito férteis em críticas ao Governo, devido à decisão de levar avante a construção do futuro Centro Político-Administrativo de Luanda, designado Bairro dos Ministérios.

Trata-se de uma obra gigantesca, que acolherá 28 edifícios ministeriais, o Conselho de Ministros, um centro de convenções, o palácio da cultura, a Expo-Luanda, o campus de justiça, 37 casas protocolares, áreas para negócios privados, apartamentos, hotéis, restaurantes e áreas verdes com vista privilegiada para o mar.

A executar em três anos, o período de amortização dos investimentos será de sete anos em regime BOT - Built, Operate and Transfer (na sigla inglesa).

A envergadura da obra, a oportunidade da sua construção e a natureza político-administrativa do seu fim estiveram na causa da divisão opinativa e argumentativa da sociedade: os que encaram como iníqua e desfasada no tempo tão arrojada decisão e outros, que a acolhem de muito bom grado e a aplaudem.

Como sempre, nunca me escapa uma participação, o mais activamente possível, neste tipo de discussões. O assunto diz respeito aos cidadãos enquanto contribuintes, vinculando, por razões acrescidas, os

profissionais especialistas que lidam com a engenharia, a arquitectura e o urbanismo. É o meu caso.

É conhecida, desde há muitos anos, a convicção que alimento - dolorosamente -! sobre Luanda, pois a vejo sofregamente embaraçada com uma população excessiva e confrontada com a megalómana pressão multi-direccional sobre toda a sua infra-estrutura.

Cheguei mesmo a afirmar que discorrerá em discurso inapto, dificilmente demonstrável, todo aquele que abonar a favor de novos e centralizados investimentos públicos na capital, que não sejam por razão maior de interesse público e em nome do desenvolvimento equilibrado e mais simétrico, dirigidos à inibição dos imparáveis fluxos populacionais que anualmente acorrem para Luanda em busca de oportunidades não criadas localmente.

Fluxos algo silenciosos, que fazem crescer, assustadoramente, haja alta taxa de crescimento populacional, gerando com isso fusos estatísticos demográficos medonhos, de tal ordem descomunais que podem conduzir a capital para uma situação incontrolada de total congestionamento. Esta sobrecarga demográfica inviabiliza toda a tentativa de operacionalidade urbana e provoca nas suas artérias de circulação um acrotismo urbano, que poderá arrastar-se por várias décadas num ciclo imparável de degradação.

A grande travessia pelos inertes 27 anos de estagnação urbana devido a guerra civil fizeram de Luanda uma cidade com sérios problemas nos seus sistemas públicos de drenagem de esgotos e águas pluviais, agravada pela decisão errónea em manter centralizador o modelo do sistema de captação e tratamento de água para fornecimento aos habitantes da capital. A reformulação deste caduco sistema, seria muito dispendiosa e levaria décadas para a sua efectivação. Luanda carece de um bom sistema de abastecimento de água potável, assente na descentralização do tratamento e da distribuição num modelo zonal. Para eliminar as carências e as descontinuidades no fornecimento de água potável para a maioria dos seus habitantes, prevenir doenças e evitar resultados sanitários de higiene e salubridade muito precários, os engenheiros precisariam alterar toda a filosofia de distribuição de água potável, o que exigiria recursos que seguramente Luanda não dispõe.

A desocupação das faixas de domínio da maior parte das vias de comunicação, centro-urbanas ou periféricas, construídas em Luanda sem rigor técnico, consumiria somas astronómicas com desalojamentos e expropriações; a implantação de corredores para assegurar a circulação dos transportes públicos

colectivos, implicaria na reconversão de inúmeros traçados de estrada em ruas, avenidas ou artérias cujos esforços hercúleos a província está incapaz de atender; a crise urbana habitacional que cresce exponencialmente nas zonas desregradamente ocupadas faz crescer também o número de desempregados, o que potencia a criminalidade. Tudo isto são taras iníquas sociais que decompõem o tecido colectivo da cidade e para as quais se aguardam verbas e investidores.

Tão colossais são as acções solicitantes, que o calendário tomaria alguns 50 anos, só para corrigir as distorções urbanísticas e de saneamento que Luanda acumulou durante o período de tempo em que saltou de 4;50.000 habitantes (1974) para cerca de 8.500.000 de habitantes, em 2019!

E são tão incomensuráveis os recursos financeiros necessários para devolver à cidade o seu pitoresco semblante enquanto capital que prestigie os seus habitantes e os angolanos, que superam de longe os cerca de um bilião USD gastos com o Mausoléu de Neto naquela mesma zona de 1982 a Setembro de 2012, somados aos cerca de 200 milhões USD para acomodar em 2014 alguns dos ministérios no complexo "Clássicos de Talatona" em Luanda Sul. Acresce os cerca de 195 milhões USD do edifício da Assembleia Nacional e mais outros custos de cuidados de manutenção e reabilitações pontuais ao Palácio e Conselho de Ministros para modernização ou ajustamentos, tendo em vista um melhor acomodamento dos serviços de apoio à governação.

A "captura" da cidade capital pelos grandes investidores privados, que pretendem fazer valer suas aplicações de capital e rentabilizá-los na primeira oportunidade de negócios estatais que se lhes depare, carrega consigo uma faceta incontestável - a honra de se unirem aos esforços do Governo na geração de novos empregos, na edificação de novos edifícios, na oferta de espaços turísticos que enobrecem a cidade capital. Porém, uma outra faceta, mas menos enobrecedora e até, diria, de demérito, repousa na desvirtude de eles não concorrerem para o desanuiamento da cidade nem de participarem, com grandes chances de marcarem a História, ao lado da criação das bases materiais da infra-estruturação para a produção e indústria para uma saída da crise com sucesso. Assegurar investimentos de categoria máxima para o cidadão comum e para a economia angolana em si, é o que todos nós esperamos.

A qualidade expectável dos investimentos públicos não deve ser defraudada!

Todos precisamos unir esforços para fazer avançar processo urbanos numa cidade carente de

investimentos estruturantes de índole mais combativa para ultrapassar a pobreza. Dinamizar campos produtivos, melhorar as estradas, construir canalizações subterrâneas que conduzam águas emputrecidas, pluviais ou domésticas que estagnam no dia adia e convivem com crianças e velhos, ricos e pobres, indiscriminadamente. A insalubridade em Luanda afecta dramaticamente o meio e produz para todos uma qualidade devida das mais baixas no ranking mundial. Garantir saúde pública, construir hospitais e escolas abundantes são por exemplo as grandes prioridades inadiáveis a considerar.

A construção de um bairro para ministérios, conta, pois, com o aplauso de uma parte identificada da população da província, mas recebe, em contra partida, um grito de negação dos especialistas que olham para a capital como um corpo em desespero, em falência urbana, e que busca por soluções técnicas em infra-estruturas modernas para melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes.

Mas indo mais longe. Luanda clama por investimentos no interior do país, por forma a mitigar ou estancar as migrações populacionais para a capital e, deste modo, atrair forças produtivas, de jovens e adultos, para os vastos campos do interior do país.

Neste pensamento lógico, eu não excluiria uma legítima discussão pública sobre a necessidade da construção de uma nova capital, algures no interior do país em busca do equilíbrio demográfico, de um novo conforto urbano, uma nova beleza arquitectónica, um verdadeiro bem-estar e saúde para os seus habitantes e visitantes.

6.9 Bairro dos Ministérios pode recuar da zona da Chicala II

Jornal OPAÍS

09 De Agosto de 2019

Segundo informações postas a circular pelo portal Maka Angola, que cita o director de gabinete, Edeltrudes Costa, como tendo adiantado que o presidente ficou sensibilizado com as revelações contidas nas reclamações que vinham sendo feitas pela opinião pública e, inclusive por este órgão.

"O Presidente João Lourenço garantiu que não haverá mais na Chicala II Bairro dos Ministérios", afirma a fonte que temos vindo a citar, acrescentando que o Chefe de Estado fez saber" que tomará medidas adequadas ao caso nos próximos dias".

O projecto do Centro Político Administrativo de Luanda, lançado algumas semanas pelo Governo, em Luanda, estava previsto para ser erguido em três anos numa parceria público-privada.

Nesta mesma semana várias vozes da sociedade civil levantaram fortes críticas ao projecto, classificando não ser prioridade num país onde se vivem problema sociais severos.

O maior partido da oposição, a UNITA, chegou a considerar o projecto, à semelhança de colocar a carroça defronte aos bois.

O seu antigo secretário-geral disse à imprensa que se fosse presidente daquela organização opor se-ia aquele projecto que não se apresenta como prioridade diante do sofrimento do povo sobretudo numa altura em que morrem pessoas devido a seca.

Esta onda de contestação observou-se, igualmente, ao nível das redes sociais, onde grande parte dos internautas consideravam-no um luxo na desgraça.

O projecto contaria com 28 edifícios ministeriais e várias unidades de apoio, sem que os custos do megaprojeto fossem revelados.

Ministérios, casas protocolares, hotéis, lojas e vários serviços de apoio institucional são algumas das valências que o novo "Bairro dos Ministérios" deveria ter. a empreendimento estaria previsto para a orla marítima de Luanda, na Chicala, uma das áreas mais nobres da capital angolana.

6.10 «JLO desistiu», diz Rafael Marques no Maka Angola

Novo Jornal

09 De Agosto de 2019

Desde que foi anunciado pelo ministro de Estado e da Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior, que o projecto do Centro Administrativo de Luanda, baptizado como o «Bairro dos Ministério», caiu em «desgraça pública», tendo suscitado uma onda de críticas a João Lourenço, facto que o teria levado a tomar uma decisão, a ter pôr termo ao projecto, fazendo fé no que avançou, através do Maka Angola, o jornalista Rafael Marques, nesta quinta-feira, 8.

"O Presidente da República, João Lourenço, enviou-me uma nota de agradecimento pela matéria e os alertas sobre o Bairro dos Ministérios. De acordo com a mensagem, transmitida pelo seu director de gabinete, Edeltrudes Costa, o Presidente ficou sensibilizado com as revelações contidas na minha

investigação", disse o jornalista através do artigo «João Lourenço acaba com Bairro dos Ministérios».

"João Lourenço garante de forma inequívoca que, na Chicala II 'não haverá mais Bairro dos Ministérios", sustentou Rafael Marques, adiantando ainda ter recebido garantias de que "haverá novos desenvolvimentos", o que, segundo o jornalista, deverá acontecer num futuro não muito longo: "O Presidente faz ainda saber que tomará medidas adequadas ao caso nos próximos dias".

Dois dias antes, isto é, no dia 6 deste mês, Rafael Marques publicou um outro artigo intitulado «JLo, emboscado no Bairro dos Mistérios e das Mentiras», através do qual denunciava uma série de ligações comprometedoras ao projecto do Bairro dos Ministérios.

Uma dessas estranhas ligações deu-se na sequência do Despacho n.º 19/19, de 2 de fevereiro de corrente, em que o PR autorizava a celebração de um contrato com a Sodimo para a aquisição de um terreno de 211,7 mil metros quadrados pelo valor de 344 milhões de dólares. O referido terreno situa-se na Chicala II.

Só que, para além de vendedora do terreno, a Sodimo - sociedade anónima detida pelas empresas Suninveste S.A., Banco Angolano de Investimentos (BAI), Dar-Angola Lda., Sansul S.A. e Sommis S.A., de acordo com o Diário da República, é também a alegada projectista do projecto do «Bairro dos Ministérios», cuja construção tem um valor orçamentado de 3,6 mil milhões de dólares.

O Novo Jornal tentou o contacto com uma fonte da Presidência da República, que não confirmou nem negou a informação posta a circular por Rafael Marques.

6.11 O governo da Chicala

Novo Jornal

09 De Agosto de 2019

A notícia e explanação do Governo sobre um grande projecto de construção de raiz para concentrar todos os Ministérios na zona à beira-mar de Luanda surge como a apoteose do centralismo governativo. Luanda, aumentada em tamanho e a albergar quase um terço da população} já deixou de ser um ponto central, aparece como uma mancha difusa. Então há que centralizar mais ainda. Já não se quer o Governo de Luanda, agora é o governo da Chicala.

O projecto de construção em si reflecte a mesma mentalidade megalómana e despesista: se antes era

(ainda é?) um projecto plutocrático para a Corimba, agora é um plano estatista para a Chicala.

Mas o mais importante é a filosofia duma tal decisão, no que reflecte a visão do Governo para o País: Angola é Luanda, perdão, a Chicala.

O arquétipo desta visão encontramos-lo nas origens do MPLA, descrito não só pelos adversários políticos como pelos historiadores em geral como um movimento urbano da classe média de Luanda, com contacto de meios rurais limitado às zonas de guerrilha junto à fronteira na luta de libertação, teoricamente aberto a todas as etnias e raças, mas com uma práxis sem grandes raízes na Angola interior.

No seu programa político, de todos os partidos que emergiram após a independência, o MPLA sempre foi o mais inclusivo e nacional, mas o cosmopolitismo da grande cidade não o levou a sair fora dela, nem a deixar de privilegiar a sua clientela regional.

E, assim, o centralismo da capital foi-se evidenciando nos anos em que a especulação imobiliária e a lavagem do dinheiro subtraído à fazenda pública ou aos ruinosos e corruptos empréstimos nos bancos estatais descaracterizaram uma cidade que tinha os traços de uma das mais antigas cidades da África Austral, transformando-a numa sórdida cópia dum Manhattan de edifícios vazios.

Não obstante a crise económica e financeira, esse projecto sem saída de edifícios gigantes à volta da baía prossegue, e agora amplia-se, com este gigantesco projecto estatal que visa dar espaço aos Ministérios, que, contudo, já estão sediados em instalações adequadas, quase todas públicas, da cidade de Luanda.

Nos mais de 40 anos de independência, não se pensou o País no seu todo, nem houve a visão de deslocar o centro político e administrativo das cidades-porto, voltadas para fora, para as cidades do interior, voltadas e mais próximas da população nacional. Nesses países, a antiga capital continuou a ser o seu centro comercial, mas é a capital política e administrativa imersa no país real que dada a sensibilidade e a competência para os problemas estruturais da Nação) para a sua riqueza agrária, os seus camponeses, as suas pequenas e médias empresas, cujo desenvolvimento, sendo antagonista do espírito de comércio e importação da ex-metrópole (que compra as coisas com

o dinheiro do petróleo), a chave da tão almejada diversificação da economia nacional.

Infelizmente, esta visão não é compartilhada pela maioria dos políticos nacionais, cuja visão, se a tiverem, para além da sua agenda de poder e de interesses egoístas, os impede de pensar com profundidade num País para agora e para o futuro. Contudo, gostaria de elevar o debate que a notícia deste projecto está a suscitar para uma reflexão mais abrangente da realidade em torno da seguinte afirmação:

Um centro administrativo nacional de raiz como o anunciado será uma despesa justificada, nacional e patriótica se for feito fora de Luanda; se for o projecto apresentado pelo Governo para Luanda, o prolongamento do infeliz status quo: espontaneísmo, oportunismo, despesismo, luandísmo e novoriquismo.

O Presidente João Lourenço que não é de Luanda, tem-nos dado a ideia, com as suas frequentes deslocações às províncias, que, para ele, Angola não é só Luanda. A sua governação tem-nos habituado à abertura suficiente para continuarmos este debate.

6.12 O Bairro dos Ministérios: o argumento dos Srs. Ministros e a réplica de um economista

Novo Jornal

09 De Agosto de 2019

A construção do Bairro dos Ministérios já deu o que falar, desde o ministro de Estado para a coordenação Económica, passando pelo ministro da Construção e Obras Públicas. Os jornalistas, críticos e os "opinion mahers".

Porquê as críticas, opiniões e divergências?

A resposta é simples: o momento que opáís vive não permite espaços para manobras e ginásticas teóricas que não resolvem as necessidades de curto prazo sentidas e toleradas pela população. O Bairro dos Ministérios é eminentemente um projecto público (sob capa de uma parceria público/privada, BOT - Building Operating and Transfer), cujas bases de construção e amortização financeira a posteriori serão derivadas dos contribuintes angolanos.

O lançamento público do projecto Bairro dos Ministérios parece ser aqueles filmes de que já tens noção do princípio e o seu fim. Um filme que já foi lançado no pós-independência e que vem sendo reeditado ao longo dos 43 anos de independência do país.

Com esta nova saga do filme Bairro dos Ministérios, promovido ao público em 2019, fez-me lembrar duas frases curiosas que podemos adaptá-las de forma pragmática à realidade angolana.

1. Criamos o problema e oferecemos a solução

No pico da pior crise económica em Angola, lançamos um mega projecto imobiliário sem garantias de ganho de produtividade do Estado sob pretexto de eliminação das rendas do Estado e atracção do investimento privado.

2. Os Homens inventaram o ideal para excluir o real

A realidade económica e social do país não se compadece com as perspectivas futuras que em nada resolvem os problemas prementes do país, detal forma que quem dirige o país deve perceber que estamos em África e qualquer grande projecto sob termo parceria público/privado constitui um potencial risco de corrupção e enriquecimento ilícito sob protecção do Estado - corrupção legalizada.

Deste modo, passemos então a analisar os argumentos oficiais tornados públicos e vamos desconstruir a visão oficial.

Conforme cita a publicação do Jornal de Angola, o ministro de Estado para Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior, que falava na abertura do lançamento do Bairro dos Ministérios, reconheceu que o Estado gasta avultados recursos financeiros com a utilização e arrendamento dos edifícios onde funcionam os Ministérios.

'O Estado gasta avultados recursos financeiros pela utilização destes edifícios e muitas vezes não preparados para acomodar instituições e serviços públicos. Muitos destes imóveis estão degradados e sem regras de eficiência, ordenação e uns estão desprovidos das condições tecnológicas exigidas nos dias de hoje pela ultra conectividade dos serviços'; disse Manuel Júnior, salientando que o Executivo pretende evitar tais gastos com a criação do Centro Político Administrativo.

Nossa argumentação estará de acordo com as premissas (factos, evidência, linhas de razões, opinião, etc.) levantadas pelas instituições oficiais e conclusões preliminares.

Começamos então pelo primeiro argumento, segundo o qual o Estado gasta avultados recursos financeiros para arrendamento dos edifícios onde funcionam os Ministérios e a falta de condições dos imóveis para acomodar as instituições e serviços públicos.

Contrapomos nossa argumentação dizendo em primeira instância, que a realidade prática do valor pago pelo Estado para o arrendamento de imóveis e acomodação das instituições públicas não foi avançado pelas autoridades e, portanto, é desconhecido para efeitos da nossa análise, todavia, podemos cingir nossa abordagem com base no Orçamento Geral do Estado (OGE) e inferir nossas conclusões.

Para melhor percebermos o quanto o Estado devia pagar para efeitos de arrendamento de imóveis, fizemos nossos cálculos e analisamos com base nas propostas orçamentais dos últimos seis anos, conforme apresentado no quadro abaixo:

Do quadro exposto, podemos chegar a duas conclusões preliminares:

As rendas pagas pelo Estado representam um valor imaterial (ínfimo) e sem grandes impactos económicos e financeiros na estrutura de custos das unidades orçamentadas, pois, conforme se pode observar na tabela, todas as descrições representam apenas um percentual abaixo dos 0,30% do OGE.

2- A média dos últimos seis anos do pagamento de renda reforça e contrapõe o argumento segundo o qual o Estado gasta avultados recursos financeiros pela utilização dos edifícios, se comparado com a evidência dos números no OGE e seguindo as regras da execução orçamental.

Ademais, a realização de qualquer despesa pública exige o conhecimento aprofundado das necessidades de carácter social e a ponderação das alternativas possíveis para sua satisfação, de forma que se atinjam os objectivos pretendidos com o mínimo de dispêndio de recursos, isto é, de modo a maximizar a utilidade social das despesas efectuadas.

A regra do equilíbrio orçamental não pode ser posta de lado. Toda a renda que o Estado pagou e não obedeceu às regras de execução orçamental não pode ser mensurada. Como uma evidência para aferirmos que o Estado gasta avultados recursos financeiros, pois estaríamos a enviesar os dados e empolar a informação para o consumo público. Deve-se apenas tomar nota e certificar aquelas despesas previstas (rendas de imóveis) e executadas com base nos princípios do OGE.

Quanto às condições dos edifícios arrendados, podemos dizer que o Estado pode rever os termos e condições acordados nos contratos anteriores (revogando ou renegociando), uma vez que grande parte dos contratos foram empolados e subfacturados conforme as evidências públicas na

luta do combate à corrupção e partir para soluções muito mais económicas e viáveis fora do centro da cidade, tendo em conta que a localização do projecto Bairro dos Ministérios (Ingombota-Chicala) apresenta-se como uma das zonas com metros quadrados mais caros de Luanda.

Adicionalmente, o argumento do ministro de Estado para a Coordenação Económica segundo o qual muitos dos imóveis estão degradados e sem regras de eficiência, ordenação e uns estão desprovidos das condições tecnológicas exigidas nos dias de hoje pela ultra conectividade dos serviços é um facto mas não existe nenhuma evidência de correlação linear com a melhor prestação dos serviços públicos, pois o verdadeiro problema do país não reside única e exclusivamente na administração central, mas sim na administração local. As condições dos organismos públicos devem ser equiparadas às condições de quem tem o verdadeiro poder (o Povo), e se queremos criar instituições fortes, comecemos por criar condições fortes para as populações. E o que disse o ministro da Construção e Obras Públicas?

Conforme cita o Jornal de Angola, o ministro da Construção e Obras Públicas, Manuel Tavares de Almeida, incumbido de fazer um esclarecimento sobre o Bairro dos Ministérios, informou que o Centro Político e Administrativo vai ser criado na modalidade BOT (Building Operating and Transfer), reafirmando que o mesmo vai aliviar os gastos públicos e criar empregos.

Sr. ministro, o que está em causa na construção do Centro Político Administrativo não são as árvores, mas sim a floresta. Explico-me melhor ... O país está em recessão (não há estabilização económica, muito menos crescimento económico), todavia qualquer iniciativa que se diz inovadora e não tem em conta a resolução dos problemas imediatos das populações está susceptível de falhar e defraudar as expectativas do povo.

Contudo, para não alongarmos a nossa abordagem, queira por gentileza esclarecer as questões abaixo que pairam na cabeça de muitos angolanos para melhor situarmos e dissiparmos nossos argumentos:

Qualé a pertinência dum projecto desta dimensão numa altura como esta? Quem teve a iniciativa de trazer à mesa um mega projecto imobiliário em plena fase de recessão económica e qual é a razão? Quais os termos e condições do contrato a serem evidenciados neste projecto? Qual é o orçamento deste projecto? Quais são as empresas privadas por trás dos terrenos e estudos preliminares do projecto? Qual o racional económico para escolha de um local que constitui de perto e de longe o metro quadrado mais caro de

Luanda e acrescenta o facto de o Estado ser onerado ainda mais com desalojamento e realojamento da população? Qual é a nota de fundamentação deste projecto? Quais são os estudos preliminares dos custos/benefícios deste projecto? Quais os critérios económicos, sociais, ambientais e políticos que estiveram na base da escolha do local do projecto?

Numa altura e que estamos a corrigir o que esta mal e melhorar o que está bem, porque não esperamos mais tempo e fazemos projectos mais modestos?

Por estas e outras perguntas que não foram feitas, penso que este projecto não terá aceitação pública e provavelmente será um tiro no próprio pé. Só o tempo irá retratar a relevância do custo de oportunidade deste projecto.

Finalmente, não deixaremos de recomendar ao Executivo que, em substituição ao Bairro dos Ministérios, devíamos sim criar o Bairro da Saúde e o Bairro da Educação com extensão territorial. Estes, sim, resolveriam, em parte, os problemas prementes da população.

6.13 Projecto “Bairro dos Ministérios” pode ser cancelado pelo PR

Jornal Economia e Finanças
9 De Agosto de 2019

O Presidente da República, João Lourenço, pode vir a embargar, nos próximos dias, o projecto apresentado pelo Ministério da Construção e Obras Públicas, relativo à edificação, na zona da Chicala 2, na Marginal Dr. António Agostinho Neto, em Luanda, daquilo que devia denominar-se “Bairro dos Ministérios”.

O site de investigação Maka Angola, noticiou ontem que, por via de uma mensagem de agradecimento, endereçada a propósito da matéria sob o título “JLo, emboscado no Bairro dos Mistérios e das mentiras”, o director do Gabinete do Presidente da República, Edeltrudes Costa, transmitiu que o Chefe de Estado ficou sensibilizado com as revelações contidas na investigação.

Segundo o Maka Angola, o Presidente João Lourenço garantiu, “de forma inequívoca, que na Chicala II ‘não haverá mais Bairro dos Ministérios’”, O site avança que “o Presidente fez ainda saber que tomará medidas adequadas ao caso nos próximos dias. ‘Haverá novos desenvolvimentos’, garantiu o Presidente João Lourenço”.

O Maka Angola diz que “este assunto demonstra quão longa é a caminhada de Angola rumo à construção de um Estado voltado para os seus cidadãos e garante da prosperidade e liberdade de todos”. O autor do texto, Rafael Marques, comentou que essa “atitude frontal, honesta e determinada do Presidente demonstra a seriedade do seu comprometimento com o caminho do progresso e da justiça em Angola”.

O projecto “Bairro dos Ministérios foi apresentado, oficialmente, no dia 23 de Julho, corria finalidade de mobilizar potenciais investidores. O “Bairro dos Ministérios”, segundo o ministro da Construção e Obras Públicas, Manuel Tavares de Almeida, está integrado no Plano Urbanístico de Requalificação da Baixa da Cidade de Luanda, obedecendo o seu Plano Director, localizado numa área onde já estava previsto um projecto habitacional.

6.14 “Falar de Urbanismo em Luanda é obrigar a cumprir as leis existentes”

Jornal EXPANSÃO
23 De Agosto de 2019
Texto: João Armando

Acha então que a melhoria das condições de habitabilidade na cidade passa fundamentalmente pela alteração de comportamentos?

Veja-se por exemplo o centro da cidade, em que estão as mulheres deitadas no chão a comer e ninguém faz nada. Os maus comportamento dos cidadãos levam a que se dê cabo da reputação da cidade. Não podemos construir prédios bonitos e modernos, e depois pôr lá cidadãos mal educados. Não posso aceitar que se dê algo a alguém que não sabe valorizar o que tem à sua disposição. E muitas vezes é uma questão de educação. O Estado é responsável por este comportamento dos cidadãos pois não fez nada para os alterar. Se o Estado não conseguir separar-se deste populismo, o País não se vai desenvolver.

E a questão da criminalidade? Que soluções?

Uma delas é claramente a utilização de câmaras de videovigilância. A lei já foi aprovada, mas acho que a sua utilização devia ser estendida aos recintos desportivos e os estabelecimentos comerciais, onde acontecem muitos roubos. Isso vai evitar que actos criminosos aconteçam, mas também vai identificar os marginais. Por exemplo, nos bairros mais problemáticos poderiam ser utilizadas câmaras de vigilância em carros aparentemente abandonados,

dissimuladas, para que se pudesse identificar aqueles grupos que roubam e violam.

É favor ou contra a existência de Polícia Municipal?

A favor! Devia haver uma Polícia Municipal que usasse cães nas suas acções de patrulha, o que seria um factor dissuasor de possíveis crimes. Na verdade temos que educar os cidadãos, mas também de reprimir em caso de incumprimento. Sem magoar os cidadãos, mas de forma que eles entendam que podem repetir esses comportamentos.

Que política urbanística propõe para Luanda?

Quando falamos de urbanismo em Luanda é fazer com que as pessoas cumpram as leis. Elas existem, mas muitas vezes não se cumprem, a começar pelas instâncias oficiais.

Por exemplo, o que pensado projecto do Bairro dos Ministérios? o projecto em si não prejudicaria o País. Traria vantagens. Mas não aquela zona, que tem claramente uma vocação turística e que deveria ser para empreendimentos turísticos, escritórios, museus, etc. Este projecto poderia ser feito por exemplo no Catambor ou no Prenda, que são zonas que precisam de requalificação, ficam também perto do Poder Central, da Assembleia Nacional e do Palácio Presidencial. Diga-se que requalificar significa também construir também bairros habitacionais aqui no centro para colocar as pessoas a deslocar, em zonas como por exemplo os "prédios dos cubanos", com divisões maiores, garantindo qualidade de vida aos cidadãos. O problema é que o Estado não quer gastar dinheiro e empurra as pessoas para a periferia com condições francamente más. A questão da requalificação da cidade não é difícil se houver vontade e disponibilidade financeira.

Está de acordo com o projecto do centro comercial na Marginal junto ao Baleizão?

De maneira nenhuma. Fui muito crítico. Por exemplo, ali seria um bom local para colocar o Museu da Moeda. Se fosse presidente da Câmara nunca teria autorizado a construção no local onde está. Ali deveria ter sido feito um estacionamento subterrâneo para benefício do próprio BNA, do ministério da Indústria e dos escritórios ali à volta. Aliás, faltam museus na cidade. E faltam estátuas. Na ponta da ilha deveria haver um edifício muito alto com uma estátua da mulher bessangana, do pescador ou da kianda. Que fosse uma referência. Luanda devia ter também uma zona nobre no centro. Enfim, tenho muitas ideias que podem mudar a capital.

Quais serão os próximos passos da sua candidatura?

Esperar que todo o pacote de legislação autárquica esteja aprovado, depois recolher as assinaturas, formalizar a candidatura e apresentar os meus projectos. Discutir e debater com todos o que quero para Luanda, tendo como objectivo ser eleito para a presidência da Câmara de Luanda.

Se houver partidos políticos para o apoiarem, aceita?

Não recuso apoios, seja da UNITA, da FNLA, do MPLA ou de qualquer outro partido. Eu quero chegar lá. Mas é importante salientar - aceito apoios partidários, mas não aceito que queiram fazer de mim o seu candidato. Serei sempre independente. Levarei fundamentalmente em conta aquilo que a sociedade civil quer para cidade.

6.15 “Não vejo o MPLA a ganhar em Luanda nas eleições autárquicas”

Jornal EXPANSÃO

23 De Agosto de 2019

Texto: João Armando

Apresenta-se como candidato a presidente da Câmara de Luanda, numa altura em que não está aprovado todo o pacote legislativo para as eleições autárquicas. Quais são as suas motivações?

Desde os 21 anos que sou bastante preocupado com a situação de Luanda. A desorganização que existe, e que foi feito pelas pessoas ao longo do tempo sempre me inquietou. Fizeram sem que o Poder as impedisse. Hoje pode dizer-se que esta má organização é por culpa das pessoas, mas também do Governo, responsável por inúmeras más decisões que levaram a este ambiente de construção anárquica, falta de condições de saneamento, valas a céu aberto entupidas de lixo, etc.

Isso pensam muitos luandenses. Mas quando é que deu um passo em frente? Quando assumiu essa vontade?

Em 2013 quando o ex-presidente José Eduardo dos Santos marcou pela primeira uma data para as eleições autárquicas. Na altura abduquei do cargo de director nacional do Ministério do Ensino Superior e do lugar de porta-voz do ministério, fui convidado pelo já falecido Dr. Adão do Nascimento, para seguir este meu desiderato. Estou empenhado e muito interessado em que tenhamos uma capital ao nível do que acontece em outras cidades europeias.

Quando anunciou esta candidatura, que reacção recebeu das pessoas?

A partir do momento que apresentei a candidatura, as pessoas chegaram à conclusão que tenho condições e características, nomeadamente comportamentais para ser presidente da câmara. Desde dos tempos em que estudei em Portugal que acompanho o desenvolvimento local e a forma de exercer o poder autárquico. Por exemplo, veja os nossos prédios na cidade, totalmente sujos e desorganizados, sem elevadores, sem corrimões nas escadas, sem condições. Fico muito triste que pessoas com carros sofisticados tenham de morar naquelas condições. Este é apenas um exemplo ...

Reorganizar Luanda é uma tarefa enorme ...

Por vezes são apenas coisas simples. Por exemplo, veja-se o estado em que está a zona dos ministérios ali ao pé da Rádio Nacional. Chamaria as pessoas dos diversos ministérios para criar equipas de pudessem fazer uma requalificação. Bastaria coisas simples, fazer um muro, pôr uns muros, construir passeios e lancis. Coisas simples e tínhamos Uma área organizada. Os governantes trabalham em lugares imundos. Não consigo perceber.

Já tem uma plataforma política para o apoiar nesta candidatura?

A minha candidatura é independente. Tenho muitos apoiantes, alguns empresários confirmaram que me vão apoiar. Mas fim da mentalmente tenho muitas ideias para a capital. Já tenho uma bandeira, um hino e slogan "Juntos por Luanda. Melhorar Luanda". Estou a apresentar os meus projectos, acho mesmo que estou em condições de ganhar. Também sinto que sendo independente estou melhor colocado para ser presente de todos os municípios de Luanda.

Os partidos políticos já falaram consigo?

Não falaram. Mas sabem que me vou candidatar. Não quero ter ligações a nenhum, pois não quero ser depois chantageado por um partido que esteja no poder.

O País não tem tradição de candidaturas independentes. Eu acredito que está a haver uma mudança de mentalidade. As pessoas já chegaram à conclusão que não é preciso ser de determinado partido para chegar a determinadas funções. Não é preciso cartão para trabalhar na administração. Existe esta liberdade e tenha a certeza absoluta que os cidadãos já aceitam candidaturas independentes. E mais, que as valorizam. Há muitas pessoas que estão no partido do poder que não querem que apresente a minha candidatura

Mas é o do MPLA?

Sou. E se fosse para ser de outro partido já tinha sido. Fui convidado. Sou coerente. Não faria, por exemplo, aquilo que o Dr. Fernando Heitor fez. Fui educado a respeitar o partido. Mas a minha candidatura não é partidária.

E se o próprio MPLA lhe pedisse para retirar a candidatura? Faria isso?

Não! Definitivamente, não. Eu quero ser independente e tenho essa liberdade. O partido não me pode impedir de candidatar-me. Aliás, deixe-me dizer que como independente estarei em melhores condições de ganhar. Não vejo o MPLA a ganhar em Luanda. Já nas últimas eleições tiveram os resultados que sabemos. Nas autárquicas não acredito que uma candidatura do MPLA possa ganhar na capital.

Mas isso não limita depois o relacionamento com o Governo Central?

Pelo contrário. É minha intenção trabalhar de forma alinhada com o governo, fomentar o emprego que é o grande desafio na área social. Mas também ajudar a angariar investimentos no estrangeiro, em especial em Portugal por motivos afectivos, para projectos de grande valia em Luanda.

Já tem pessoas dispostas a dar cara pela sua candidatura, nomeadamente algumas figuras da nossa sociedade?

As pessoas ainda estão um pouco cépticas. Penso que é aquele sentimento, deixa lá ver o que dá. O que ele vai conseguir. Falam comigo no privado. Eu entendo isso. As pessoas só depois de verem a máquina a funcionar é que se vão colocar. Por exemplo, eu gostava que a vice-presidente da minha lista fosse uma mulher. Eu valorizo bastante o trabalho das mulheres.

A sua imagem e projecção na sociedade também ajudam, não esquecer que o livro "Ensaboado e Enxaguado" foi dos mais vendeu no mercado nacional. Penso que as pessoas olham para mim como alguém que se preocupa com a educação. Não apenas com a instrução. Eu quero dar muita atenção a esta área. Não apenas no aspecto da educação científica, mas fundamentalmente na vertente comportamental. Infelizmente no nosso País só se olha para o primeiro aspecto, mas o grande desafio é mudar comportamentos. Podemos criar na cidade centros de educação comportamental, por exemplo.

Parte da legislação autárquica já foi aprovada, mas ainda faltam decretos importantes. O que pensa do quadro legal que está a ser preparado? Sobre as

questões do gradualismo geográfico não vou entrar em discussão. O Governo quer e a oposição não quer. Tendo em conta o desejo do MPLA e o número de deputados que tem na Assembleia Nacional, parece-me uma questão resolvida.

E sobre o financiamento das autarquias?

A proposta de lei que está para aprovação pode funcionar. É importante dizer que estamos num período experimental, por isso vamos aceitar e dar o benefício da dúvida. Depois quando estivermos a funcionar, vamos discutir. As leis podem ser alteradas. Se alguma coisa estiver errada, muda-se.

Quais são as grandes mudanças que propõe para Luanda? O maior problema da capital é a mobilidade. Melhorar as estradas, arranjar aos passeios para as pessoas poderem caminhar, arranjar os sinais, educar as pessoas a circularem pelas passagens pedonais superiores .

E melhorar os transportes públicos.

Comprar autocarros não resolve nada. O Governo deve empenhar-se para conseguir a instalação em Angola de uma concessionária que possa montar autocarros e vender peças para o nosso mercado. Para que cada que avarie alguma coisa, não se tenha de ir à China ou à 'Cochinchina' buscar um acessório. Três meses de espera, depois há um engano na encomenda, e são mais três. O Presidente nestas suas visitas ao exterior deve empenhar-se em conseguir que uma grande marca se instale no nosso território, dando incentivos fiscais e garantindo condições de funcionamento. O mesmo para uma unidade de camiões.

E relativamente ao problema do lixo?

Todos nós devemos guardar o lixo em casa, em sacos fechados, e coloca-los apenas nas horas de recolha. Penso que a resolução do problema do lixo passa muito pela alteração de comportamentos dos cidadãos, e claro pela aplicação de multas aos infractores. O problema é que temos um governo muito populista e foi esse populismo que estragou o País. Se tivéssemos aplicado multas e sensibilizado a população, os comportamentos serão diferentes e esse problema específico do lixo não tinha a dimensão actual.

6.16 125 Casas desocupadas há mais de cinco anos

Jornal de Angola

31 De Agosto, 2019

Texto: Marcelo Manuel

O projecto habitacional da aldeia rural de Canaulo, a dez quilómetros da sede do Golungo-Alto, no Cuanza-Norte, cujas primeiras 125 casas, das 256 previstas, ficaram prontas em 2014, continua sem ocupantes, facto que está a originar a degradação e vandalização da loiça sanitária, portas, vidros, instalação eléctrica e outros meios.

Criado pelo extinto Ministério da Família e Promoção da Mulher, em 2008, com o orçamento de nove milhões e 997 mil dólares, o projecto contempla residências do tipo T-3, com cerca de 80 metros quadrados, e, desde a conclusão das primeiras moradias, ficou sem qualquer guarnição.

Além da aldeia rural, o projecto inclui um pavilhão de artes e ofícios, escola e horta familiar e prevê a reinserção de cerca de 1.500 mulheres rurais na vida activa, através da participação em programas de alfabetização, aprendizagem de profissões técnicas e aprimoramento dos métodos agrícolas, que até ao momento não foram implementados.

O regedor de Canaulo, António Pedro, lamenta o facto das casas continuarem sem habitantes, tendo avançado a existência de um sentimento de desmoralização por parte da população. Apesar da crise financeira reinante, o soba fala em falta de boa vontade de quem de direito, para a conclusão da empreitada.

António Pedro frisou que o sector é composto pelas aldeias Canaulo I e II, Maleso, Kijila e Catombe, onde habitam 2.705 pessoas. Considerou regular a assistência sanitária, atendendo a existência de um posto de saúde, onde são tratadas, por dois enfermeiros, as enfermidades mais correntes, como o paludismo e a febre tifóide.

Lamentou o facto de a localidade estar até ao momento sem nenhuma escola de raiz, tendo

ressaltado a existência de três improvisadas, em capelas e num estaleiro. O sector conta com cerca de 700 alunos matriculados no presente ano lectivo, da iniciação à 6.ª classe.

Quanto ao fornecimento de água potável, fez saber da existência de quatro fontenários. António Pedro é de opinião que se crie um projecto de captação e tratamento mais estruturado, a partir do rio Nzenza, situado a cerca de seis quilómetros, de forma a evitar interrupções no abastecimento à população.

António Pedro avançou que os habitantes são na sua maioria camponeses, que cultivam essencialmente a mandioca, amendoim, abóbora, milho, feijão e hortícolas.

Revelou que há mais de dois anos que os habitantes de Canaulo I vivem com energia fornecida pela barragem de Capanda. Apelou no sentido de se expandir a energia para as demais aldeias da região.

Empreiteiro desmente acusações

O empreiteiro do projecto, Mário Silva, em declarações ao *Jornal de Angola*, desmentiu informações postas a circular, que dão conta de que ele e os seus coadjuvantes abandonaram a empreitada, tendo avançado que a paralisação das obras resultou da falta de pagamento, por parte do Governo.

Avançou que, face ao câmbio actual, o Executivo deve ao seu pelouro um montante equivalente a sete milhões de dólares americanos.

Disse estar extremamente agastado pelo facto das entidades governamentais cederem o projecto a uma outra empresa, para a sua possível conclusão, sem o seu conhecimento ou prévio consentimento.

Por sua vez, a actual ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Faustina Inglês, numa visita recente ao Canaulo, frisou que a questão da dívida reclamada pelo empreiteiro Mário Silva vai ser analisada com o Governo Provincial do Cuanza-Norte.

A ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher mostrou-se preocupada com a vandalização dos imóveis e acredita que a conclusão do projecto pode garantir vida digna aos habitantes, permitindo também o desenvolvimento da agricultura.

Garantiu apoiar a associação de camponeses, com uma mota de três rodas, para permitir o escoamento de mais de uma tonelada de produtos agrícolas.

A ministra reconheceu que a população local carece de mais apoio, principalmente no que diz respeito à protecção social, aquisição do Bilhete de Identidade, formação profissional e outras actividades complementares ao desenvolvimento de uma comunidade.

Faustina Inglês ressaltou a necessidade da criação de programas de educação para a saúde, de forma a prevenir várias doenças, bem como criação de fábricas artesanais para o fabrico de sabão e a materialização dos projectos de corte e costura, alfabetização e construção de um posto policial para a segurança do projecto habitacional e da população em geral.

6.17 Terra para a habitação atraindo especuladores

Jornal de Angola

31 De Agosto, 2019

Texto: Natacha Roberto

O presidente da Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA), Cléber Corrêa, denunciou a especulação em torno de vastas extensões de terra das zonas de desenvolvimento urbano de Luanda, sustentada pela diferença entre os baixos valores a que são adquiridos ao Estado e os preços proibitivos das vendas.

Em declarações ao *Jornal de Angola*, Cléber Corrêa indicou que uma parcela de terra comprada a oito dólares por metro quadrado, pode ser vendida a 100 dólares por metro quadrado a clientes do sector da construção e promoção imobiliária.

Cléber Corrêa prevê que essa situação se altere com a aplicação do Imposto Único sobre o Património Imobiliário, que levará os titulares de grandes parcelas “a fazerem contas do imposto a pagar” e os colocará na contingência de perderem os terrenos caso acumulem dívidas de impostos elevadas.

O presidente da APIMA revelou que parte da legislação do Imposto Único sobre o Património Imobiliário, em auscultação desde há pouco mais de uma semana, foi de iniciativa da associação, “que sempre assistiu à venda especulativa praticada pelos proprietários de terras”.

O responsável considerou que os titulares de grandes porções de terra, “definitivamente, terão que dar destino ao seu património, diminuindo a especulação imobiliária”, apontando um provável cenário em que passam a disponibilizar os terrenos ociosos no

mercado, para venda ou parceria para fazer face aos custos anuais com o imposto.

“Com isso, prevê-se uma diminuição dos preços dos terrenos pela maior oferta dos promotores imobiliários que vai pressionar os preços para baixo, tornando a compra de casas mais barata”, disse.

Cléber Corrêa também prevê que o Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) facilite a construção de infra-estruturas, o que levará os proprietários de terra a reflectir para decidir se mantêm os terrenos parados e sem estarem regularizados, ou os vendem aos interessados. “Os terrenos sem direito de superfície poderão ter o imposto agravado em relação aos terrenos já com direito de superfície, que também serão tributados”, notou.

O presidente da APIMA acredita que o novo imposto vai constituir um instrumento de pressão do Estado com vista a dinamizar o mercado imobiliário. “Agora, parte dessa dinamização passa por construir casas mais baratas e isso implica sacrificar um pouco os lucros e tornar o produto mais simples para a população”, defendeu. Cléber Corrêa que prevê ainda, com aprovação do diploma, o início do ajustamento de preços, para que os imóveis atendam à sua função social. “Essa lei ajudará os promotores imobiliários a encontrarem terrenos mais baratos. Agora, é preciso agilizar a regularização dos imóveis. O produto de que a sociedade mais precisa é para a classe média”, apontou o responsável. Para o presidente da APIMA, a localização do projecto influencia a avaliação do imóvel, pelo que a associação propôs à AGT uma taxa de cobrança de imposto baseada na avaliação de cada região.

A Lei da Terra dá cinco anos para que haja o aproveitamento útil e efectivo do terreno adquirido ao Estado, após o que o Estado pode fazer retornar o terreno à sua titularidade. “Defendemos que, aprovada essa Lei, extingue-se o artigo 61 da Lei de Terras e qualquer outro artigo que vincule o prazo para aproveitamento útil com o agravamento dos valores de imposto pelo não aproveitamento”, acentuou.

Na sua óptica, o proprietário deve dar aproveitamento ao terreno, por venda ou parceria, ou arca com os custos para manter o terreno. O reflexo disso, é a baixa dos preços dos terrenos, que são o grande objecto de especulação. Por outro lado, apontou que as construções terminadas, sem uso ou não, também serão tributadas.

Matriz inibe burla

O presidente da APIMA realçou que, doravante, os proprietários de terrenos terão uma matriz predial que vai inibir os burladores da falsificação de documentos. “Com a criação da matriz predial do terreno, mesmo que não esteja ainda regularizado juridicamente, o facto do titular ter a matriz em seu nome como “possuidor”, impedirá a acção dos burladores, pois não vão conseguir tal documento junto da Repartição Fiscal.

O responsável indicou que a APIMA propôs, na legislação para o Imposto Único sobre o Património Imobiliário, a redução do imposto sobre arrendamentos para cinco por cento. A associação também sugeriu a criação, o mais rápido possível, do Guiché Único do Imóvel, pois o contribuinte a que for cobrado o imposto, vai querer uma regularização célere.

Outra proposta apresentada pela APIMA é sobre o valor de corte para isenção de imóveis, sendo que a proposta da AGT consiste em baixar de cinco milhões para três milhões. “Nós defendemos que cada província estipule seu valor, em função da realidade financeira de cada uma delas”, disse.

7. TERRA

7.1 Conflito de terra solucionado com compensações

Jornal de Angola

01 De Agosto, 2019

Texto: André Brandão

Um conflito que se arrastava há três anos, envolvendo 15 hectares da Baixa de Capoloco, município do Lucala, Cuanza-Norte, ficou resolvido sábado quando a companhia agro-pecuária Lucalagro entregou compensações a uma associação de camponeses integrada por sete famílias, soube ontem o Jornal de Angola.

As compensações incluem a entrega, pela Lucalagro, de 18 hectares de uma outra área perto do Rio Pamba, três dos quais lavrados de forma mecanizada, sete habitações (uma T3 e seis T1), em substituição das precárias deixadas no antigo terreno, 600 mil kwanzas, um triciclo motorizado com carroçaria, uma motobomba e outros meios necessários para a prática agrícola.

O director-geral da Lucalagro, António Domingos, assinalou à nossa reportagem que as partes estabeleceram uma negociação pacífica e ordeira, por entenderem que o diálogo é a melhor forma para se encontrarem soluções para os conflitos, considerando-se “satisfeito com o desfecho”.

O representante da associação, Sebastião Paulo dos Santos, enalteceu os esforços de todas as partes envolvidas neste processo, confirmando que a Lucalagro cumpriu os acordos estabelecidos no contrato celebrado entre as partes, tendo considerado o processo como “justo”.

Sebastião Paulo dos Santos implantou-se naquele terreno em 1980, há 39 anos, quando as autoridades locais lhe cederam as terras situadas na parte alta do Perímetro Irrigado de Cacala, que já tinham condições próprias para a prática da agricultura.

Teve momentos altos e baixos no que toca à produção, devido ao conflito armado e ao fraco poder financeiro, o que fez com que investisse de forma limitada nos 15 hectares que possuía e muito menos legalizasse o terreno em seu nome.

O conflito deflagrou quando apareceram responsáveis da Lucalagro com documentos legais que conferem a titularidade de mais de 1.400 hectares

na região, facto que, em sua opinião, aconteceu sem qualquer contacto com os camponeses locais.

7.2 Demolições Tribunal Supremo «Chumba» despacho de antigo governador da Huíla

Novo Jornal

02 De Agosto de 2019

Nove anos depois, o Tribunal Supremo declarou nulo o despacho do antigo governador da Huíla Isaac dos Anjos para a demolição de casas no Lubango.

O advogado David Mendes defende indemnizações às famílias.

O Tribunal Supremo (TS) declarou nulo o despacho de Isaac dos Anjos, que, em Março de 2010, na altura governador da Huíla, ordenava a demolição de centenas de casas construídas ao longo do ramal dos Caminhos-de-Ferro de Moçâmedes e do rio Mukufi, no Lubango, e a transferência dos respectivos moradores para o bairro da Tchávola, segundo a Voz da América. O acórdão da Câmara do Cível e Administrativo do TS está datado de 16 de Outubro de 2018, relativo ao processo n.º 438/015.

Mais de três mil casas foram destruídas

As demolições e a transferência compulsiva dos cidadãos, na ocasião, foram feitas debaixo de vários protestos, sobretudo de organizações cívicas. Na altura, o antigo governador continuou firme na decisão e acusou, inclusive, algumas organizações de aproveitamento político e garantiu que, apesar das vozes que se levantavam contra, o processo continuaria.

As demolições foram justificadas como forma de desobstrução da via para a reabilitação e modernização dos Caminhos-de-Ferro de Moçâmedes e a construção de um conjunto de estações ferroviárias.

Advogado defende indemnizações

A decisão do TS foi tornada pública no Lubango pelo advogado David Mendes, que interpôs o recurso, alegando ilegalidade no acto. Com esta decisão, segundo o advogado, as famílias lesadas têm caminho aberto para intentarem uma acção indemnizatória contra o Governo da província da Huíla. "É preciso ter aqui presente que não é o Isaac dos Anjos enquanto indivíduo, mas sim o governador da Huíla. Saiu o Isaac dos Anjos, tem outra pessoa que veio substituí-lo. Por isso, a responsabilidade passa para o

actual governador", sublinhou, ao defender o acto como pedagógico para que os agentes públicos não violem as leis.

7.3 Lucalagro indemniza camponesas por ocupação ilegal de terrenos

Jornal de Angola

04 De Agosto de 2019

André Brandão

Três anos depois dos conflitos de terras, relacionados com 15 hectares, na baixa de Capocolo, entre a empresa Agropecuária Lucalagro e uma associação de camponesas, composta por sete famílias, no município de Lucala, província do Cuanza-Norte, as partes finalmente chegaram a entendimento.

A Lucalagro ficou com os 15 hectares mas entregou às famílias outras parcelas de terras, das quais três já mecanizadas, numa outra zona, perto do rio Pamba, e construiu para estas sete residências, uma T3 e seis T1, em substituição das precárias que haviam no terreno em litígio.

A famílias receberam ainda 600 mil kwanzas, uma motorizada com carroçaria de três rodas, uma motobomba e outros meios para a actividade agrícola.

Segundo o director geral da Lucalagro, António Domingos, as negociações decorreram de forma pacífica. “O diálogo é o melhor meio que os homens devem utilizar para a resolução de conflitos”, disse, acrescentado que “as famílias camponesas envolvidas devem legalizar os terrenos para evitarem conflitos do género”.

O fundador da associação de camponesas, Sebastião dos Santos, e considerado patriarca das famílias afectadas, confirmou que a empresa em questão cumpriu com os acordos celebrados entre as partes. “A minha vida começou nestas terras de Capocolo em 1980, criei e eduquei a minha família com os produtos deste campo agrícola, e jamais poderia esquecer tudo que lá deixei”, lembrou.

Uma história de vida

Na década de 80, Sebastião dos Santos, ainda jovem, proveniente da comunidade de Cabaça, chegou à região de Copacolo, 15 quilómetros da sede municipal do Lucala, com o propósito de encontrar uma oportunidade de trabalho no ramo agrícola.

Na altura, viu o sonho a tornar-se realidade quando lhe foi permitido, conjuntamente com alguns companheiros, a ocupação de espaços em Capacala, para a agricultura. O local é o actual perímetro irrigado de Cacala. Ao longo dos 38 anos, Sebastião dos Santos, conta que teve momentos altos e baixos em relação a produção, devido ao conflito armado e o fraco poder financeiro, o que o levou a fazer poucos investimentos nos 15 hectares e não legalizar o terreno em seu nome. Para melhor aproveitamento do espaço, criou uma cooperativa composta por 35 famílias, na qual integram viúvas e jovens, que se dedicam a agricultura de subsistência.

O latifundiário disse que, o sonho de ter uma velhice tranquila começou a tornar-se pesadelo há três anos, com o surgimento da empresa Lucalagro que tentou usurpar o terreno, alegando que pretendia desenvolver agricultura mecanizada em grande escala no local. “Inicialmente a empresa tentou negociar o espaço, prometendo dar-nos um outro no mesmo perímetro já mecanizado e algumas benesses, mas recusei a proposta por achar inconveniente, pois o meu espaço já possuía mantimentos que plantei durante anos”, contou Sebastião Paulo.

“Fiquei agastado”, prosseguiu, “quando responsáveis da Lucalagro alegava que possuía documentos legais de titularidade de 1.400 hectares do terreno. Foi a partir desta altura que o conflito despoletou entre as duas partes”.

7.4 Centenas de famílias estão a ser realojadas

Jornal de Angola

06 De Agosto de 2019

Texto: Estanislau Costa

Várias famílias, de um grupo de 500, residentes no bairro Kamazingo, situado no centro da cidade do Lubango, estão a ser realojadas desde a semana finda na centralidade da Quilemba, no quadro do programa do Governo Provincial de apoio às pessoas vulneráveis.

As famílias que antes tinham sido cadastradas e sensibilizadas de que têm de pagar renda, água, energia eléctrica, entre outros serviços sociais básicos, viviam em casebres erguidos com adobe e cobertos com chapas de zinco. As condições do bairro Kamazingo são literalmente precárias, sem condições para habitabilidade.

O vice-governador para o sector Técnico e Infra-estruturas, Nuno Dala, disse que as famílias que estão a ser realojadas são as primeiras que cumpriram com

as condições estabelecidas para a mudança do bairro Kamazingo, no que toca ao pagamento da renda, água e energia eléctrica, entre outros serviços.

A centralidade da Quilemba, actualmente com oito mil residências, entre apartamentos de dois pisos e rés-do-chão, comporta várias infra-estruturas, como escolas do I e II ciclo do ensino primário e secundário, faculdade de Medicina, creches e espaços para instalação de lojas.

Ansiedade dos moradores

O professor Carlos Alexandre, 50 anos, um dos beneficiários com casa na Quilemba, enalteceu o gesto do Executivo, assegurando que vai honrar os compromissos assumidos. “Estamos preparados para honrar os compromissos referentes aos encargos dos imóveis.”

Guilhermina Ananás, 40 anos, residente no Kamazingo, reconhece que o bairro está a contrastar com o brilho que a cidade do Lubango está a ganhar, face às obras de requalificação. “Já me inscrevi para obter uma casa na Quilemba e tenho a certeza de que o Governo Provincial vai tornar o meu sonho realidade”.

7.5 Cartoon

Jornal EXPANSÃO
09 De Angola de 2019



7.6 Vinte detidos por invasão de casas

Jornal de Angola
16 De Agosto de 2019

Pelo menos 20 cidadãos foram detidos ontem, em Luanda, por ocupação ilegal de residências, ocorrido na madrugada de quarta-feira, na Urbanização Vida Pacífica, no Distrito Urbano do Zango, município de Viana, disse à Angop fonte da Polícia Nacional.

O porta-voz do Comando Provincial da Polícia Nacional, intendente Hermenegildo de Brito, disse que as detenções ocorreram depois de os indivíduos terem arrombado os apartamentos naquela zona habitacional. Os detidos foram acusados de introdução em casa alheia, dano em edificação e usurpação, podendo ser apresentados ao Tribunal Municipal de Viana para julgamento sumário.

O oficial exortou a população a recorrer, de forma legal, à aquisição de imóveis e deixar de praticar actos que possam prejudicar o bom nome e o das famílias.

A actuação da Polícia Nacional foi feita depois de uma denúncia, tendo sido constatados que os acusados danificaram as fechaduras e introduziram-se nos apartamentos de forma fraudulenta e dolosa.

7.7 Executivo dá início a processo de expropriação do terreno da chicala ligado ao «Bairro dos Ministérios»

Novo Jornal
16 De Agosto de 2019
Texto: Nok Nogueira

O Executivo de João Lourenço colocou em marcha um processo que visa expropriar, a favor do Estado, o terreno da Chicala onde se previa construir o polémico «Bairro dos Ministérios», na sequência do despacho presidencial que autorizava o pagamento de 344 milhões de dólares à empresa privada Sodimo, pelo espaço que lhe foi cedido a custo zero - para fins exploratórios - pelo então governador de Luanda José Aníbal Rocha, para um período de 60 anos.

A decisão de João Lourenço, a que este jornal teve acesso através de uma fonte presidencial, terá partido de um conjunto de informações chegadas ao seu conhecimento nos últimos dias, no quadro das diligências que tiveram início por conta do dossier do «Bairro dos Ministérios».

Ao que apurou este jornal, uma série de providências orientadas pelo Presidente da República permitiram chegar-se à conclusão de que alguns dos edifícios onde estão instalados departamentais ministeriais não estariam, afinal, sob regime de arrendamento, tal como avançou o ministro de Estado e da Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior, quando apresentava o projecto do Centro Político e Administrativo.

"O Estado gasta avultados recursos financeiros pela utilização destes edifícios e muitas vezes não preparados para acomodar instituições e serviços públicos. Muitos destes imóveis estão degradados e sem regras de eficiência, ordenação e uns estão desprovidos das condições tecnológicas [...]”, disse Manuel Júnior, segundo informações adiantadas pela fonte do Novo Jornal, o que existirá de rendas é um número residual de instituições do Estado, uma vez que, ainda no mandato de José Eduardo dos Santos, alguns edifícios, como as torres de Talatona, alegadamente pertencentes a Marta dos Santos, foram adquiridas ao empreiteiro Zé Guilherme, empresário português.

Em marcha está agora um processo que deverá reverter para o Estado o terreno da Chicala.

7.8 Sete fazendas abandonadas no município de Chicomba

Jornal de Angola

18 De Agosto de 2019

Texto: Arão Martins

Uma operação de actualização de dados desencadeada pela Administração Municipal de Chicomba, Huíla, revelou, sexta-feira, a existência de sete fazendas de elevada extensão abandonadas nas comunas de Cutenda, Libongue e arredores da sede.

Segundo o director municipal da Agricultura de Chicomba, Wilson Cabral, o trabalho que está a ser desenvolvido para reorganizar as cooperativas e associações de camponeses implantadas no município, de forma a dimensionar a produção.

“Estamos a trabalhar para serem criadas mais cooperativas e associações de camponeses e ter uma produção controlada. Até agora, não há referências

da produção de milho no município de Chicomba. Pretendemo-nos organizar melhor, criando mais cooperativas e associações de camponeses e ter controlo da produção”, disse.

Esses objectivos implicam trabalhar na criação de uma base de dados estatísticos do município de Chicomba (220 quilómetros da cidade do Lubango), para saber em concreto o que existe em termos de cooperativas, associações de camponeses e fazendas.

Com o trabalho já feito, anunciou, foi registada a implantação de seis cooperativas que já existiam com 50 integrantes cada, além de 45 associações de camponeses a operar, mas também há sete fazendas abandonadas.

Wilson Cabral adiantou que vai ser criada uma equipa multisectorial a nível do município para medir a dimensão das fazendas, as quais, as reactivadas, “vão constituir uma mais-valia para o município. O objectivo é reactivá-las e entregar a empresários com capacidade de produção”, informou o responsável.

O director disse acreditar que os empreendimentos suscitem o interesse de investidores e que a Administração Municipal vai trabalhar para que os empresários interessados encontrem todas as condições para obterem a licitação dos empreendimentos.

Perspectivas de produção

A colheita prevista para a campanha agrícola 2018-2019, no município de Chicomba, é de 44 mil toneladas de milho, anunciou o director municipal da Agricultura, o que decorre desta ser a principal produção dos agricultores locais e de um submetido ao município pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA).

A campanha agrícola foi prejudicada pela irregularidade das chuvas e diminuição do número de camponeses assistidos de 23 mil famílias previstas, para apenas 16 mil. Chicomba tem sido o destino de vários compradores de milho, mas o estado da estrada constitui um grande constrangimento para o escoamento e a comercialização, disse o director municipal da Agricultura.

“Um dos principais constrangimentos para o comércio do milho no município de Chicomba é o das vias de acesso, que têm sido uma dor de cabeça, não só para os comerciantes, mas também para os trabalhos de campo”, afirmou, acrescentando que os operadores e outros envolvidos não conseguem deslocar com facilidade às comunas do Quê, Libongue e Cutenda.

A Administração Municipal de Chicomba, apontou, disponibiliza, com frequência, transporte para coordenar os trabalhos de campo. “Ajudamos sempre os agricultores a fazerem trabalhos técnicos para tirarem maior rendimento dos meios que lhes são entregues”, disse.

Chicomba é conhecida como celeiro de milho da província da Huíla, a par dos municípios de Caconda, Caluquembe e Quipungo.

7.9 Sete fazendas abandonadas no município de Chicomba

Jornal de Angola

18 De Agosto de 2019

Texto: Arão Martins

Uma operação de actualização de dados desencadeada pela Administração Municipal de Chicomba, Huíla, revelou, sexta-feira, a existência de sete fazendas de elevada extensão abandonadas nas comunas de Cutenda, Libongue e arredores da sede.

Segundo o director municipal da Agricultura de Chicomba, Wilson Cabral, o trabalho que está a ser desenvolvido para reorganizar as cooperativas e associações de camponeses implantadas no município, de forma a dimensionar a produção.

“Estamos a trabalhar para serem criadas mais cooperativas e associações de camponeses e ter uma produção controlada. Até agora, não há referências da produção de milho no município de Chicomba. Pretendemo-nos organizar melhor, criando mais cooperativas e associações de camponeses e ter controlo da produção”, disse.

Esses objectivos implicam trabalhar na criação de uma base de dados estatísticos do município de Chicomba (220 quilómetros da cidade do Lubango), para saber em concreto o que existe em termos de cooperativas, associações de camponeses e fazendas.

Com o trabalho já feito, anunciou, foi registada a implantação de seis cooperativas que já existiam com 50 integrantes cada, além de 45 associações de camponeses a operar, mas também há sete fazendas abandonadas.

Wilson Cabral adiantou que vai ser criada uma equipa multisectorial a nível do município para medir a dimensão das fazendas, as quais, as reactivadas, “vão constituir uma mais-valia para o município. O objectivo é reactivá-las e entregar a empresários com capacidade de produção”, informou o responsável.

O director disse acreditar que os empreendimentos suscitem o interesse de investidores e que a Administração Municipal vai trabalhar para que os empresários interessados encontrem todas as condições para obterem a licitação dos empreendimentos.

Perspectivas de produção

A colheita prevista para a campanha agrícola 2018-2019, no município de Chicomba, é de 44 mil toneladas de milho, anunciou o director municipal da Agricultura, o que decorre desta ser a principal produção dos agricultores locais e de um submetido ao município pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA).

A campanha agrícola foi prejudicada pela irregularidade das chuvas e diminuição do número de camponeses assistidos de 23 mil famílias previstas, para apenas 16 mil. Chicomba tem sido o destino de vários compradores de milho, mas o estado da estrada constitui um grande constrangimento para o escoamento e a comercialização, disse o director municipal da Agricultura.

“Um dos principais constrangimentos para o comércio do milho no município de Chicomba é o das vias de acesso, que têm sido uma dor de cabeça, não só para os comerciantes, mas também para os trabalhos de campo”, afirmou, acrescentando que os operadores e outros envolvidos não conseguem deslocar com facilidade às comunas do Quê, Libongue e Cutenda.

A Administração Municipal de Chicomba, apontou, disponibiliza, com frequência, transporte para coordenar os trabalhos de campo. “Ajudamos sempre os agricultores a fazerem trabalhos técnicos para tirarem maior rendimento dos meios que lhes são entregues”, disse.

Chicomba é conhecida como celeiro de milho da província da Huíla, a par dos municípios de Caconda, Caluquembe e Quipungo.

7.10 Ocupação ilegal de terrenos

Jornal de Angola

25 De Agosto de 2019

Texto: Joaquim Suami

As autoridades comunais de Malemo estão preocupadas com a ocupação ilegal de terrenos. O administrador Pedro Morais defende que os terrenos não devem ser vendidos de forma ilegal e por pessoas sem autorização do Estado. De acordo com ele, a

única entidade responsável pela venda de terreno é o Estado.

"Em primeiro lugar, o cidadão não está autorizado a vender terrenos, por ser uma actividade da Administração Comunal. Temos na comuna pessoas que ocupam terrenos e não mostram vontade de construir. Temos pessoas que abandonaram os seus terrenos, que hoje são amontoados de capim, o que não ajuda a melhorar a imagem da comuna", disse, sublinhando que a Administração Comunal está a fazer um levantamento para corrigir as ilegalidades na venda de terrenos.

"Temos jovens que não têm espaço para construir. Vamos fazer um levantamento para sabermos os verdadeiros proprietários dos terrenos, a fim de conhecermos a área livre e a ocupada e podermos intervir", concluiu.

7.11 Irmã do deputado Leonel Gomes acusada de expropriar terreno a um camponês

Jornal Manchete

29 De Agosto de 2019

Texto: Moreira Mário

Uma irmã do deputado da CASA-CE, Leonel Gomes, identificada por Helena Leitão, está a ser acusada de usar certas influências sobre auxílio do seu irmão para materializar a usurpação de uma parcela de terreno pertencente a um camponês no distrito urbano do Morro dos Veados, município de Belas, em Luanda.

O camponês (vítima) de nome Simão Mututi, 56 anos, contou ao Manchete que é titular do terreno com as dimensões de 100 por 230 metros quadrados desde 1991, tendo adquirido às mãos de Adriano Matias (já falecido), onde durante vários anos desenvolveu actividade agrícola.

Em 2009 fez a legalização do espaço junto da antiga Administração Municipal da Samba e também da Direcção Provincial de Agricultura e do Desenvolvimento Rural, estando registado sob o número 14185/2009.

Atendendo o direito que lhe confere, no princípio de 2017, mais velho Simão Mututi como é designado pelos mais próximos, cedeu 40 por 40 metros quadrados do mesmo espaço a um cidadão. Foi a partir deste momento que surgiu a senhora Helena Leitão, irmã do deputado Leonel Gomes, a reclamar a titularidade do terreno.

Para melhor fazer valer os seus argumentos, Helena Leitão auxiliada pelo seu irmão Leonel Gomes, recorreram junto da administração do distrito urbano do Morro dos Veados e à Esquadra local da Polícia que, por sua vez, este organismo tratou de efectuar detenções em várias ocasiões, tendo uma delas culminado com a prisão e conseqüentemente o julgamento sumário do mais velho Simão Mututi no dia 20 de Junho de 2018. Porém, o juiz de direito da segunda secção da sala dos crimes comuns do Tribunal Provincial de Luanda, Adalberto Gonçalves, mandou que o réu fosse colocado imediatamente em liberdade. O documento de mandado de soltura em posse deste jornal considera improcedente o auto de notícia que motivou o processo em causa, em virtude dos factos nele reportados serem subsumíveis ao artigo 9.º, alínea h) da Lei 12/11, Lei das Transgressões Administrativas, e não um crime.

Mesmo assim, inconformados, Helena Leitão e seu irmão deputado Leonel Gomes, continuam a usar suas influências junto da Esquadra da Polícia do referido distrito que tem feito constantes detenções no terreno, a fim de intimidar as pessoas que lá foram cedidos alguns espaços pelo mais velho Simão Mututi.

O mesmo acredita que a senhora Helena Leitão tenha se apoderado do seu terreno numa altura em que havia se ausentado de Luanda durante vários, por razões de saúde, deixando o local desguarnecido. No entanto, lança um grito de socorro por sentir-se indefeso perante o poder dos invasores e apela as instituições afins no sentido de intervirem para que a verdade dos factos seja reconhecida.

DUROS E ARROGANTES

Segundo apurou o Manchete, curiosamente, Helena Leitão é proprietária de um espaço de recreação familiar justamente junto do terreno em litígio. Contactada, a mesma disse que é a proprietária legítima do terreno, mas recusou-se apresentar documentos que provam a sua titularidade conforme efectuado pela outra parte. Helena pediu para nos dirigirmos à administração do Morro dos Veados para aferirmos toda informação sobre este caso. "Eu não tenho resposta para dar aos senhores jornalistas, a administração é o órgão competente para falar deste assunto": salientou, defendendo que está agir de acordo com a lei.

Por sua vez, Leonel Gomes disse que a sua irmã está a ser lesada, pois os seus documentos tem cadastro anterior que a do mais velho Simão Mututi, cuja data o parlamentar não especificou. "A administração tem documentos que atestam que a minha irmã é a proprietária legítima do espaço": disse num tom

bastante colérico, acusando o adversário e seus familiares de roubo de materiais, destruição de bens e invasão de propriedade.

O deputado da Convergência Ampla e Salvação de Angola-Coligação Eleitoral promete que "isso não vai ficar assim" - poderá levar o caso uma vez mais ao tribunal porque, segundo ele, "o lugar de bandidos é na cadeia": proferiu, finalizando que os documentos que a outra parte ostenta serem falsos.

Tentamos ouvir também a administração do distrito urbano dos Morro dos Veados, mas sem sucesso.

7.12 Terrenos para agricultura sem produção vão pagar imposto sobre o património

Jornal EXPANSÃO

30 De Agosto de 2019

Texto: Joel Costa

Os terrenos cedidos pelo Estado para fins agrícolas que não estejam em produção ao fim de 4 a 6 anos após a concessão do direito de exploração vão passar a pagar impostos de forma agravada a partir de 1 de Janeiro de 2020. A medida enquadra-se no processo de revisão do Código do Imposto Predial Urbano (IPU) que dará lugar a um diploma que congrega todas as disposições relacionadas com os impostos sobre o património actualmente dispersos em vários diplomas.

Ao abrigo do Código do IPU actualmente em vigor, os cidadãos ou empresas que detenham terrenos cedidos pelo Estado para agricultura não pagam imposto sobre a propriedade, ou seja, estão isentos do pagamento do IPU.

Mas um levantamento em curso pela Administração Geral Tributária (AGT) e o ministério da Agricultura demonstra que é elevado o número de terrenos agrícolas cedidos, há vários anos, pelo Estado que estão destinados a outros fins. Para desincentivar esta prática, embora se mantenha a isenção para os terrenos em exploração, o Executivo vai passar a cobrar impostos sobre terrenos cedidos para agricultura que passados anos continuem sem exploração.

No âmbito da reforma da tributação sobre o património, está em consulta pública até 15 de Setembro a proposta de lei que altera o código do IPU.

Uma das principais alterações propostas está relacionada com a base de incidência do imposto que

na legislação ainda em vigor apenas cobre os prédios urbanos, enquanto a proposta de alteração alarga a base de incidência para os prédios rústicos.

De acordo com a proposta em consulta pública, consideram-se prédios rústicos os terrenos agrícolas, as obras espalhadas por todo o País que são iniciadas mas estão abandonadas há vários anos, e os imóveis que se encontram em mau estado de conservação. Todos, deverão ao abrigo das propostas de alterações a legislação sobre o IPU passar a pagar o referido imposto.

Segundo o documento, mantêm-se as taxas cobradas em sede de IPU Património, e a isenção a imóveis com valor inferior ou igual a 5 milhões de kwanzas, desde que o imóvel esteja destinado à habitação.

De acordo com Silveira Vieira, coordenadora desta reforma estrutural, "ao abrigo da lei actual todo o cidadão que arrenda o seu imóvel deve pagar 15% ao estado". Mas por tratar-se de uma renda, deve ser tributada em sede de um outro imposto sobre rendimento, defende.

"Vamos deixar a parte da tributação da renda no imposto predial urbano agora, ou seja, IPU Património, e posteriormente, quando fizermos a reforma dos impostos que incidem sobre os rendimentos, o que era cobrado em sede do IPU Renda vai passar a ser cobrado ou no imposto das pessoas singulares ou no imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas", explicou.

7.13 Terra para a habitação atrai especuladores

Jornal de Angola

31 De Agosto, 2019

Texto: Natacha Roberto

O presidente da Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA), Cléber Corrêa, denunciou a especulação em torno de vastas extensões de terra das zonas de desenvolvimento urbano de Luanda, sustentada pela diferença entre os baixos valores a que são adquiridos ao Estado e os preços proibitivos das vendas.

Em declarações ao Jornal de Angola, Cléber Corrêa indicou que uma parcela de terra comprada a oito dólares por metro quadrado, pode ser vendida a 100 dólares por metro quadrado a clientes do sector da construção e promoção imobiliária.

Cléber Corrêa prevê que essa situação se altere com a aplicação do Imposto Único sobre o Património

Imobiliário, que levará os titulares de grandes parcelas “a fazerem contas do imposto a pagar” e os colocará na contingência de perderem os terrenos caso acumulem dívidas de impostos elevadas.

O presidente da APIMA revelou que parte da legislação do Imposto Único sobre o Património Imobiliário, em auscultação desde há pouco mais de uma semana, foi de iniciativa da associação, “que sempre assistiu à venda especulativa praticada pelos proprietários de terras”.

O responsável considerou que os titulares de grandes porções de terra, “definitivamente, terão que dar destino ao seu património, diminuindo a especulação imobiliária”, apontando um provável cenário em que passam a disponibilizar os terrenos ociosos no mercado, para venda ou parceria para fazer face aos custos anuais com o imposto.

“Com isso, prevê-se uma diminuição dos preços dos terrenos pela maior oferta dos promotores imobiliários que vai pressionar os preços para baixo, tornando a compra de casas mais barata”, disse.

Cléber Corrêa também prevê que o Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) facilite a construção de infra-estruturas, o que levará os proprietários de terra a reflectir para decidir se mantêm os terrenos parados e sem estarem regularizados, ou os vendem aos interessados. “Os terrenos sem direito de superfície poderão ter o imposto agravado em relação aos terrenos já com direito de superfície, que também serão tributados”, notou.

O presidente da APIMA acredita que o novo imposto vai constituir um instrumento de pressão do Estado com vista a dinamizar o mercado imobiliário. “Agora, parte dessa dinamização passa por construir casas mais baratas e isso implica sacrificar um pouco os lucros e tornar o produto mais simples para a população”, defendeu. Cléber Corrêa que prevê ainda, com aprovação do diploma, o início do ajustamento de preços, para que os imóveis atendam à sua função social. “Essa lei ajudará os promotores imobiliários a encontrarem terrenos mais baratos. Agora, é preciso agilizar a regularização dos imóveis. O produto de que a sociedade mais precisa é para a classe média”, apontou o responsável. Para o presidente da APIMA, a localização do projecto influencia a avaliação do imóvel, pelo que a associação propôs à AGT uma taxa de cobrança de imposto baseada na avaliação de cada região.

A Lei da Terra dá cinco anos para que haja o aproveitamento útil e efectivo do terreno adquirido ao Estado, após o que o Estado pode fazer retornar o

terreno à sua titularidade. “Defendemos que, aprovada essa Lei, extingue-se o artigo 61 da Lei de Terras e qualquer outro artigo que vincule o prazo para aproveitamento útil com o agravamento dos valores de imposto pelo não aproveitamento”, acentuou.

Na sua óptica, o proprietário deve dar aproveitamento ao terreno, por venda ou parceria, ou arca com os custos para manter o terreno. O reflexo disso, é a baixa dos preços dos terrenos, que são o grande objecto de especulação. Por outro lado, apontou que as construções terminadas, sem uso ou não, também serão tributadas.

Matriz inibe burla

O presidente da APIMA realçou que, doravante, os proprietários de terrenos terão uma matriz predial que vai inibir os burladores da falsificação de documentos. “Com a criação da matriz predial do terreno, mesmo que não esteja ainda regularizado juridicamente, o facto do titular ter a matriz em seu nome como “possuidor”, impedirá a acção dos burladores, pois não vão conseguir tal documento junto da Repartição Fiscal.

O responsável indicou que a APIMA propôs, na legislação para o Imposto Único sobre o Património Imobiliário, a redução do imposto sobre arrendamentos para cinco por cento. A associação também sugeriu a criação, o mais rápido possível, do Guiché Único do Imóvel, pois o contribuinte a que for cobrado o imposto, vai querer uma regularização célere.

Outra proposta apresentada pela APIMA é sobre o valor de corte para isenção de imóveis, sendo que a proposta da AGT consiste em baixar de cinco milhões para três milhões. “Nós defendemos que cada província estipule seu valor, em função da realidade financeira de cada uma delas”, disse.

8. SERVOÇOS BÁSICOS

8.1 Defendido mais rigor no tratamento de lixo

Jornal de Angola

02 De Agosto de 2019

Texto: André Brandão

Administradores adjunto para área Técnica Infra e estrutura, directores municipais da saúde, responsáveis de unidades sanitárias públicas e privadas do município do Cazengo, província do Cuanza-Norte, solicitaram ao Governo a criação de empresas devidamente credenciadas com capacidade "para a recolha, transporte e destruição dos resíduos hospitalares.

Durante o seminário provincial sobre gestão de resíduos hospitalares foi defendido o melhoramento do aterro sanitário de Kissafu, bem como a construção de outros em todos os municípios, com padrões internacionais, para dar um tratamento especializado a todo o tipo de resíduos. Os participantes consideram indispensável o uso correcto dos equipamentos de protecção individual, por forma a se evitar riscos com materiais contaminados' bem como a colocação de resíduos hospitalares em sacos resistentes à ruptura vazamento.

8.2 Recolha do lixo

Jornal de Angola

02 De Agosto de 2019

Texto: Luciano Rocha

Os trabalhadores da recolha do lixo em Luanda avisaram que somente lhes resta a greve face aos salários que lhes devem e dou-lhes toda a razão, pois é com eles que se sustentam e às famílias.

Eu sei, a maioria dos luandenses sabe, que há por aí muita gatinha que nunca "vergou a mola" e tem as contas bancárias a abarrotar, frotas de carros de todos os modelos, até helicópteros, aviões, veleiros e ainda entende que é pouco.

Os trabalhadores da recolha de lixo, mesmo que possa haver quem pense o contrário, são pessoas, que precisam de comer e têm famílias que também não vivem do ar poluído que respiram. Por isso, repito, têm toda a minha solidariedade.

Mas, Luanda, sem ofensa para os trabalhadores da r colha do lixo, não é preciso eles paralisarem a

actividade para ela estar p permanentemente suja, nojenta. Perante a passividade crónica dos que t m a responsabilidade d lhe resolver os problemas, ao invés de os agravar. Duvido, por isso, que se preocupem, de verdade. com a greve. Com esta ou outras que se possam fazer nos tantos sectores abandonados à sua sorte. Como se diz, é para o lado que dormem melhor. E sono é coisa que lhes não falta.

8.3 Privados podem comercializar água potável e energia eléctrica

Jornal de Angola

05 De Agosto de 2019

Texto: Rodrigues Cambala

As entidades privadas podem entrar, actualmente, na actividade de produção, distribuição e comercialização de energia e água, com a alteração da Lei Geral de Electricidade, em 2015, e o recente corte da subvenção por parte do Estado.

O anúncio foi feito pelo presidente do Conselho de Administração do IRSEA (Instituto Regulador dos Serviços de Electricidade e Água), Luís Mourão, em entrevista ao Jornal de Angola, que referiu que a Lei Geral de Electricidade 14/96 foi alterada com este objectivo e adicionado o segmento comercializador.

As entidades interessadas devem remeter os seus pedidos ao Ministério da Energia e Águas, definir o preço e avaliar as condições técnicas com o regulador. Nesta alteração, explica Luís Mourão, introduziu-se, igualmente, a possibilidade de os distribuidores obterem concessão para uma província e ou licenças para os sistemas isolados.

Luís Mourão esclareceu que a tarifa, fixada pelo Estado, além de baixa, inibia as entidades de entrarem no ramo como distribuidores, porque teriam que receber subsídio do Estado.

“As pessoas não queriam entrar com esta modalidade”, admitiu, para indicar que, hoje, o tarifário permite a presença de distribuidores privados.

O presidente do IRSEA sustentou que os distribuidores vão poder receber a energia em alta ou média tensão e, dependendo do volume de venda em baixa tensão, obter um lucro na ordem dos 18 e 25 por cento. O objectivo, assegurou, é fazer com que a população seja mais bem atendida e a ENDE seja desafogada, uma vez que atende hoje um milhão e meio de clientes.

Preço da água

Ao informar que alguns investidores já mostraram interesse em entrar no mercado, Luís Mourão disse que o sector das Águas está, igualmente, preparado para ter distribuidores e agentes que vão fazer o tratamento e distribuição do precioso líquido.

O presidente do IRSEA avançou que a tarifa da água é diferente a nível das províncias, em razão de, neste sector, o sistema não ser interligado como na electricidade.

“O sistema tecnológico e os custos são diferentes para cada localidade”, acentuou.

Em função disso, acrescentou, as tarifas são aplicadas em conformidade com os custos para que as empresas de água tenham alguma rentabilidade e sejam sustentáveis. “Quanto maior for o volume de água, melhor. E se a venda for melhor, a tarifa é mais baixa”, frisou, esclarecendo que se fosse estabelecida uma tarifa uniforme, “alguns teriam excedentes e outros mais problemas”.

Resolução de Conflitos

O presidente do IRSEA disse que o instituto tem estado a ajudar a população e entidades privadas a porem termo a desacertos com os distribuidores. “Somos, no entanto, a estrutura em segunda instância para mediar estes pequenos problemas”, informou.

Questionado sobre o sector com mais mediações, lembrou que, há uns anos, das Águas teve muitos problemas, porque os sistemas provinciais não estavam bem estruturados e dependiam das direcções provinciais de Energia e Água.

“Com a constituição das empresas e a aprovação do tarifário, que ocorreu em Junho do ano passado, a actividade melhorou substancialmente. Hoje, não temos muitos problemas”, assegurou Luís Mourão, sustentando que está em curso uma avaliação do impacto das tarifas aprovadas na água, no sentido de apurar a possibilidade de subir ou baixar.

A redução, explica, depende da oferta, ou seja “ se a oferta subir demais e verificar-se que os custos não subiram tanto, faz-se um reajusto até para compensar o cliente, pagando menos”.

Actualmente, em parceria com Banco Mundial, o IRSEA está elaborar novos regulamentos para o sector das Águas, designadamente o regulamento tarifário, da qualidade de serviço e das relações comerciais. O instituto prevê, até ao final do ano, submeter a aprovação destes regulamentos.

Pagar apenas o consumo

Sobre as estimativas na tarifa da água, apontou estar melhor estruturada, por ser fixada dentro dos limites máximos, sobretudo para os clientes desprovidos de contadores.

“Quem estiver numa categoria limitada, de zero a cinco metros cúbicos, sem contador, não pode pagar mais do que cinco metros cúbicos. Quem estiver na categoria de cinco a 10 metros cúbicos não pode pagar mais de 10 metros cúbicos”, exemplificou, admitindo que é feita desta forma para obrigar as empresas de água a instalarem contadores.

Adiantou que só se pode cobrar acima dos limites se a empresa tiver um histórico deste cliente, que prove que este consome acima das quantidades ou já teve antes um contador.

Para o caso de electricidade, Luís Mourão argumentou ser uma questão que tem de ser resolvida, uma vez que todos os clientes estão enquadrados numa categoria tarifaria e potência contratada.

O IRSEA quer que o distribuidor cobre apenas os dias que forneceu a energia eléctrica ao cliente, o que não tem acontecido com os clientes que pagam por estimativa.

“Quando se fica sem energia durante uns dias, o cliente paga o mesmo valor do mês anterior. Queremos alterar este quadro, para que o cliente pague em função dos dias que teve energia no mês.”

8.4 Administração do Huambo dá prioridade ao sector Social

Jornal de Angola

07 De Agosto de 2019

Texto: Estácio Camassete

O PIIM - Programa Integrado de Intervenção nos Municípios prevê, para o Huambo, cerca de nove projectos sociais, em diversos sectores, segundo o administrador João Calão Figueiredo, que apela aos municípios para fiscalizarem as acções da Administração Municipal, de forma a evitar-se erros em determinadas empreitadas.

O município do Huambo, com cerca de 843 mil habitantes, tem previstas no PIIM a requalificação do sistema de água e a construção de uma central térmica na comuna da Calima, reabilitação de 20 pontos de abastecimento de água que estão fora de serviço em diversas áreas do município, bem como a construção de oito salas de aula.

O PIIM, segundo o administrador, contempla ainda a construção e o apetrechamento do Posto Médico da Quissala, arredores da cidade do Huambo, e a reabilitação de outros centros, com a realização de trabalhos de pintura, montagem de enfermarias, construção de wc e salas de serviço.

A construção de um alpendre do PVA - Programa Alargado de Vacinação e a terraplanagem de 15 quilómetros de estrada, nas zonas de Santa Iria e nos bairros do Compão e de Fátima, constam entre os projectos traçados.

As comunas da Chipipa e de Calima vão beneficiar, com a implementação do Programa Integrado de Intervenção nos Municípios, de fornecimento de energia eléctrica e água, um quadro que, segundo João Calão Figueiredo, contribuirá para o surgimento e relançamento dos serviços essenciais à população.

O administrador do Huambo garantiu que serão licenciadas empresas, através de concurso público, para a execução dos projectos constantes do PIIM, que terá, mensalmente, um valor disponível por intermédio de uma quota financeira. Os projectos iniciados ou por iniciar, como por exemplo o de combate à pobreza, explicou, vão ser concluídos, pois, disse João Calão Figueiredo, o PIIM tem características específicas e cada um deles vai dar uma resposta no quadro do objectivo pelo qual foi criado, tendo em conta a obediência e regra de contratação pública, elucidou.

João Calão Figueiredo manifesta-se optimista com a execução do PIIM, por considerar que “é o caminho que pode impulsionar o desenvolvimento da população”, por estar, especificamente, dirigido para as comunidades, permitindo desconcentrar serviços, estando o cidadão mais próximo da administração municipal.

A nível do município do Huambo, está prevista a divulgação do programa nas comunas, sectores, comissões de moradores, autoridades tradicionais e nos bairros para que as pessoas estejam mais esclarecida.

8.5 «Água para todos» chega às famílias do Bita Tanque

Novo Jornal

09 De Agosto de 2019

Autor: Teresa Fukiady

Um sistema de captação, tratamento, transporte e distribuição de água potável foi inaugurado nesta quarta-feira, 07, no bairro Bita Tanque, na comuna da Barra do Kwanza, município de Belas, em Luanda, pelo ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges.

Construído pela Owini, a unidade de projectos de água do grupo israelita Mitrelli, o sistema resulta de um consórcio com o Ministério da Energia e Água (MINEA) e deverá beneficiar cerca de 12 mil famílias. A obra está avaliada em dois milhões de dólares e enquadra-se no programa «Água para Todos». Conta com um reservatório de água tratada, 13 fontenários com quatro torneiras, duas lavandarias com oito pias e três torneiras colocadas em edifícios públicos.

O programa é uma iniciativa governamental lançada em 2007, desenvolvida pelo MINEA. Entre 2017 e 2019, na sua primeira fase, a Owini implementou o projecto em 152 localidades do Uíge, Zaire, Moxico, tunda-Norte e Kwanza-Sul, com um total de 152 milhões USD. Actualmente, outros 62 estão em execução em Malanje, com 12, e Kwando Kubango, com 50, para a segunda fase.

As infraestruturas construídas pela Owini incluem sistemas de captação, tratamento e transporte de água, fontenários, unidades combinadas de chuveiros e lavandarias, tanques de lavagem de roupa e ainda ligações a edifícios públicos. A empresa suporta ainda os custos de operação manutenção dos sistemas durante um ano. A Mitrelli está presente em Angola há mais 20 anos com projectos ligados à electricidade, aquicultura e água.

8.6 Ndalatando com dificuldades na recolha de resíduos sólidos

Jornal de Angola

12 De Agosto, 2019

Texto: André Brandão

Perto de 200 toneladas de resíduos sólidos são produzidos diariamente na cidade e bairros periféricos de Ndalatando, na província do Cuanza-Norte, segundo o chefe de Departamento de Gestão de Resíduos Sólidos do Gabinete Provincial do Ambiente, João José, acrescentando que duas das três empresas de recolha de resíduos sólidos, a IVO Limpa e a DJC, rescindiriam o contrato com o Governo da província, por não cumprimento dos acordos estabelecidos.

Em declarações ao Jornal de Angola, João José considerou que a quantidade de lixo é determinada pela capacidade dos camiões de 18 toneladas que o transportam e pelo número de carregamentos que cada um dos veículos efectua diariamente.

Revelou que, para combater o lixo na cidade de Ndalatando, é importante a mudança de comportamento dos cidadãos, que ainda insistem na deposição dos resíduos sólidos no chão e em locais não indicados, dificultando a tarefa de recolha por parte das empresas contratadas.

Acrescentou que os cidadãos devem pautar por princípios e comportamentos de defesa ambiental e que o Gabinete Provincial do Ambiente tem estado a passar mensagens à população, por via de seminários e palestras, orientando a selecção dos resíduos sólidos de acordo as suas especificidades.

Segundo João José, as administrações municipais, como órgãos que executam as tarefas administrativas, têm a obrigação de criar condições do ponto de vista de acondicionamento e selecção dos diferentes tipos de resíduos sólidos.

A cidade de Ndalatando, acrescentou, não tem ainda um aterro sanitário propriamente dito, pois o que existe é uma lixeira controlada, onde todas as medidas de depósito final dos resíduos sólidos, resultantes das acções de saneamento da localidade, não têm sido cumpridas à risca. Referiu que é urgente trabalhar-se no sentido de se proceder a separação das matérias orgânicos e inorgânicos.

A recolha do lixo no casco urbano da cidade de Ndalatando está agora sob responsabilidade da empresa EBUMAR, actualmente a única vocacionada para este tipo de trabalho.

Actualmente, com um total de 200 contentores espalhados por vários pontos da cidade de Ndalatando e arredores, a operadora, além de recolher os resíduos sólidos, também varre as ruas, capina e efectua trabalhos de limpeza dos sistemas de drenagem.

De referir que foi defendida recentemente a criação de empresas para a destruição dos resíduos hospitalares.

8.7 Periferia do Huambo regista falta de água

Jornal de Angola

12 De Agosto, 2019

Texto: José Castilho

Populares dos bairros Kavongue, Lossambo, Munda, Vinte Sete, arredores da cidade do Huambo, estão a consumir água de rios e cacimbas, o que periga a saúde, com o surgimento de diversas doenças, como as diarreias agudas, vômitos e febre tifóide.

O regedor José Mário Pagador disse ao Jornal de Angola que a maior parte dos moradores de mais de 30 bairros pertencentes à comuna Comandante Vilinga não beneficia, há muito tempo, do fornecimento de água potável, pelo que apelou ao Governo da província do Huambo a encontrar soluções urgentes para o problema.

António Jamba, morador do Kavongue, disse que a falta de água e luz tem provocado enormes transtornos à população dos referidos bairros, apesar de alguns estarem próximo ao Aeroporto Albano Machado e ao centro da cidade do Huambo.

O presidente do Conselho de Administração da Empresa Nacional de Água e Saneamento do Huambo disse que a problemática do fornecimento de água potável a muitos destes bairros está prestes a ser resolvida, com a conclusão das obras de extensão das condutas e ligações domiciliárias nas zonas periféricas da cidade.

O engenheiro Adolfo Elias assegurou estarem em curso projectos para garantir o fornecimento de água a todo o casco urbano e periferia da cidade do Huambo, prevendo-se, depois de concluídos, mais de 90 mil ligações domiciliárias, contra as 33 mil existentes e em funcionamento.

O sistema de pagamento do fornecimento de água, segundo Adolfo Elias, será pré-pago, no casco urbano, e por estimativa em zonas sem contadores

operacionais. As obras de extensão da conduta estão avançadas em noventa por cento.

Os níveis de captação de água da estação do Culimahãla, avançou, estão na base das restrições do fornecimento de água à cidade do Huambo.

Nas aldeias, detalhou Adolfo Elias, o fornecimento de água será a partir de pequenos sistemas de abastecimentos, vulgo chafarizes, que funcionarão através de electro-bombas e placas de painéis solares, cuja responsabilidade de gestão será das administrações municipais, dentro do projecto social “Água para todos” em curso no país.

8.8 Gestão de resíduos sólidos em debate no Cuanza-Sul

Jornal de Angola

12 De Agosto, 2019

Texto: Casimiro José

A Organização Não-Governamental World Vision, em parceria com as instituições dedicadas à captura de pescado e que lidam com a temática ambiental, promoveu, na cidade de Porto Amboim, província do Cuanza-Sul, um encontro que debateu as responsabilidades de todos os sectores da sociedade sobre a gestão dos resíduos sólidos.

O encontro foi patrocinado pela petrolífera Total e contou com a presença de autoridades administrativas do município de Porto Amboim, quadros e técnicos das repartições municipais da Saúde e Ambiente, responsáveis das cooperativas de pesca que operam na circunscrição municipal, mulheres processadoras de pescado e outros convidados.

Durante os debates foram abordados temas ligados às consequências e situação do lixo nos locais de processamento do pescado, dados estatísticos de doenças causadas pelo lixo, planos e desafios dos embaixadores ambientais, formados no âmbito do projecto implementado pela World Vision e sobre os apoios necessários para a preservação do ambiente na orla marítima.

O encontro submeteu aos participantes as medidas tendentes a reduzir o impacto ambiental quanto ao manuseio de resíduos sólidos, tendo os participantes considerado urgente a tomada de consciência das populações, bem como a execução pela administração do município de programas sobre o abastecimento de água potável, tratamento de esgotos, controlo de vectores, saneamento do meio e dos transportes para se evitar a propagação de

doenças como a malária, cólera, dengue, febre tifóide, infecções da pele e outras enfermidades.

A disposição de contentores de lixo, a realização de campanhas de sensibilização nas comunidades sobre o perigo do lixo e a construção de latrinas foram, entre outras, as conclusões saídas dos debates.

A coordenadora dos projectos de desenvolvimento da World Vision em Porto Amboim, Ilda Chyio Nassenda, adiantou que o projecto de gestão ambiental resultou da análise da situação ligada aos restos de vísceras do pescado, que constituiu preocupação nos locais de processamento de peixe.

“O processamento do pescado pelas mulheres empreendedoras de Porto Amboim começou a gerar lixo ambiental, razão pela qual pensamos introduzir um novo projecto capaz de contrapor o impacto negativo sobre o ambiente”, disse, tendo reconhecido que com a implementação das medidas de gestão de resíduos sólidos a orla marítima apresenta-se fora do perigo ambiental.

8.9 Gestão de resíduos sólidos em debate no Cuanza-Sul

Jornal de Angola

12 De Agosto, 2019

Texto: Casimiro José

A Organização Não-Governamental World Vision, em parceria com as instituições dedicadas à captura de pescado e que lidam com a temática ambiental, promoveu, na cidade de Porto Amboim, província do Cuanza-Sul, um encontro que debateu as responsabilidades de todos os sectores da sociedade sobre a gestão dos resíduos sólidos.

O encontro foi patrocinado pela petrolífera Total e contou com a presença de autoridades administrativas do município de Porto Amboim, quadros e técnicos das repartições municipais da Saúde e Ambiente, responsáveis das cooperativas de pesca que operam na circunscrição municipal, mulheres processadoras de pescado e outros convidados.

Durante os debates foram abordados temas ligados às consequências e situação do lixo nos locais de processamento do pescado, dados estatísticos de doenças causadas pelo lixo, planos e desafios dos embaixadores ambientais, formados no âmbito do projecto implementado pela World Vision e sobre os apoios necessários para a preservação do ambiente na orla marítima.

O encontro submeteu aos participantes as medidas tendentes a reduzir o impacto ambiental quanto ao manuseio de resíduos sólidos, tendo os participantes considerado urgente a tomada de consciência das populações, bem como a execução pela administração do município de programas sobre o abastecimento de água potável, tratamento de esgotos, controlo de vectores, saneamento do meio e dos transportes para se evitar a propagação de doenças como a malária, cólera, dengue, febre tifóide, infecções da pele e outras enfermidades.

A disposição de contentores de lixo, a realização de campanhas de sensibilização nas comunidades sobre o perigo do lixo e a construção de latrinas foram, entre outras, as conclusões saídas dos debates.

A coordenadora dos projectos de desenvolvimento da World Vision em Porto Amboim, Ilda Chyio Nassenda, adiantou que o projecto de gestão ambiental resultou da análise da situação ligada aos restos de vísceras do pescado, que constitui preocupação nos locais de processamento de peixe.

“O processamento do pescado pelas mulheres empreendedoras de Porto Amboim começou a gerar lixo ambiental, razão pela qual pensamos introduzir um novo projecto capaz de contrapor o impacto negativo sobre o ambiente”, disse, tendo reconhecido que com a implementação das medidas de gestão de resíduos sólidos a orla marítima apresenta-se fora do perigo ambiental.

8.10 Mbanza Kongo reforça abastecimento de água

Jornal de Angola

15 De Agosto de 2019

Texto: Victor Mayala

O novo sistema de abastecimento de água potável à cidade de Mbanza Kongo e bairros periféricos, instalado no rio Lueji, está, desde a semana finda, a ser ensaiado e entra em pleno funcionamento no próximo mês de Setembro.

Uma nota da Empresa Provincial de Águas e Saneamento do Zaire indica que, com vista a abranger todos os clientes da rede pública, decorre, desde segunda-feira até ao dia 27 de Outubro, uma promoção de preços na celebração de contratos de consumo de água.

A nota avança que os clientes abrangidos na categoria de comércio e serviços devem pagar 5.500,00 (cinco mil e quinhentos kwanzas), ao passo que a categoria doméstica/social está no valor de 3.000,00 (três mil).

A Empresa Provincial de Águas e Saneamento do Zaire alerta que apenas serão abastecidos os que tiverem contratos.

O documento acrescenta que o material instalado ou a instalar nas residências dos consumidores (caixa de betão, tampa, válvula magnética, contador, torneira, tubo e acessórios) é da inteira responsabilidade dos clientes, caso venha a ser vandalizado ou roubado.

Com a entrada em funcionamento da nova Estação de Captação e Distribuição de Água (ETA), a capacidade de abastecimento de água potável aos habitantes da cidade de Mbanza Kongo e bairros periféricos aumenta de 110 para 1050 metros cúbicos por hora.

A capacidade de armazenamento do novo sistema de água passa de 450 para três mil litros de água, repartidos em um reservatório elevado de mil litros e outro de dois mil. Em termos globais, o novo sistema de água tem capacidade de tratamento de 1000 metros cúbicos.

A rede de distribuição de água à cidade de Mbanza Kongo é composta por um ramal de 95,5 quilómetros de extensão, além das condutas adutoras que asseguram o transporte de água até a ETA, sendo uma com 1,9 quilómetros e outra com dez.

Até ao momento, foram já montadas cinco mil torneiras e os respectivos contadores em vários bairros da cidade Património da Humanidade. O projecto prevê efectuar 15 mil ligações domiciliárias no casco urbano e suburbano.

O propósito das autoridades governamentais é garantir o abastecimento de água potável aos habitantes, em quantidade e qualidade, para se evitar doenças que podem ser provocadas pelo consumo de água imprópria.

Cuito com mais ligações domiciliares

A segunda fase do projecto de reforço do abastecimento de água à cidade do Cuito foi lançada recentemente, com a construção de um novo sistema de captação, tratamento e distribuição, a partir do rio Cuquema.

O novo sistema, com capacidade para bombear 648 metros cúbicos por hora, vai fornecer água potável aos bairros periféricos e reforçar os actuais sistemas, cuja produção é insuficiente para atender toda a cidade do Cuito.

O director do Gabinete Provincial de Serviços Técnicos e Infra-estruturas, Abel Guerra, referiu que já foram instaladas 1.500 ligações domiciliares nos

bairros Militar, Jele, Azul 1 e 2. “As obras estão bastante avançadas e já foram efectuados alguns ensaios ao nível da bombagem de água bruta para a zona de tratamento, estando a empresa chinesa contratada a trabalhar na instalação de equipamentos electromecânicos”, afirmou.

“Com a conclusão deste projecto, ainda este ano, entre os meses de Outubro e Novembro, podemos injectar água para as cinco mil ligações, previamente contempladas na obra”, sublinhou.

Abel Guerra adiantou que recentemente foi aprovado um outro projecto, no quadro do programa de desenvolvimento do sector das águas, numa parceria com o Banco Mundial, onde estão previstas outras cinco mil ligações domiciliárias, cuja empreitada começa ainda este ano.

8.11 Empresas da energia e águas estão de fora

Jornal de Angola

17 De Agosto de 2019

Texto: Leonel Kassana

O Programa de Privatizações (Propriv), apresentado durante a semana pelo Governo, em Luanda, deixou de fora as empresas do sector da Energia e Águas, algo que causa apreensões na Empresa Nacional de Construções Eléctricas (Encel), uma companhia de capitais públicos onde o processo de passagem de mãos “está tecnicamente concluído”, soube o *Jornal de Angola*.

O director-geral da Encel declarou, contactado pela nossa reportagem, não conhecer as razões da manutenção dessas empresas na esfera do Estado ao longo deste processo em que o Estado alistou 195 empresas para a privatização, assumida como uma grande aposta no quadro das reformas económicas em curso no país.

Daniel Simas indicou que, no caso da Encel, empresa ligada à construção de instalações eléctricas, o processo para a privatização “está concluído”, depois da empresa de consultoria KPMG, seleccionada num concurso limitado, ter feito uma avaliação patrimonial e terem sido vistas as propostas de interesses de várias entidades privadas interessadas.

A explicação pode residir em que a lista das privatizações pode não estar ainda completa, disse Daniel Simas que, sem avançar o valor actual da Encel, algo remeteu à comissão de negociações, referiu que tem um património “considerável”, traduzido em infra-estruturas, instalações fabris,

armazéns e algum equipamento incorporado na actividade normal da empresa.

“Temos um património razoável, mas a empresa precisa de captar investimentos importantes para a actualização tecnológica de algumas das suas áreas, pois o resto, o mercado irá se encarregar de gerir”, sublinhou.

Menos oportunidades

Afirmou que a Encel aguarda pela privatização há 28 anos, um período em que aumentou a concorrência, com a abertura do mercado. “Há 10 ou 15 anos, havia talvez três empresas como a Encel no mercado, contra 50 actualmente”, adiantou, notando que a maioria dos investimentos da empresa em curso são feitos com uma linha de financiamento da China, onde as empresas nacionais são muitas vezes preteridas.

Daniel Simas lamentou o facto de, para as obras realizadas em 2018, em Luanda, Benguela e Cabinda, totalizando 800 milhões de dólares (cifra de um Conselho Consultivo do Ministério da Energia e Águas realizado em Luanda), a Encel não ter sido convidada, apesar de uma presença sólida há vários anos.

A falta de investimentos na Encel tem reflexos significativos na facturação da empresa, que, de 800 milhões de kwanzas, em 2010, caiu para 300 milhões, no ano passado.

Na Encel, segundo o director-geral, uma privatização manteria garantidos os direitos dos trabalhadores, ao contrário do que acontece agora, quando a empresa deixou de receber investimentos intensivos do Estado, dificultando a manutenção dos equipamentos de produção em funcionamento.

8.12 Moradores pedem obras na vala de drenagem

Jornal de Angola

20 De Agosto, 2019

Texto: Bernardo Capita

A população que reside na zona do Chimpindi, no bairro comandante Gika, na cidade de Cabinda, está preocupada com os eventuais estragos que as chuvas poderão causar às suas casas, devido à paralisação das obras de construção da vala de drenagem de águas pluviais, informou o coordenador do referido bairro.

Francisco Tati, que falava à reportagem do *Jornal de Angola*, no termo da visita que o governador Marcos Nhunga efectuou à localidade, para constatar a

gravidade da situação, disse que os moradores estão muito preocupados com a interrupção dos trabalhos, na medida em que a água da chuva, ao não ter o curso fluido, poderá transbordar da vala e inundar as casas situadas na zona baixa, incluindo o Aeroporto Maria Mambo Café.

O secretário provincial da Construção e Obras Públicas, Paulo Luvambano, disse que as obras estão paralisadas desde 2017, devido à falta de cumprimento de procedimentos jurídico-legais junto do Tribunal de Contas.

O projecto, acrescentou, inclui também a construção de duas vias nas laterais da vala, para facilitar o acesso de moradores ao interior do bairro, bem como as operações de manutenção, em caso de assoreamento.

Paulo Luvambano não avançou uma data para o início das obras, mas deixou bem claro que os trabalhos podem ser concluídos em breve e que esforços estão a ser envidados pelo governo da província para se ultrapassar todos os constrangimentos junto do Tribunal de Contas. “Já estamos a finalizar os procedimentos jurídicos junto do Tribunal de Contas e, brevemente, vamos retomar as obras de construção da vala e de outras ligadas ao projecto de infra-estruturas integradas da cidade de Cabinda fase 1 e 2”, sublinhou.

O projecto de estabilização das encostas do morro do Tchizo, ainda de acordo com Paulo Luvambano, engloba um subprojecto, que é o de construção de 12 mil fogos habitacionais na localidade de Zongolo. Na primeira fase, deverão ser erguidas três mil casas, para realojar os moradores que estão no perímetro do projecto.

8.13 Ambientalista alerta para o perigo de amontoados de lixo

Jornal de Angola

21 De Agosto, 2019

Texto: Nicodemos Paulo

A acumulação de lixo e a morosidade da recolha estão a provocar, na cidade do Uíge, a proliferação de doenças, poluição do ar e desconforto devido ao cheiro nauseabundo, disse ao Jornal de Angola o engenheiro ambiental Mendes Lisboa.

O ambientalista sublinhou que, para se inverter o quadro, é preciso respeitar as regras e critérios básicos previstos na Política Nacional do Ambiente, que passam pela rapidez na recolha, reciclagem e reutilização de resíduos sólidos.

“Lamentavelmente aqui no Uíge é fácil perceber que não estão a ser observadas as medidas previstas pelo Ministério do Ambiente na gestão integral de resíduos. Se tivermos em conta os amontoados de lixo, papéis, vidros, plásticos, até mesmo substâncias tóxicas são atiradas em qualquer lugar. Coloca-se tudo no mesmo contentor e depois queimam, aumentando ainda mais os danos ambientais”, advertiu. O ambientalista afirmou que grande parte do lixo urbano é papel e plástico, elementos facilmente recicláveis, o que tornaria simples o trabalho das empresas responsáveis pelo saneamento da cidade. “É necessário instruir a população para separar o lixo a partir de casa e colocá-lo em contentores específicos, para possibilitar a reciclagem ou a reutilização”.

O Uíge, de acordo com o ambientalista, precisa de um aterro sanitário, onde os resíduos deveriam ser depositados e tratados, obedecendo os critérios científicos e não incinerá-los a céu aberto, como se faz nos arredores da cidade.

8.14 Ambientalista alerta para o perigo de amontoados de lixo

Jornal de Angola

21 De Agosto, 2019

Texto: Nicodemos Paulo

A acumulação de lixo e a morosidade da recolha estão a provocar, na cidade do Uíge, a proliferação de doenças, poluição do ar e desconforto devido ao cheiro nauseabundo, disse ao Jornal de Angola o engenheiro ambiental Mendes Lisboa.

O ambientalista sublinhou que, para se inverter o quadro, é preciso respeitar as regras e critérios básicos previstos na Política Nacional do Ambiente, que passam pela rapidez na recolha, reciclagem e reutilização de resíduos sólidos.

“Lamentavelmente aqui no Uíge é fácil perceber que não estão a ser observadas as medidas previstas pelo Ministério do Ambiente na gestão integral de resíduos. Se tivermos em conta os amontoados de lixo, papéis, vidros, plásticos, até mesmo substâncias tóxicas são atiradas em qualquer lugar. Coloca-se tudo no mesmo contentor e depois queimam, aumentando ainda mais os danos ambientais”, advertiu. O ambientalista afirmou que grande parte do lixo urbano é papel e plástico, elementos facilmente recicláveis, o que tornaria simples o trabalho das empresas responsáveis pelo saneamento da cidade. “É necessário instruir a população para separar o lixo a partir de casa e colocá-lo em

contentores específicos, para possibilitar a reciclagem ou a reutilização”.

O Uíge, de acordo com o ambientalista, precisa de um aterro sanitário, onde os resíduos deveriam ser depositados e tratados, obedecendo os critérios científicos e não incinerá-los a céu aberto, como se faz nos arredores da cidade.

9. AMBIENTE

9.1 Atraso no licenciamento estimula o corte ilegal da madeira

Jornal de Angola

01 De Agosto, 2019

Texto: Carlos Paulino

O atraso na atribuição das licenças de exploração de madeira contribuiu para o aumento do “garimpo” (corte ilegal) no Cuando Cubango, segundo declarações ao Jornal de Angola do presidente da Associação dos Madeireiros daquela província do sudeste de Angola.

Joaquim Santana referiu que, enquanto aguardam pela emissão das licenças de exploração e com o aproximar do fim campanha florestal em Outubro, muitos madeireiros iniciaram o corte ilegal e desordenado de espécies de madeira como o girassonde e o mussivi. Em Agosto do ano passado, a exploração do Mussivi e do Pau-Rosa foi proibida por um período de dois anos.

“Os madeireiros estão à espera das licenças de exploração desde o mês de Maio e as pessoas começam a ficar desesperadas devido ao curto tempo que resta para o fim da campanha”, acentuou.

“Não podemos continuar a viver esta situação todos os anos, no país”, lamentou Joaquim Santana, notando que apesar da campanha florestal iniciar em Maio, os madeireiros só recebem as licenças de exploração quando estiverem a faltar dois ou três meses para o seu fim”.

Disse que, para se combater o “garimpo”, os madeireiros devem estar em actividade porque, de contrário, não será possível descobrir e denunciar ao Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) as pessoas que se dedicam a ao corte ilegal da madeira na vasta floresta do Cuando Cubango.

O presidente da Associação dos Madeireiros considerou que a situação tem sérias implicações sobre o desenvolvimento socioeconómico do Cuando Cubango, com a perda de significativas receitas de exploração e venda da madeira.

Registo de empresas

Joaquim Santana mostrou-se preocupado com a “falta de transparência” na avaliação ou cadastro das empresas do Cuando Cubango para a exploração, este ano, dos 15 mil metros cúbicos de madeira do tipo girassonde, um processo em que, de 75, foram

avaliadas apenas 46 nos municípios de Menongue, Cuchi e Cuito Cuanavale.

Deplorou o facto de os técnicos do IDF idos de Luanda para fazerem a avaliação das empresas não se terem deslocado aos municípios de Cuangar, Calai e Dirico, na fronteira com a Namíbia, que detêm o maior potencial do girassonde, madeira exportada, principalmente, para a África do Sul, Estados Unidos e Alemanha.

Joaquim Santana defendeu a criação, pela Administração Geral Tributária (AGT) e IDF, de condições que permitam aos madeireiros tratar documentos de exportação a partir dos postos fronteiriços dos municípios do Cuangar, Calai e Dirico, sublinhando que a madeira do Cuando Cubango é considerada “exótica” no mercado internacional, para o fabrico de mobiliário caro.

O responsável dos madeireiros lamentou o atraso do leilão da madeira apreendida pelo IDF por extracção ilegal, referindo que os fundos poderiam servir para a aquisição de meios para melhorar a fiscalização e o repovoamento.

9.2 Atraso na atribuição das licenças faz aumentar garimpo da madeira

Economia & Finanças

02 De Agosto de 2019

Texto: Carlos Paulino

O atraso na atribuição das licenças de exploração de madeira tem estado a contribuir negativamente para o aumento do garimpo na região Sudeste de Angola, disse recentemente, em Menongue, o presidente da Associação dos Madeireiros do Cuando Cubango (AMCC), Joaquim Gaspar Santana.

À título de exemplo, revelou, está acontecer neste momento que os madeireiros estão à espera das licenças de exploração desde o mês de Maio, mas por causa do tempo curto que resta da campanha florestal que termina em Outubro, muitas pessoas já estão nas matas a fazer o corte ilegalmente e desordenado do girassonde e até do mussivi que a sua exploração está proibida a nível do país.

“Não podemos continuar a viver esta situação todos os anos, em que a campanha florestal é aberta oficialmente no mês de Maio, mas. Os madeireiros só recebem as licenças de exploração da madeira quando estiver a faltar dois ou três meses para o seu término”, lamentou.

Segundo Joaquim Gaspar Santa, a atribuição das licenças aos madeireiros no mesmo mês em que é aberta a campanha floresta I iria contribuir para desencorajar o garimpo da exploração da madeira no Cuando Cubango e em outras províncias do país.

O presidente da AMCC apelou por este facto ao Ministério da Agricultura e Florestas a rever esta situação o mais rápido possível, porque tem estado a dificultar a actividade dos madeireiros.

Preocupação

Segundo Joaquim Santana, esta situação não complica só os madeireiros, mas também o desenvolvimento sócio-económica do Cuando Cubango, tendo em vista que a exploração e venda da madeira permite à província arrecadar muitas receitas que vão servir para a implementação de diversos projectos ou programas que visam o bem-estar das populações.

Defendeu a necessidade de se reorganizar o sector florestal, partindo do diálogo com os madeireiros a nível do país.

Acrescentou que outra situação que também contribui para o aumento do garimpo da madeira é o facto do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) na província contar com um número bastante reduzido de funcionários e a falta de meios de transporte a todo o terreno para a fiscalização da actividade na região.

Cadastramento das empresas

Outra preocupação da AMCC é a falta transparência que não houve na avaliação ou cadastramento das empresas na província para a exploração dos 15 mil metros cúbicos de madeira este ano do tipo girassonde, tendo em vista que das 75 empresas foram avaliadas apenas 46 nos municípios de Menongue, Cuchi e Cuito Cuanavale.

Salientou que os técnicos do IDF vindos de Luanda que efectuaram a referida avaliação das empresas no mês de Maio "nem sequer se deslocaram para os municípios fronteiriços do Cuangar, Calai e Dirico" que contam também com um bom número de empresas de exploração da madeira.

"Não sabemos quais os métodos usados para avaliar as empresas e o mais agravante, é que os municípios do Cuangar, Calai e Dirico que contam com maior potencial do girassonde os técnicos do IDF não trabalharam nestas localidades para cadastrar as empresas", frisou.

Realçou que urge neste momento a necessidade do IDF e a Administração Geral Tributária (AGT)

criarem condições para que os madeireiros possam a partir dos postos fronteiriços dos municípios do Cuangar, Calai e Dirico tratarem documentos para a exportação da madeira para o exterior do país.

Sublinhou que a madeira do tipo girassonde é exportada principalmente para os países da África do Sul, Estados Unidos da América (EUA) e Alemanha.

A madeira explorada no país e em particular no Cuando Cubango é considerada exótica no mercado internacional para o fabrico de mobiliário caro.

9.3 Fome leva crianças a abandonar a escola no município do Cuangar

Jornal de Angola

02 De Agosto, 2019

Texto: Lourenço Bule

Centenas de crianças em idade escolar no município do Cuangar, província do Cuando Cubango, estão a deixar de ir à escola para acompanhar os pais nas matas, à procura de frutas silvestres, raízes e tubérculos, devido a penúria alimentar que se regista na localidade.

A informação foi avançada ao Jornal de Angola pela administradora municipal do Cuangar, Carla Cativa, acrescentando que muitas famílias foram obrigadas a abandonar a circunscrição para se refugiar na República da Namíbia, devido a seca severa que deixou a maior parte da população sem ter o que comer.

De acordo com a administradora municipal, a seca está a afectar, principalmente, as localidades do interior do município do Cuangar, onde não está a ser implementado o programa de merenda escolar. "Na sede municipal do Cuangar não temos registo de crianças que estão a desistir da escola, mas sim nas localidades do interior do município, onde existem escolas que não beneficiam do programa de merenda escolar e os pais ou encarregados de educação não têm como alimentar os filhos, devido a estiagem", disse. Carla Cativa disse que no presente ano lectivo foram matriculados 12.015 alunos, da primeira à 9ª classe, que estudam em 15 escolas, asseguradas por 248 professores.

Fez saber que actualmente a Administração Municipal do Cuangar tem o registo de 875 crianças fora do sistema de ensino, por falta de professores e escolas. Acrescentou que o Cuangar prevê ganhar ainda este ano duas escolas de seis salas de aula cada.

Transumância

Carla Cativa disse que mais de dez mil cabeças de gado, provenientes de Namacunde, província do Cunene, e do Rundu (Namíbia), estão a emigrar para a região do Cuangar, em busca de água nos rios Cubango e Cuatir. Salientou que a transumância é um fenómeno que pode acarretar inúmeras situações, como a febre afectosa, apesar de ainda não existir registo de casos do género.

Acrescentou que é necessário fazer-se um cadastramento da população animal, para um maior controlo. Carla Cativa apontou como medidas para mitigar os efeitos da transumância o rastreio e cadastramento dos animais, visto que não se sabe em que condições de saúde chegam ao Cuangar, tudo porque a fronteira é bastante extensa e há um número bastante reduzido de técnicos veterinários.

O município do Cuangar conta com 48 enfermeiros e dois médicos de nacionalidade angolana, para prestar assistência médica e medicamentosa aos mais de 30 mil habitantes da referida localidade, muitos dos quais obrigados a recorrer à Namíbia onde pagam valores avultados. “Esperamos que o problema da falta de técnicos de saúde a nível do município, com realce para a classe de médicos, possa ser resolvido nos próximos concursos públicos”, disse a administradora.

Segundo a administradora do Cuangar, mensalmente são distribuídos medicamentos às unidades sanitárias da circunscrição.

Salientou que o município do Cuangar conta com oito unidades sanitárias, sendo cinco postos de saúde, dois centros médicos e um hospital municipal, assegurados por 48 enfermeiros e dois médicos de clínica geral. “Precisamos especialistas que possam dar resposta às áreas de maternidade, pediatria, tuberculose, lepra, malária e outras doenças infecciosas”.

Carla Cativa acrescentou que este ano foram notificados dez casos de lepra na comuna do Savate, mas, devido a falta de técnicos especializados, os doentes foram transferidos para a cidade de Menongue.

Segundo a administradora, a população tem tido inúmeros problemas na transportação de pacientes do município do Cuangar (Quando Cubango) para a região do Rundu (Kavango Este) na Namíbia, visto que até ao momento há limitações no que tange à emissão de passes de travessia, que abrangem apenas 60 quilómetros de distância e as unidades sanitárias do país vizinho estarem localizados a mais de 80

quilómetros. A administradora Carla Cativa disse que a falta de infra-estruturas rodoviárias no Cuangar tem dificultado o desenvolvimento socioeconómico da referida região, onde a população tem encontrado inúmeras dificuldades para efectuar as trocas comerciais e o escoamento de produtos agrícolas do campo para a cidade.

“O limite implementado actualmente nos passes de travessia tem criado inúmeros transtornos aos municípios do Cuangar, visto que os mesmos deslocam-se sempre até a região do Kavango Este, em busca de bens e serviços, para a melhoria das suas condições de vida”, disse a administradora.

Carla Cativa defende a construção de uma ponte, para ligar por terra a região do Kavango Este ao município do Cuangar, para mitigar o grau de dificuldades que as populações atravessam ao deslocar-se em busca de assistência médica e medicamentosa. Salientou que a conclusão da estrada internacional, que liga por estrada a província do Cuando Cubango (Angola) com a região do Kavango Oeste (Namíbia), vai incentivar o desenvolvimento económico e social do município do Cuangar.

“Almejamos que a referida infra-estrutura rodoviária possa ser concluída, ainda este ano, para que, em curto prazo, possamos alcançar índices de desenvolvimento consideráveis e que a população deixe de ter a falta de quase tudo para sobreviver”, concluiu.

9.4 Calemas causam danos a várias embarcações

Jornal de Angola

06 De Agosto de 2019

Texto: Maiomona Artur e Manuela Gomes

Mais de 20 embarcações da cooperativa Kilamba-Kíaxi, no Bairro dos Pescadores, no município de Cacucaco, foram ontem destruídas pelas calemas, que se registam na costa marítima nos últimos três dias.

O pescador Manuel Fernandes esclareceu que a maior das embarcações ficaram totalmente danificadas e diz ter observado com alguma preocupação a agitação do mar, onde as ondas atingiram quase tudo que se encontrava nas proximidades.

De acordo com o pescador, as calemas destruíram várias bancadas de vendedoras que comercializam peixe no mercado do Mundial e tarimba para a seca

de pescado, além de terem arrastado grandes quantidades de lixo.

“O fenómeno registado nestes três últimos dias criou pânico na população em função da agitação do mar. A maioria dos pescadores foi obrigada a retirar as embarcações da água e colocá-las em terra”, conta o pescador.

Com a agitação do mar, Manuel Fernando disse ter perdido três embarcações, duas das quais podem ser reparadas, mas que vão requerer gastos avultados para poderem voltar a funcionar com normalidade.

António Sebastião, também pescador, explicou que, quando o mar começou a ficar bravo, se encontrava perto da costa e, de imediato, foi surpreendido por ondas gigantes que, inclusive, empurraram, com violência, algumas chatas contra a terra.

No caso dos pescadores que estavam nas embarcações com dois motores, António Sebastião contou que felizmente conseguiram agarrar-se à rede e ao motor, mas os que circulavam com chatas de apenas um motor foram auxiliados pelos colegas.

António Sebastião lembrou que o vento e as ondas chegaram a atingir dois metros de altura, o que complicou, significativamente, a vida dos pescadores e as embarcações artesanais. Em consequência disso, continuou, houve colegas que ficaram feridos e que foram socorridos no Hospital Municipal de Cacucaco, mas já receberam alta.

António Sebastião lamentou o facto de muitos pescadores perderem as suas embarcações e não têm condições de voltar a trabalhar.

Há mais de cinco anos que se faz ao mar, disse o pescador que apontou as dificuldades que passam, desde a falta de redes, anzóis e infra-estruturas dignas, situação que contribuiu para a fraca captura do pescado no Bairro dos Pescadores.

Hoje haverá agitação das águas com maré alta

As populações residentes próximo à orla marítima devem manter-se longe quanto possível do mar, para evitar que o pior aconteça, visto que hoje está prevista agitação das águas, com duas marés altas, disse ontem, em Luanda, fonte do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, que cita dados do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (Inamet).

O litoral do país regista hoje duas marés altas, sendo a primeira com início às primeiras horas da manhã, que poderá atingir uma altura de 1.60 metros e a segunda, a partir das 20h07, com 1.50 metros de

altura e vai durar até às 2 horas de amanhã, aproximadamente.

Todo o litoral angolano registou ontem um aumento das ondas do mar que atingiram níveis até 1.60 e 1.70 metros de altura, respectivamente, segundo o Inamet.

Em entrevista ao Jornal de Angola, o porta-voz do Serviço de Protecção e Bombeiros, salientou que desde o registo das calemas no país as províncias de Benguela, Cuanza-Sul, Luanda e Bengo são as que registaram o fenómeno com maior intensidade.

Desde o início do fenómeno não há registo de vítima mortal, disse Faustino Minguês que aconselha os habitantes da zona litoral e não só, em particular os pescadores, a não se fazerem ao mar, enquanto a situação durar e aos proprietários de bares e restaurantes a estarem em constante alerta com os níveis do mar.

“Ainda não estamos na época balnear, mas alertamos a população para se manter atenta quando se aproximar do litoral, pois todo o cuidado é pouco. O que acontece muitas vezes, é que as pessoas são surpreendidas, particularmente os pescadores, no momento do exercício das suas actividades”, alertou Faustino Minguês.

9.5 BFA disponibiliza 2 milhões USD para mitigar efeitos da seca

Jornal Manchete

22 De Agosto de 2019

Dois milhões USD foram disponibilizados pelo Banco de Fomento Angola (BFA) para financiar o projecto "Mais água, Mais Vida", de apoio às vítimas da seca no município de Ombadja, província do Cunene.

O valor faz parte de um acordo assinado em Ombadja, entre BFA, governo do Cunene e o UNICEF. Beneficiará duas mil e 400 famílias afectadas pela seca, facilitando o acesso a água, saneamento, educação e saúde.

Na ocasião, o presidente da Comissão Executivo do BFA, Jorge Ferreira, disse que o acordo assinado da disponibilização dos valores é uma iniciativa de colaboração com o governo local em acções de emergência e concretas para ajudar às vítimas da seca no município.

Explicou que o projecto "Mais água, Mais vida" contribuirá para a criação de vários serviços desde o acesso à água potável, saúde, educação, reabilitação de 15 furos de água, bem como a melhoria das

condições sociais em 15 escolas para o retorno das crianças as aulas. Já o representante do UNICEF em Angola, Abubacar

Soltan, informou que esta parceria constitui uma importante acção que contribuirá para a redução do sofrimento das populações mais afectadas pela seca, em particular as mulheres e crianças.

Por seu turno, a vice-governadora para o sector político, social e económico no Cunene, Suraya Mateus Kalongela, agradeceu a iniciativa do BFA e do UNICEF, para implementação do projecto "Mais água mais Vida" que vai garantir melhores condições de vida das famílias afectadas na região.

9.6 Oito em cada 10 pessoas no Cunene sofrem com a insegurança alimentar

Novo Jornal

23 De Agosto de 2019

A insegurança alimentar (falta de disponibilidade e o acesso das pessoas aos alimentos) afecta cerca de 857 mil pessoas na província do Cunene, de acordo com os dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Se se tiver em conta a população daquela província, estimada no último censo (1.121.748), o número de pessoas afectadas pela fome (857 mil) representa mais de 76% da população. Por outras palavras, oito em cada 10 pessoas naquela região sofre com a insegurança alimentar, devido à situação da seca.

O mesmo cenário verifica-se nas províncias do Namibe, Huíla e Bié, onde juntamente com Cunene - a seca já afectou cerca de 2,3 milhões de pessoas, entre elas 491 mil crianças com menos de cinco anos.

Na passada terça-feira, 20, o UNICEF efectuou a entrega de três contentores de bens, como produtos para a reabilitação nutricional de crianças, água e saneamento e «kits de dignidade» para mulheres, com o propósito de reduzir o impacto da seca na província do Cunene, a mais afectada.

A entrega da doação, avaliada em 160 mil dólares, foi feita pelo representante daquela organização em Angola, Abubacar Sultan. Os produtos, a serem entregues também nas províncias da Huíla, Bié e Namibe, são financiados pelo Fundo Central de Resposta de Emergência das Nações Unidas (CERF), que conta com a participação de outras agências das Nações Unidas, como o Fundo das populações (FNUAP), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e

a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

A contribuição do UNICEF enquadra-se no programa de apoio ao governo do Cunene, assinado este ano, que inclui a implementação de intervenções diversas, com destaque para o fornecimento de água.

BFA ajuda com mais dois milhões de dólares

Na segunda-feira, 19, o governo da província do Cunene, o Banco de Fomento Angola (BFA) e o UNICEF assinaram um acordo para a implementação do projecto Mais Água, Mais Vida, para apoiar as vítimas da seca no município de Ombadja. O projecto está avaliado em dois milhões de dólares, que foram disponibilizados pelo BFA, e beneficiará mais de duas mil famílias afectadas pela seca.

Segundo os signatários do acordo, pretende-se com este gesto contribuir para a criação de vários serviços naquela província, que possam reduzir o impacto da seca, como o acesso à água potável, à saúde, à educação, reabilitação de furos de água, bem como melhorar as condições sociais em 15 escolas.

O governo da província do Cunene recebeu de ajuda, até ao momento, 997 mil toneladas de bens alimentares para acudir à situação de seca que assola a região.

9.7 Seca mata milhares de cabeças de gado

Jornal de Angola

25 De Agosto, 2019

Texto: Elautério Silipuleni

A falta de água e de pasto para os animais, em consequência da seca prolongada que assola a província do Cunene, desde Outubro do ano passado, já provocou a morte de mais de 30 mil cabeças de gado, informou, em Ondjiva, o vice-governador para o sector Técnico e Infra-estruturas.

Édio Saumbwako disse que a situação é desoladora para os criadores locais, que têm o gado como fonte de rendimento e neste momento a seca constitui preocupação do Governo Provincial e do Executivo.

De acordo com o governante, a morte de 30 mil cabeças de gado representa a perda de mais de quatro mil milhões de kwanzas.

Devido a problemática da seca no Cunene, acrescentou, muitos criadores são forçados a vender os animais a preço baixo. Segundo o vice-governador,

para salvar o gado mais fragilizado, o Ministério da Agricultura e Florestas está a comprar bois para a criação e para o matadouro.

Édio Saumbwako salientou que a seca no Cunene é problema cíclico, cuja solução definitiva passa pela construção de canais abertos junto dos rios que circundam à província, de modo que as populações nas zonas rurais deixem de depender unicamente das chuvas para a agricultura, consumo humano e para os animais.

De acordo com Édio Saumbwako, devido a escassez de água no Cunene, os homens e animais partilham o mesmo bebedouro, correndo o risco de contrair várias doenças. A par da morte de animais, a seca comprometeu a presente campanha agrícola na província, que previa colher 180 mil toneladas de cereais diversos e afectou 175 mil famílias, totalizando 880.172 pessoas. No âmbito do Plano de Emergência contra a Fome, a província do Cunene tem vindo a receber milhares de toneladas de bens de primeira necessidade, mas ainda precisa-se de mais, com destaque para o massango, milho e massambala, para apoiar a população durante um ano.

9.8 Governo vai investir usd 60 milhões em estações meteorológicas

Jornal Economia e Finanças
30 De Agosto de 2019
Texto: António Eugénio

O Executivo angolano, através do Instituto Nacional de Meteorologia (INAMET), vai investir 60 milhões de dólares para a instalar 72 estações meteorológica e três rádio sondas, até 2021 em todo o país.

Segundo anunciou, em Luanda, o director-geral da instituição pública, Domingos Nascimento, que falava à imprensa, durante o 23º Fórum Regional do Clima da África Austral (SAR-COF), evento que se realiza anualmente e que reúne especialistas em previsão climática, com este projecto, Angola saíra a ganhar,

No encontro realizado sob o lema "Compreender o sistema terrestre para construir resiliência contra os eventos climáticos extremos recorrentes na região da SADC", o director-geral do Inamet, Domingos Nascimento, defende a implementação de sistemas informativos pontuais sobre as ocorrências meteorológicas.

Informações meteorológicas Convidado a fazer a abertura do evento, o ministro das Telecomunicações e Tecnologia de Informação, José Carvalho da

Rocha, frisou que o encontro vai elaborar a previsão Sazonal para o período reservado à época chuvosa, com maior incidência no continente.

O ministro entende que este Fórum, serve como a oportunidade para se estabelecer "uma base integrada de informações meteorológicas para toda a região e o mundo".

Para ele, o evento acontece numa altura em que o país vive um momento de seca e torna-se necessário realizar estudos que permitam compreender os fenómenos para que os decisores possam tomar medidas certas.

"O Sul de Angola atravessa os efeitos da seca, o ministro solicitou um debate que possa encontrar eventuais soluções para o fim da calamidade, que também é vivida em países da sub-região, como é o caso de Moçambique, Zimbábue e Malawi, que viveram o ciclone Idai ", disse.

Alterações climáticas

O representante da União Africana no evento, Jolly Wasambo, acrescentou que os dados sobre as alterações climáticas nas áreas rurais apontam que nos próximos tempos, o continente poderá atingir um universo de 500 milhões de habitantes, sendo 40 por cento representando o sector produtivo e 47 o Produto Interno Bruto (PIB) de África.

Para ele, a implementação dos Comitês de especialidade ligados à agricultura e meteorologia podem ser uma solução para mitigar alguns efeitos nocivos à economia.

Jolly Wasambo informou que um programa para apoiar esta área poderá ser aplicado ainda este ano.

Por sua vez, Prithiviraj Booneeady que representou a SADC no Fórum, realçou que a organização regional está a apostar na melhoria das condições climáticas e meteorológicas, com o financiamento de projectos ligados à área pelo Banco de Desenvolvimento Africano (BAD).

Os próximos anos podem ser decisivos para a implementação dos projectos.

O evento foi promovido pelo Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica de Angola (UNA-MET), órgão do Ministério das Telecomunicações e Tecnologias de Informação (MTTI), em parceria com a SADC.

9.9 Exploração ilícita de madeira devasta 106 mil hectares de florestas por ano

Jornal Economia e Finanças
23 De Agosto de 2019

Angola perde anualmente, em média, cerca de 106 mil hectares de florestas naturais, devido a exploração anárquica, seca, queimadas descontroladas, fabrico de carvão e mineração.

Dados do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), órgão adstrito ao Ministério da Agricultura e Florestas, desmonstram que essa perda representa milhões de dólares para a economia, por culpa de exploradores ilegais, com custos adicionais para o meio ambiente e social da população.

O documento do IDF mostra que embora o nível de desflorestação do país ser baixo, estimado em 0,2 por cento, comparado com outros países da região, "os riscos de degradação e perda das florestas naturais e do seu valor económico, social e ambiental são eminentes, com todas as consequências nefastas daí decorrentes".

No mínimo, um total de 370 plantações desaparecem no país anualmente, a uma taxa de 0,25 por cento, com a desflorestação discriminada, com realce para aquelas acções viradas para o comércio ilícito de madeira.

Províncias afectadas

Em termos de classificação da desflorestação ou degradação, a maior percentagem de incidência das áreas em alerta amarela (áreas críticas), vermelha (mais críticas) recai para as províncias de Luanda, Huambo, Huíla, Cunene e Cuanza Sul.

Os cinco municípios do país, que apresentam a maior percentagem de desflorestação, são Longonjo, Caala, Mungo, Tchinjaenje, na província do Huambo, e Cacucaco, em Luanda.

Entre as áreas consideradas mais críticas (com sinalização vermelha) constam-se sete municípios: Ekunha, Londuirnbali, Bailundo, Tchikala-Tchologanga (Huambo), Cassongue (Cuanza Sul) e Ombadja (Cunene).

Face a isso, indica o documento do IDF, é preciso, com grande celeridade, prever e estabelecer

plantações florestais de grande escala, para aliviar a pressão sobre as florestas naturais, satisfazer a crescente procura interna em produtos e subprodutos florestais e aproveitar as oportunidades de desenvolvimento da indústria e do mercado interno e externo do sector. Os resultados do Projecto de Avaliação Espacial das Florestas mostra que este fenómeno tem uma abrangência nacional, com particular incidência nas províncias de Luanda, Huambo, Huíla, Bié, Benguela, Cunene, Cuanza Sul e Namibe.

Estratégia

Para mudar o curso da situação, a estratégia do IDF incide em repovoar 50 mil hectares de plantações florestais com fins diversos em cada 10 anos.

O relatório, que se baseou em 15 milhões de habitantes, estima que há um consumo per capita de 0,05 metros cúbicos de madeira por pessoa/ano, o país apresenta uma procura interna de 750 mil metros cúbicos/ano. A capacidade de produção actual de florestas naturais está estimada em 100 mil metros cúbicos/ano, insuficiente para suprir a demanda nacional.

A maior parte dos bens industriais de origem florestal, incluindo, o papel que antes era produzido são importados, factor onde reside uma das importâncias das plantações florestais industriais e comerciais, na cobertura do défice no pavimento de matéria-prima para o desenvolvimento industrial, e diminuição das importações de produtos manufacturados e da pressão sobre a floresta natural para a produção de madeira, lenha e carvão. O consumo doméstico de lenha e carvão representa cerca de 56,8 por cento do consumo de energia total, seguido do petróleo iluminante com 41,7.

Para mudar o cenário, o programa para povoar e repovoar estima um total de 92,5 mil dólares, para cobrir custos correntes. Os custos operacionais com o levantamento de novas áreas para o repovoamento estão em um milhão de dólares. O objectivo é iniciar o estabelecimento de florestas comunitárias com espécies exóticas e autóctones de crescimento rápido para a obtenção de produtos florestais lenhosos.

A nível nacional, existem três fábricas de transformação de madeira, sendo duas em Luanda e uma em Benguela, O Ministério da Indústria licenciou 84 processos para aderirem ao negócio.

9.10 BFA dá dois milhões de dólares para combate à seca no Cunene

Jornal Economia e Finanças

23 De Agosto de 2019

Texto: Isaque Lourenço

Dois milhões de dólares norte-americanos é o valor disponibilizado pelo Banco de Fomento Angola (BFA), para financiamento do projecto de combate à seca no município de Ombadja, "província do Cunene, no quadro do seu programa social, denominado "Portos Seguros."

O projecto é um acordo de cooperação entre o Governo Provincial do Cunene, BFA e UNICEF, e tem como objectivo promover infra-estruturas sociais de base para o fortalecimento dos serviços essenciais para sobrevivência, desenvolvimento e protecção das crianças, com enfoque ao acesso à água, saneamento, saúde, nutrição e educação.

O presidente do Conselho Executivo do BFA, Jorge Ferreira disse no acto do acordo de parceria que as acções têm como foco principal as crianças e jovens até 18 anos, e incidem nas vertentes da educação, saúde e inclusão social e financeira.

De acordo com Jorge Ferreira, o BFA no quadro da sua responsabilidade social, decidiu que 50 por cento do seu orçamento deste ano, recai para o desenvolvimento das acções das famílias afectadas pela seca na província do Cunene. .

Jorge Ferreira disse que o projecto surge no âmbito do apelo lançado pelo Executivo angolano para dar resposta ao programa de emergência às vítimas da seca no Sul do país.

Acrescentou que o BFA vai contribuir para o acesso à água potável em 15 escolas da comunidade do município de Ombadja, assegurar o rendimento na melhoria das suas condições de vida e das suas famílias.

"O projecto prevê, igualmente, a reabilitação de pontos de água e tanques subterrâneos, aproveitamento de água das chuvas, promoção da gestão sustentável e higiene na comunidade" assegurou o responsável do BFA.

Apoio da UNICEF

O representante da UNICEF em Angola, Abubacar Sultan, disse que a assinatura do acordo de cooperação vai contribuir para a redução do sofrimento das populações mais afectadas pela seca no município de Ombadja, em particular as mulheres

e crianças. Referiu que a UNICEF e o governo do Cunene adaptaram um plano de trabalho conjunto para responder ao impacto de emergências entre o humanitário e o desenvolvimento.

Abubacar Sultan disse que a iniciativa do BFA constitui a mais-valia na implementação dos esforços do Governo e seus parceiros no combate aos fenómenos naturais, contribuindo para melhor adaptação às mudanças climáticas cujos efeitos são hoje, uma realidade na província do Cunene. Abubacar Sultan disse também que a contribuição do BFA é integrada nos projectos que a UNICEF e o governo do Cunene estão a desenvolver para dar resposta à seca, promovendo o acesso a serviços centrados na criança.

A vice-governadora do Cunene, Suraya de Jesus Kalongela, disse que, o fenómeno da seca na província do Cunene, além de atingir as pessoas e o gado, também condiciona o processo de ensino e aprendizagem.

Conforme afirmou, centenas de crianças, com realce para os do meio rural, foram obrigadas a abandonar as escolas para ajudar os pais na condução do gado.

9.11 Considerado “deplorável” o estado da vala de drenagem do rio Coringe

Jornal de Angola

31 De Agosto, 2019

Texto: António Gonçalves

O vice-governador de Benguela para o Sector Técnico e Infra-estruturas, Leopoldo Muhongo, considerou “deplorável” o estado da vala de drenagem construída no leito do rio Coringe, na cidade de Benguela.

O governante, que fez estas declarações ao verificar o andamento dos trabalhos de manutenção da referida infra-estrutura, garantiu que o Governo Provincial vai apoiar a Administração Municipal de Benguela para a conclusão das obras.

“Vamos ter de encontrar soluções para auxiliar a Administração Municipal de Benguela, nos trabalhos da vala de drenagem, para que a água no local volte a escorrer sem obstáculos e evitar, conseqüentemente, a contaminação do mar”, assegurou o vice-governador Leopoldo Muhongo.

O governante, que esteve à frente de uma delegação que visitou as obras de várias valas de drenagem na

cidade de Benguela, disse que as autoridades locais devem sensibilizar os habitantes para não depositarem resíduos sólidos nas valas de drenagem.

“Trabalhamos com a Administração Municipal e administrações de zonas para manterem o diálogo e concertação com as lideranças comunitárias, no que concerne ao cumprimento, por parte da população, de observância do regulamento para a manutenção do saneamento básico”, disse o vice-governador de Benguela.

I0. EXPLORAÇÃO MINEIRA

II. MIGRAÇÃO

12. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

12.1 CTCE e Governo concertam construção de monocarril em Luanda

Jornal OPAÍS

09 De Agosto de 2019

A empreiteira China Teisiju Civil Engineering Group (CTCE) está em vias de assinar com o Ministério dos Transportes um memorando com vista a construção de um trem monocarril em Luanda, revelou Yang Lisheng, director-geral da sucursal dessa empresa em Angola.

Prestou essa informação durante a visita que a delegação de profissionais de comunicação social de Angola, liderada por Maria de Lourdes Mousinho, directora do gabinete de Intercâmbio do Ministério da Comunicação Social, realizou, recentemente, a sede dessa empresa em Hefei, na província de Anhui, no leste da China.

Neste momento, a empreiteira está a concertar com o ministério de tutela e os Caminhos de Ferro de Luanda os pormenores sobre o projecto cuja execução será financiada por uma linha de crédito da China.

"Já chegamos a um consenso em relação a vários aspectos do memorando de entendimento com o Ministério dos Transportes, no que concerne a nossa participação nesse projecto", frisou.

A empreiteira chinesa espera que o mesmo seja rubricado ainda esse mês para dar início aos trabalhos preliminares de planeamento da aludida rede de transporte.

Por outro lado, Yang Lisheng manifestou estar consciente de que a construção desse meio de transporte na capital do país poderá enfrentar alguns constrangimentos relacionados à instalação da linha, mas considerou ser um empecilho que pode ser contornado.

Para garantir que a CTCE tem capacidade técnica suficiente para executar uma obra dessa envergadura com a durabilidade que se requer, Shao Gang, o seu vice-presidente, esteve envolvida na construção de diversas ferrovias de alta velocidade e não só.

Tratam-se da ferrovia de alta velocidade Pequim-Xangai, Lanzhou-Wulumuqi, bem como das ferrovias

de menos velozes Pequim-Guangzhou, Pequim-Fuzhou, Jining-Baotou e Xangai-kunming. No portefólio dessa empresa figuram ainda a construção de mais de dez grandes terminais rodoviários, da ponte da Baía de Hangzhou, do Circuito Internacional de Xangai FI, entre outras infra-estruturas de grande envergadura.

Indagado por OPAÍS por que razão não participaram na reconstrução das diversas infra-estrutura rodoviárias de Angola, designadamente os Caminhos de Ferro de Luanda, do Namibe e do Lobito, Shao Gang respondeu que sentiram muito não terem sido contratados. "Teríamos feito uma obra de melhor qualidade a um preço mais baixo", frisou.

Actualmente, a empresa CTCE tem em execução mais de SOO projectos tanto na China como em outros países, dos quais 12 em Angola, no âmbito da linha de crédito de China.

12.2 Angola e China reforçam cooperação no domínio da formação profissional

Jornal de Angola

20 De Agosto, 2019

Texto: Edivaldo Cristóvão

Angola e China reforçaram ontem, em Luanda, a cooperação no domínio da formação profissional e da Administração Pública, através de programas para formação de formadores e qualificação de técnicos que trabalham no sector público e empresarial.

O acordo foi rubricado pelo ministro da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, Jesus Maiato, e o embaixador da China em Angola, Gong Tao, durante visita às instalações da Escola Nacional de Administração e Políticas Públicas (ENAPP) e ao Centro Integrado de Formação Tecnológica (Cinfotec).

Jesus Maiato disse que a visita às instalações serviu para o embaixador identificar e avaliar o sector, quer na formação, quer no público e empresarial. "Sabemos que a China é uma potência mundial, tem um histórico positivo no que concerne ao planeamento estratégico e desenvolvimento. Angola também tem programas de planeamento a longo prazo e queremos que os nossos funcionários públicos e do sector empresarial que ocupam cargos de direcção tenham uma visão, além de outras potencialidades", disse o ministro.

No domínio da formação profissional, concretamente tecnológica, o ministro disse que a cooperação com

China existe há muitos anos, mas era dominada pela sua mão-de-obra. Sublinhou, por isso, ser preciso qualificar cada vez mais os angolanos, para poderem contribuir positivamente para o desenvolvimento do país.

O governante referiu que o Cinfotec vai estabelecer uma parceria com os institutos politécnicos da China, com o objectivo de dar aos melhores alunos a possibilidade de fazerem estágios e, por outro lado, permitir a vinda de formadores chineses no país.

“O objectivo é criar capacidade interna para termos docentes competentes. O embaixador gostou muito do que viu e, no domínio da cooperação, vão passar a reequipar e fornecer equipamentos com tecnologias actuais”, disse.

Uma das grandes dificuldades apontadas pelo ministro no sector da formação profissional é a carência de formadores, mas garantiu que o sistema abriu, recentemente, concurso público para mais 300 em todo o país, apontando que o Cinfotec tem prioridade com um número significativo.

Jesus Maiato referiu que o Cinfotec formou, em dez anos, cerca de 15 mil quadros, quer em cursos de curta duração, quer de longa, que tem tempo de 700 a 900 horas.

O ministro explicou, por outro lado, que o Maptess tem um plano de contingência para minimizar a carência de materiais consumíveis em algumas províncias, uma vez que enfrenta algumas dificuldades, em função de alguns cortes que sofreu no Orçamento Geral do Estado (OGE).

O governante salientou que o Plano de Acção de Promoção para a Empregabilidade é a esperança da juventude, com o qual todos estão motivados e esperançosos em que arranque o mais breve possível.

O embaixador da China, Gong Tao, considerou que a cooperação vai servir para o desenvolvimento sustentável de Angola, tendo em conta que a formação profissional e melhor funcionamento da função pública constituem alicerces fundamentais.

12.3 A posição do Yuan face ao euro e dólar

Jornal Economia e Finanças
23 De Agosto de 2019

A moeda chinesa, o yuan, também conhecida como renminbi está desvalorizada nos mercados internacionais, mas mesmo assim, destrona o kwanza e perde com o dólar e euro.

Por exemplo, uma nota de 1 RMB, abreviatura do yuan, equivale a 50 kwanzas e euros 0.19 e 0.14 em dólares, o que implica dizer que a moeda norte-americana está cotada mais abaixo em relação a europeia.

A China desvalorizou a sua moeda ao mais baixo patamar dos últimos 11 anos, poucos dias depois de os EUA anunciarem que, até Setembro próximo, iria impor tarifas de 10 por cento sobre USD 300 mil milhões em produtos exportados pelos chineses.

O sistema financeiro da China é firmemente controlado pelo Governo, dando aos líderes do país um grande grau de controlo sobre quanto vale o yuan. As autoridades estabelecem uma taxa de referência diária para o yuan e permitem que o seu valor se mova a um patamar muito pequeno acima ou abaixo desse nível nos mercados de câmbio.

Autoridades chinesas dizem que a actividade comercial de cada dia ajuda a determinar o valor que eles definem para o yuan no dia seguinte. O câmbio na China sofre constantemente oscilações para baixo e para cima.

Na segunda-feira, 5 de Agosto, o Banco Central chinês fixou o dólar em 6,9225. No mundo do câmbio, um número maior significa uma moeda mais fraca. Esta semana, a moeda chinesa continuou a desvalorizar-se, fixando-se em 7,9 euros e 7,3 dólares (a moeda americana valorizou-se em relação há duas semanas).

A moeda nacional (kwanza) é a que menos peso tem no comércio internacional. Por exemplo, em 10.000 RMB o kwanza representa 508.876 e o mesmo valor em euros é de 3.974 mil e em dólares 3.583. Em 780 RMB é convertido a Kz 39.692 enquanto 200 RMB custa Kz 10.177.

A moeda chinesa também não tem peso perante o euro e dólar. Com variações, USD 1 equivale a 7.03 RMB, ao passo que em euros um pouco mais acima, estando em RMB 780.778 a 100 euros.

Os entendidos consideram que desde o ano passado, o Governo chinês tentou incentivar a economia, fazendo com que o sector bancário controlado pelo Estado, aumentasse os empréstimos, tornando o dinheiro mais disponível.

12.4 China lança desafio para intensificar comércio

Jornal Economia e Finanças
23 De Agosto de 2019

Nos últimos 10 anos, a economia mundial tem recuperado lentamente, estando o sistema multilateral de comércio a enfrentar um grande desafio e a fazer ajustamento profundo para o regulamento de investimento internacional.

Os problemas de desenvolvimento que os países enfrentam ainda são sombrios, à medida que a economia da China está altamente correlacionada com a mundial.

A ideia das autoridades chinesas é intensificar as acções tendentes a facilitar o comércio e o investimento intercontinental, na qual deve concentrar-se em estabelecer, em conjunto, a Zona de Livre Comércio, desenvolver o comércio eletrónico transfronteiriço (comércio digital), assim como intensificar o comércio moderno de serviços de investimento, impulsionando o desenvolvimento deste sector.

O modelo baseado no investimento perspectiva-se numa mudança, e espera-se almejar o crescimento, mantendo a estabilidade macroeconómica, aprofundar a reforma estrutural e motivar a economia por inovação, assim como reforçar a prevenção de riscos e garantias à vida da população local.

A China vai persistir no aprofundamento integral da reforma, no desenvolvimento de alta qualidade, na ampliação da abertura ao exterior e no caminho de desenvolvimento pacífico, para impulsionar a construção da Comunidade de Destino Comum da Humanidade (Iniciativa de Cinturão e Rota).

O Governo chinês quer explorar melhor a "afinidade mútua", oferecendo bolsas de estudo, promover a cooperação em cruzeiros marítimos, dar assistência médica de emergência, construir em conjunto um centro internacional de transferência de tecnologia e de cooperação marítima.

Em todas as sinergias se efectivarão com sucesso caso se encontre um financiamento mais à altura da realidade concreta.

Para tal, o Executivo chinês pensa estabelecer um Banco Asiático de Investimento em Infra-estrutura, outro Banco de Desenvolvimento dos BRICS (África do Sul, Rússia, Índia e a própria China), um Fundo da Rotada Seda e aprofundar o Consórcio do Banco China-União do Sudeste Asiático (ASEAN).

Quer também que se reforce ou se coloque em prática o papel do mecanismo de cooperação multilateral existente, sobretudo com a Organização de Cooperação de Xangai (SCO), China-União do Sudeste Asiático (ASEAN "10 + 1"), com a Organização da Cooperação Económica Asia-Pacífico (APEC), assim como o Fórum de Cooperação China-África e o Fórum Para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa.

Cinco Grandes conquistas dos últimos anos

Na primeira categoria, o projecto superior geral foi inicialmente concluído. Uma faixa e rota entrou no sistema de palavras internacionais e tornou-se uma palavra-chave internacional.

Na segunda categoria, um número de grandes-projectos foram implementados, como a ferrovia Mombaça-Nairobi e Kenya e ferrovia Jakarta-Bandung, Indonésia.

A ferrovia China-Laos, a ferrovia sino-tailandesa e a ferrovia Hungria-Chipre foram promovidas à segunda fase do Porto Khan Bantota, no Sri Lanka, tendo sido concluída a construção do Porto Colombo em Sri Lanka. Colocou-se igualmente dutos de petróleo bruto China-Mianmar.

Nove mil comboios regulares foram executados entre a China e a Europa, chegando em 42 cidades em 14 países.

Na terceira categoria, conectando mais de 90 países, a próxima cúpula do fórum China-África a ser realizada deveria ter uma grande colheita.

12.5 CTCE quer alargar empreitadas no País

Jornal Economia e Finanças
23 De Agosto de 2019

China Tie-siju Civil Engineering Group (CTCE), presente em Angola desde

2008, adjudicou, até Junho de 2019, mais de 30 empreitadas num valor de 3,5 mil milhões de dólares e facturou usd 3 mil milhões, segundo revelou ao JE, o seu diretor-geral da sucursal Angola, Yang Lisheng.

No cômputo geral, investiram em 67 projectos, nas áreas de desenvolvimento de terreno e imobiliário e construção de infra-estruturas, com um total de 18,9 mil milhões de dólares.

. Falando à margem do encontro mantido com os profissionais da comunicação social angolana em Hefei (capital de Anhui), onde está instalada a empresa, o representante do grupo chinês em Angola disse que, os indicadores alcançados foram obtidos com a extensão do negócio nas áreas da construção civil e nos sectores de infra-estruturas, tais como hidráulica, eléctrica e rodovia.

Yang Lisheng disse que, pretendem expandir cada vez mais os seus serviços aos países da África Central e Austral cuja, estratégia assenta, em tornar Angola a sede da região para mercados circundantes.

As actividades da sucursal Angola cobrem a maioria das áreas da indústria de construção e instalação, projectos de engenharia, logística, hospitais, possuindo uma capacidade anual de produção de cerca de 800 milhões de dólares.

Em mais de 10 anos, a CTCE ergueu dezenas de projectos e tem 848 trabalhadores dos quais 230 chineses e 61,13 angolanos.

Desde a entrada no mercado angolano, a CTCE tem executado diversos projectos estruturantes, dos quais se destacam a Centralidade do Sequele (I fase), a ampliação e requalificação do Hospital Geral de Luanda. (a 2a fase), a clínica da Casa Militar do Presidente da República, os hotéis Ika, entre outros.

No âmbito da Linha de Crédito da China em 2016, aproveitando a boa reputação empresarial foram adjudicados à CTCE um total de 10 projectos.

A empresa reabilitou a via ferroviária Zenza-Cacuso e ergueu vários outros projectos em Luanda.

Além de Angola, actua na Venezuela, Etiópia, Costa Rica, Mongólia, Indonésia, Sri Lanka e Panamá.

A CTCE conta com 1,8 filiais, 51 sucursais operacionais e escritórios de gestão de projectos e 23.047 trabalhadores integrados.

12.6 Filial da Lenovo quer parcerias

Jornal Economia e Finanças
23 De Agosto de 2019

A LCFC, empresa chinesa de fabricação de computadores e de acessórios da marca Lenovo, pretende intensificar o seu negócio em outros mercados, como africano, apesar de ter já 220 milhões de compradores no mundo.

A marca já possui representação em mais de 100 países, mas deseja encontrar novos parceiros para

elevar a quantidade de fabricação dos computadores e equipamentos de tecnologias de inteligência.

Muitas encomendas têm sido feitas por diversos investidores na área de informática, a nível local e de outros países.

A unidade fabril, em Hefei, desde Agosto de 2015, está concentrada numa área de 300 mil metros quadrados.

Trabalham no local 1.400 engenheiros e muitos são recrutados na universidade. Lenovo Group Ltd ou Lenovo 'PC International, frequentemente encurtada para Lenovo (anteriormente estilizada como Lenovo), é uma multinacional chinesa de tecnologia, situada em Pequim, China e Morrisville (EUA).

A empresa foi fundada em Pequim em 1984 por Liu Chuanzhi, junto de dez engenheiros, sob o nome New Technology Developer Inc. (predecessora da Legend Group), mas a empresa controladora só passou a existir em 1988, em Hong Kong.

As principais instalações da Lenovo são em Pequim e Morrisville, com centros de pesquisa em Pequim, Xangai, Shenzhen, Xiamen, Chengdu, Nanjing e Wuhan na China, Yamato na província de Kanagawa, Japão e Morrisville nos EUA.

Opera um empreendimento conjunto com a EMC chamado Lenovo EMC, que vende soluções de armazenamento anexadas à rede. Também tem um empreendimento conjunto com a NEC, Lenovo NEC Holdings, que produz computadores pessoais para o mercado japonês. Lenovo foi em Novembro de 1984 como Legend e foi incorporado em Hong Kong em 1988. Lenovo adquiriu os negócios de computadores pessoais da IBM em 2005.

12.7 Projectos em Angola no âmbito do acordo com a China

Jornal Economia e Finanças
23 De Agosto de 2019

Para o financiamento de projectos constantes do Programa de Investimentos Públicos (PIP), o Ministério das Finanças havia assinado com o Eximbank da China, três acordos de crédito nos dias 2 de Março de 2004, 19 de Julho de 2007 e 8 de Setembro de 2007, nos valores de usd 2,5 mil milhões, usd 500 milhões e 2 mil milhões, respectivamente.

O primeiro financiamento foi implementado em duas fases, cada uma no valor de usd mil milhão, com

excepção dos contratos do sector de energia e águas terem sido incluído na II fase.

O acordo de crédito no valor de usd 500 milhões foi utilizado para financiar acções complementares aos projectos enquadrados na I fase, minimizando assim os efeitos relacionados com a deficiente preparação dos mesmos (elaboração de Estudos, projectos executivos e cadernos de encargo) e insuficiente identificação das diversas componentes, tais como acessos, água e energia.

Segundafase

Relativamente ao segundo pacote de usd 2 mil milhões, foram propostos alguns projectos e identificados outros para a sua posterior inclusão.

Dos 50 projectos engajados, na I fase, 44 foram concluídos (1 do sector dos transportes, 6 da Agricultura, 8 da Energia e Águas, 20 da Educação e 9 da Saúde) e os restantes 6 estavam em fase de desembolso.

Existiram as acções complementares, em que estavam engajadas na facilidade de crédito dos usd 500 milhões, 18 contratos,

sendo 3 do Sector da Saúde, 7 da Educação, 5 da Energia e Águas, 1 das Pescas, 1 dos Correios e Telecomunicações e 1 das Obras Públicas, que totalizaram usd 546.717.590,98.

Dos 18 contratos engajados, tiveram início os desembolsos de 4 dos sectores, da Saúde (3) e Correios e Telecomunicações (1), 13 com condições precedentes por completar (visto do Tribunal de Contas, emissão das garantias bancárias de bom desempenho, licenciamento de capitais) e aguardava-se pela aprovação do Eximbank da China de um contrato do sector das pescas.

Já na fase II de financiamento, foram enquadrados 18 contratos (57 projectos), sendo 1 do sector da saúde (7 projectos), 3 da educação (33 projectos), 4 da energia e águas (4 projectos), 3 das pescas (3 projectos), 4 dos correios e telecomunicações (4 projectos), 2 das obras públicas (2 projectos) e 1 da agricultura (4 projectos), que totalizam usd 1.104.931.344,19.

Dos 18 contratos enquadrados, 14 encontravam-se em execução (educação, saúde, obras públicas, pescas, correios e telecomunicações e agricultura), 3 do sector da energia e águas com condições precedentes por completar (visto do Tribunal de Contas, emissão das garantias bancárias de bom desempenho e 1 (energia e águas) que aguardava aprovação do Eximbank da China.

Na terceira fase, no âmbito do segundo pacote de financiamento da Linha de Crédito do Eximbank da China, no valor de usd 2 mil milhões, destaca-se o enquadramento de Projectos para a reabilitação e expansão das redes eléctricas de Luanda (fase 4), Benguela, Huambo, Bié, Lubango e Namibe, reforço do sistema de abastecimento e melhoria de água à cidade de Luanda

- Pacote IV, aquisição de 1.500 viaturas (11 fase), construção de Infraestruturas integradas em Cabinda, Zaire e Malanje, bem como para a construção e apetrechamento do Centro de Produção da TPA-II fase.

Verbas mobilizadas

Entretanto, ao longo de uma intensa e inédita campanha diplomática realizada em 2018, Angola

beneficiou de um crédito de 2 mil milhões de dólares americanos do Banco de Desenvolvimento CDB, de 3,5 mil milhões de dólares americanos do Banco Comercial e Industrial ICBC e de mais 620 milhões de dólares americanos do EXIMBANK, todos da China, e a oferta de 500 bolsas de estudo para o ensino superior anunciada pelo próprio Presidente Xi Jinping na sequência da visita de Estado àquele país.

A dívida actual angolana à China ronda os usd 20 mil milhões.

Entretanto, o país teve um outro financiamento de 500 milhões de dólares do UKEF do Reino Unido, a emissão de 3,5 mil milhões de dólares de Eurobonds que tem permitido a gestão da dívida e o arranque de novos projectos de infraestruturas e investimentos sociais em quatro províncias, como Lunda Norte, Lunda Sul, Moxico e Kuando Kubango

Ainda houve a garantia de um crédito de 500 milhões de dólares americanos do Credit Agricole e de mais 79 milhões de Euros da Agência Francesa de Desenvolvimento, ambos de França. Num crédito de 500 milhões do KFW Bank da Alemanha e de Portugal.

12.8 USD28,9 mil milhões circulam entre Países

Jornal Economia e Finanças
23 De Agosto de 2019

Mais de três mil empresas chinesas estabeleceram 82 zonas de cooperação económica e comercial com o exterior, tendo investido usd 28,9 mil milhões.

Em contrapartida, contribuíram em impostos e taxas com um valor de usd 2,01 mil milhões para os países anfitriões, criando 244 mil empregos para os locais. Em 2018, o volume total de importação e exportação da China para os países "Faixa e Rota" alcançou usd 1,3 biliões, um aumento anual de 16,3 por cento, 3,7 pontos percentuais acima do volume total de importação e exportação da China no mesmo período, representando 27,4 por cento do volume total de importação e exportação da China.

As exportações para os países "Faixa e Rota" somaram usd 704,73 mil milhões, com um aumento de 10,9 por cento em relação ao ano anterior, e as importações dos países do acordo "Faixa e Rota" atingiram usd 563,07 mil milhões, um aumento de 23,9 por cento.

Intensidade

A China investiu igualmente usd 15,64 biliões em países relacionados com a "Faixa e Rota", aumentado 8,9 por cento em comparação com o ano passado, representando por 13 do investimento total nos estrangeiros da China durante o mesmo período.

No seminário de cooperação em comunicação de Angola 2019, realizado de 23 de Julho a 5 de Agosto, em Pequim, capital da China, apurou-se que um grande número de empresas ligadas ao comércio electrónico estabeleceu intercâmbios que ajudaram no fortalecimento das relações de negócios, no âmbito da Iniciativa "Faixa e Rota", que já se tornou popular.

Até Junho de 2018, a China estabeleceu acordos de compensação em sete países relacionados com a "Faixa e Rota". Actualmente, 11 bancos chineses apoiam 71 instituições de primeiro nível em 27 países relacionados.

Dissertando sobre a "Iniciativa Faixa e Rota Comunidade de Destino para toda a Humanidade", Gang Cheng An, ex-secretário Geral Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, enfatizou a promoção e a construção da Faixa e Rota, afirmando que a criação da zona, não é apenas a necessidade da China para expandir e aprofundar a sua abertura, mas pela necessidade de reforçar a cooperação com vantagens recíprocas com os países da Ásia, Europa e África.

Cooperação

A ideia é dedicar-se a interconexão com o resto do mundo, estabelecendo e fortalecendo as parcerias entre os países, a fim de realizar o desenvolvimento diversificado, autónomo, equilibrado e sustentável.

"Nos últimos cinco anos, a comunicação política continuou a aprofundar-se, as instalações foram continuamente fortalecidas, o comércio foi continuamente aperfeiçoado, o financiamento continuamente expandido e o coração das pessoas foi continuamente aproximado", afirmou.

O Banco de Desenvolvimento da China estabeleceu um empréstimo especial de infraestrutura "Faixa e Rota" usd de 14,2 mil milhões (100 biliões de yuans), um empréstimo especial de cooperação industrial de 100 biliões de yuans e de cooperação financeira de usd 7,1 biliões (50 biliões yuans).

Reforço

O Banco de Exportação e Importação da China criou um empréstimo especial para o "Faixa e Rota" (equivalente a 100 biliões de yuans) e um empréstimo especial para a infraestrutura acima de usd 4 mil milhões (equivalente a 30 biliões de yuans).

Estabeleceu-se também um "think-tanks" e intercâmbio com organizações diversas, uma das quais a Associação Não Governamental da China para a Promoção de Organizações Internacionais, e mais de 150 organizações chinesas e estrangeiras criaram conjuntamente uma "rede cooperativa de organizações populares Rota da Seda". A aliança de cooperação entre "think-tanks" Faixa e Rota lançou o "Projecto de Cooperação de think tanks",

A construção do "Faixa e Rota" estabeleceu acordos com a Ásia, Europa, África e América para assegurar a cooperação internacional.

12.9 Chineses estão interessados nas privatizações em Angola

Jornal de Angola

30 De Agosto, 2019

Texto: Victorino Joaquim

As empresas chinesas têm demonstrado interesse na aquisição de unidades industriais constantes do programa de privatizações recentemente apresentado pelo Executivo, revelou ontem, em Luanda, o embaixador da China em Angola, Gong Tao.

O diplomata, que falava ao Jornal de Angola à margem da apresentação do relatório sobre as "Relações China-Angola à luz das oito iniciativas propostas na Cimeira de Beijing do Fórum para a Cooperação China-África (FOCAC 2018), disse que, depois do interesse demonstrado, vai passar-se à fase de entrega e análise das propostas.

Sem especificar os sectores de interesse das empresas chinesas, Gong Tao lembrou que, para a compra de uma empresa, devem respeitar-se as regras, sendo uma delas a análise do projecto. “Temos de avaliar as vantagens e desvantagens, antes de decidir”, acrescentou o diplomata. Ao discursar no evento, que ocorreu na Universidade Católica de Angola (UCAN), na presença de governantes, académicos e estudantes, Gong Tao realçou o contributo do seu país no desenvolvimento de Angola. “Desde o estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, em 1983, e, especialmente, depois do fim da guerra, em 2002, Angola tem beneficiado de financiamentos que, segundo dados, contribuíram para a reparação de 2.800 quilómetros de linha férrea, 20 mil quilómetros de estradas, além da construção de 100 mil habitações sociais, 100 escolas e 50 hospitais”, disse.

Feira de Xangai

Infra-estruturas

O economista Alves da Rocha destacou a importância de iniciativas propostas na Cimeira de Beijing do Fórum para a Cooperação China-África (FOCAC), principalmente a ideia de conectividade de infra-estruturas, para o desenvolvimento do continente africano.

Alves da Rocha destacou, igualmente, a facilitação do comércio, pela relação estreita entre a abertura da economia e o crescimento económico. O economista, que é o director do Centro de Estudos Científicos da Universidade Católica de Angola, citou o exemplo da China, que é uma das economias com elevadas taxas de crescimento, actualmente fixado em 6,5 por cento ao ano, contribuindo para o crescimento da economia mundial.